

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA EM REDE NACIONAL**

LEONILDA MASCARENHAS

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA(A3P):
identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a
UEMS**

DOURADOS-MS

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA EM REDE NACIONAL**

LEONILDA MASCARENHAS

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a
UEMS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal da Grande Dourados (PROFIAP/UFGD), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Luci de Almeida

DOURADOS-MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M395a Mascarenhas, Leonilda
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA(A3P): identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS [recurso eletrônico] / Leonilda Mascarenhas. -- 2022.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Vera Luci de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Sustentabilidade Institucional. 2. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). 3. Responsabilidade Socioambiental (RSA). I. Almeida, Vera Luci De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



UFPGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADO POR **LEONILDA MASCARENHAS**, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 12 horas, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS**", apresentado pela mestranda Leonilda Mascarenhas, do Programa de Pós-Graduação em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.^a Dr.^a Vera Luci de Almeida/UFPGD (presidente/orientadora), Prof. Dr. Elioterio Fachin Dias/UEMS (membro titular - Externo), Prof.^a Dr.^a Verônica Macário de Oliveira Motta/UFCG (membro titular - PROFIAP rede) e Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira/UFPGD (membro titular interno). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer à candidata e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após a candidata ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada **APROVADA**, fazendo jus ao título de **MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. **A presidente da banca abaixo-assinada atesta que os membros Elioterio Fachin Dias, Verônica Macário de Oliveira Motta e Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira participaram de forma remota desta defesa de dissertação, conforme o § 3º do Art. 1º da Portaria RTR/UFPGD n. 200, de 16/03/2020 e a Instrução Normativa PROPP/UFPGD Nº 1, de 17/03/2020, considerando a candidata APROVADA, conforme declaração anexa.** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados, 08 de junho de 2022.

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: __/__/__, PELA PROPP/ UFPGD.

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Assinatura e Carimbo

Prof.^a Dr.^a Vera Luci de Almeida



Prof. Dr. Eliotério Fachin Dias (participação remota)

Prof.^a Dr.^a Verônica Macário de Oliveira Motta (participação remota)

Prof. Dr. Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira (participação remota)

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: __/__/__, PELA PROPP/ UFGD.

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Assinatura e Carimbo

Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós.
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.
(*SAINTE-EXUPÉRY, Antoine de, 1943*)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por nos proporcionar a vida;

Aos nossos familiares e amigos que souberam compreender as nossas dificuldades, ansiedades e ausências no decorrer do curso;

Aos amigos que, de forma direta ou indireta, colaboraram e possibilitaram a conclusão deste trabalho;

Aos colegas e professores do PROFIAP, agradeço a convivência agradável e o compartilhar de dúvidas tão presentes em todos nós;

À nossa orientadora, professora Vera Luci de Almeida;

À Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul (UEMS), pelo apoio e suporte durante o afastamento para capacitação e pela colaboração para a realização desta pesquisa.

RESUMO

As pesquisas sobre a sustentabilidade no Ensino Superior enfocam duas vertentes: de um lado, a que engloba o tripé universitário, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão; e, de outro lado, as ações voltadas à infraestrutura e rotinas administrativas da instituição. A proposta deste estudo enfatiza a segunda vertente. Assim, esta pesquisa buscou identificar as ações sustentáveis existentes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) a partir dos critérios estabelecidos nos objetivos e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Os objetivos estipulados foram: identificar as ações vinculadas à sustentabilidade contempladas no Relatório Analítico do PDI da UEMS, período 2014-2020; descrever as práticas sustentáveis da UEMS em relação aos objetivos e eixos temáticos da A3P, através da percepção dos servidores e gestores da IES; sugerir um plano de ação para a implantação da A3P na UEMS. A pesquisa caracteriza-se como aplicada; quali-quantitativa; descritiva e estudo de caso. A metodologia de pesquisa baseia-se em: pesquisa bibliográfica e documental; coleta de dados por meio da aplicação de dois questionários: um destinado aos servidores técnicos administrativos e outro para os servidores que desempenham função de gerentes de Unidades Universitárias (UUs), baseados nos objetivos e eixos temáticos da A3P e adaptados do estudo de Aquino (2021). A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo e da estatística descritiva das respostas obtidas. A análise do Relatório Analítico do PDI da UEMS demonstrou que, embora a sustentabilidade não tenha sido contemplada em seu conteúdo, apresentando apenas um tópico relacionado diretamente a este tema, foi possível constatar que diversas metas e objetivos alinham-se com as dimensões e eixos da A3P, voltados para o cumprimento de normas legais vigentes, tais como aquelas relacionadas às compras, contratos e licitações de obras públicas. Os resultados das respostas do questionário aplicado aos servidores administrativos apontam a existência de práticas e ações sustentáveis que refletem os saberes internalizados nos sujeitos participantes da pesquisa e identificadas através de condutas pontuais nos diversos setores administrativos da UEMS, embora não sejam formalmente institucionalizados. Os resultados mais relevantes dos questionários aplicados aos gerentes de Unidades Universitárias demonstram, além da implantação de uma política de sustentabilidade na UEMS, é necessária a descentralização das atribuições da Comissão Gestora da A3P com a composição de comissões setoriais para atuar em cada UU. Como sugestão de Plano de Ação a ser adotado pela IES foi elaborado um cronograma de execução das etapas de implantação da A3P e um Plano de Ação, subsidiados pelos modelos de documentos indicados para a adesão à A3P: Portaria Comissão Gestora A3P; Termo de Adesão à A3P; Plano de Trabalho/Plano de Ação; Plano de Gestão Socioambiental (PGS).

Palavras-chave: Sustentabilidade Institucional; Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); Responsabilidade Socioambiental (RSA).

ABSTRACT

Research on sustainability in Higher Education focuses on two aspects: on the one hand, that which encompasses the university tripod, that is, teaching, research and extension; and, on the other hand, actions aimed at the institution's infrastructure and administrative routines. The purpose of this study emphasizes the second aspect. Thus, this research sought to identify the sustainable actions existing at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS) from the criteria established in the objectives and thematic axes of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P). The stipulated objectives were: to identify the actions linked to sustainability contemplated in the Analytical Report of the UEMS (PDI), period 2014-2020; describe the sustainable practices of UEMS in relation to the objectives and thematic axes of the A3P, through the perception of the servers and managers of the IES; suggest an action plan for the implementation of A3P in UEMS. The research is characterized as applied; quali-quantitative; descriptive, and study case. The research methodology is based on: bibliographic and documental research; data collection through the application of two questionnaires: one for administrative technical servers and another for servers who perform the function of managers of University Units (UUs), based on the objectives and thematic axes of the A3P and adapted from the study by Aquino (2021). Data analysis was performed through content analysis and descriptive statistics of the responses obtained. The analysis of the UEMS PDI Analytical Report showed that, although sustainability was not considered in its content, presenting only one topic directly related to this theme, it was possible to verify that several goals and objectives are aligned with the dimensions and axes of the A3P, aimed at complying with current legal regulations, such as those related to purchases, contracts and public works tenders. The results of the answers to the questionnaire applied to the administrative employees point to the existence of sustainable practices and actions that reflect the knowledge internalized in the subjects participating in the research identified through specific conducts in the various administrative sectors of UEMS, although they are not formally institutionalized. The most relevant results of the questionnaires applied to the managers of University Units demonstrate, in addition to the implementation of a sustainability policy at UEMS, it is necessary to decentralize the attributions of the A3P Management Committee with the composition of sectoral committees to act in each UU. As a suggestion for an Action Plan to be adopted by the HEI, a schedule for the implementation of the A3P implementation stages and an Action Plan was prepared, supported by the document models indicated for joining the A3P: Ordinance Management Committee A3P; Term of Adhesion to A3P; Work Plan/Action Plan; Social and Environmental Management Plan (PGS).

Keywords: Institutional Sustainability; Environmental Agenda in Public Administration (A3P); Social and Environmental Responsibility (RSA).

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Estrutura da ISO 14001-2015..... | 31 |
| Figura 2 – Localização das UUs da UEMS e dos Polos de EAD, no Estado do MS | 36 |
| Figura 3 – Desenho da pesquisa | 41 |
| Figura 4 – Processo de implantação do Plano de Ação | 83 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Perfil dos participantes da pesquisa..... | 49 |
| Tabela 2 – Uso racional de Recursos Naturais e Bens Públicos | 51 |
| Tabela 3 – Utilização de meios de locomoção para as UU da UEMS | 52 |
| Tabela 4 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados | 54 |
| Tabela 5 – Qualidade de Vida no Ambiente o Trabalho – Arborização e Paisagismo | 55 |
| Tabela 6 – Qualidade de Vida no Ambiente o Trabalho | 55 |
| Tabela 7 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores | 58 |
| Tabela 8 – Conhecimento sobre a A3P | 59 |
| Tabela 9 – Compras Públicas Sustentáveis | 59 |
| Tabela 10 – Construções Sustentáveis..... | 60 |
| Tabela 11 – Resumo das Respostas Discursivas | 61 |
| Tabela 12 – Adesão aos Objetivos da A3P..... | 63 |
| Tabela 13 – Adesão ao Eixo Uso racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos | 64 |
| Tabela 14 – Adesão ao Eixo Gestão Adequada dos Resíduos Gerados | 66 |
| Tabela 15 – Adesão ao Eixo Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho..... | 67 |
| Tabela 16 – Adesão ao Eixo Sensibilização e Capacitação dos Servidores..... | 69 |
| Tabela 17 – Adesão ao Eixo Compras Públicas Sustentáveis | 69 |
| Tabela 18 – Adesão ao Eixo Construções Sustentáveis | 71 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Declarações sobre sustentabilidade no Ensino Superior | 22 |
| Quadro 2 – Resumo do Modelo de Análise para mapeamento dos eixos da A3P | 35 |
| Quadro 3 – Relatório Analítico do PDI - Políticas de Recursos Humanos | 43 |
| Quadro 4 – Relatório Analítico do PDI - Políticas de Gestão – Eixo Infraestrutura Física e Tecnológica..... | 44 |
| Quadro 5 – Relatório Analítico do PDI - Políticas de Gestão – Eixo Administração..... | 45 |
| Quadro 6 – Cronograma da Implantação do Plano de Ação/Plano de Trabalho..... | 76 |
| Quadro 7 – Plano de Ação /Plano de Gestão Socioambiental (PGS)..... | 77 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas |
| A3P | Agenda Ambiental na Administração Pública |
| BSI | <i>British Standard Institution</i> |
| CAEE | Certificado de Apresentação de Apreciação Ética |
| CF | Constituição Federal |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CIPA | Comissão Interna de Prevenção de Acidentes |
| CISAP | Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública |
| CNUMAD | Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| COPEFACE | Comissão de Pesquisa da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD |
| DCOM | Divisão de Compras |
| DINF | Diretoria de Informática |
| DINFRA | Diretoria de Infraestrutura |
| FACE | Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| ISO | <i>International Organization for Standardization</i> (Organização Internacional de Normalização) |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PDCA | <i>Plan, Do, Check, Action</i> (Planejar, Fazer, Verificar, Agir) |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PES | Projeto Esplanada Sustentável |
| PGS | Plano de Gestão Socioambiental |
| PLS | Plano de Logística Sustentável |
| PNMA | Política Nacional do Meio Ambiente |
| PPA | Plano Plurianual |
| PROAP | Pró-Reitoria de Administração e Planejamento |

| | |
|--------|--|
| PROCEL | Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica |
| PRODHS | Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social |
| PROE | Pró-Reitoria de Ensino |
| PROEC | Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários |
| RESSOA | Sistema de Responsabilidade Socioambiental |
| RSA | Responsabilidade Socioambiental |
| SAIC | Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental |
| SAGE | <i>Strategic Advisory Group on the Environment</i> (Grupo Consultivo Estratégico para o Meio Ambiente) |
| SGA | Sistema de Gestão Ambiental |
| SISG | Sistema de Serviços Gerais |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior |
| UEMS | Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul |
| UFGD | Universidade Federal da Grande Dourados |
| UU | Unidade Universitária |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 17 |
| 1.1 Problema de pesquisa | 18 |
| 1.2 Objetivos | 19 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 19 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 19 |
| 1.3 Justificativa e relevância da pesquisa | 19 |
| 1.4 Estrutura do trabalho | 20 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 22 |
| 2.1 A Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES)..... | 22 |
| 2.2 A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)..... | 25 |
| 2.2.1 Histórico da criação e características da A3P..... | 25 |
| 2.2.2 Eixos temáticos da A3P..... | 26 |
| 2.2.3 Procedimentos para adesão à A3P..... | 27 |
| 2.3 Sistema de Gestão Socioambiental (SGA) | 28 |
| 2.4 Plano de Logística Sustentável (PLS) | 31 |
| 3 METODOLOGIA | 34 |
| 3.1 Caracterização da pesquisa..... | 34 |
| 3.2 Local de realização da pesquisa..... | 35 |
| 3.3 Coleta de dados | 37 |
| 3.4 Participantes da pesquisa | 38 |
| 3.5 Análise dos dados | 39 |
| 3.6 Desenho da pesquisa | 40 |
| 4 ANÁLISE SITUACIONAL (RESULTADOS E DISCUSSÕES) | 42 |
| 4.1 Ações sustentáveis no Relatório Analítico do PDI da UEMS (2014-2020)..... | 42 |
| 4.2 Resultados do questionário aplicado aos técnicos administrativos da UEMS | 47 |
| 4.3 Resultados do questionário aplicado aos gerentes de UUs da UEMS | 62 |
| 4.3.1 Adesão aos Objetivos da A3P na UEMS..... | 63 |
| 4.3.2 Adesão aos Eixos Temáticos da A3P na UEMS | 64 |
| 5 SUGESTÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P | 73 |

| | |
|---|------------|
| 5.1 Etapas para a adesão à A3P | 73 |
| 5.2 Proposta de cronograma da implantação do Plano de Ação..... | 76 |
| 5.3 Plano de Ação da A3P para a UEMS | 77 |
| 5.4 Monitoramento e avaliação | 82 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 84 |
| 7 REFERÊNCIAS | 89 |
| 8 APÊNDICES | 96 |
| APÊNDICE A - Relatório Técnico | 96 |
| APÊNDICE B – Modelo - Portaria Comissão Gestora A3P | 117 |
| APÊNDICE C – Modelo - Termo de Adesão à A3P..... | 118 |
| APÊNDICE D – Modelo - Plano de Trabalho/Plano de Ação | 124 |
| APÊNDICE E – Modelo - Plano de Gestão Socioambiental | 127 |
| APÊNDICE F - TCLE e Questionários Técnicos | 142 |
| APÊNDICE G - TCLE e Questionários Gerentes | 151 |
| 9 ANEXOS | 160 |
| ANEXO A – Parecer N° 22/2021 – COPEFACE - UFGD | 160 |
| ANEXO B – Resolução N° 65/2021 – FACE - UFGD | 161 |
| ANEXO C – Termo de Compromisso - UEMS | 163 |
| ANEXO D – Parecer de Aprovação CEP N° 5.077.134..... | 164 |

1 INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade vem sendo discutido desde a década de 1960 em razão da percepção dos problemas relacionados à escassez de recursos naturais ocasionados pelo crescimento econômico, principalmente com a elaboração do Relatório Limites do Crescimento, pelo Clube de Roma. Como alternativa a esses problemas passou a ser adotado o termo desenvolvimento sustentável, difundido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 na Suécia, por meio da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, cuja essência determina a “obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras” (ONU, 1972).

De modo geral, a sustentabilidade visa o equilíbrio entre a economia, o meio ambiente e a sociedade, através do conceito conhecido como tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 1999). Entretanto, a ideia de desenvolvimento sustentável passa a ter maior repercussão a partir da publicação dos resultados do Relatório *Brundtland*, em 1987, e da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou ECO 92, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro (BRUNDTLAND, 1988; BRASIL, 1996).

As recomendações difundidas nesses eventos acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável também estão presentes na Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 que declara, em seu Art. 225, caput, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 1988). Além disso, o mesmo artigo da CF atribui “ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Desse modo, temas como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, preservação e conservação ambiental passam a integrar também as políticas públicas estatais.

As Instituições de Ensino Superior (IES), como representantes do poder público, também “apresentam-se como laboratórios de técnicas diversas de gestão organizacional mais sustentáveis” (SILVA, V. P.; LOPES, E. J.; COLOMBO, C. R., 2018, p. 01), no qual destacam-se a implantação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e de Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), sendo obrigatória a implantação nas IES federais.

Nesse contexto, destaca-se a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), instituída pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como forma de subsidiar a implantação de políticas ambientais em órgãos públicos. As diretrizes da A3P consistem na inserção da gestão socioambiental na prática administrativa através de 6 eixos temáticos: uso racional dos

recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; licitações sustentáveis; construções sustentáveis (MMA, 2020).

Ressalta-se que a implantação da A3P é facultativa; contudo, ao formalizar o termo de adesão o ente público fica compelido a seguir as diretrizes estabelecidas para fazer jus à certificação, devendo comprovar a relação, principalmente, por meio da elaboração periódica de relatórios.

1.1 Problema de pesquisa

A adesão aos protocolos e procedimentos que confirmem a existência de políticas públicas ambientais no âmbito das IES fortalecem e tornam transparentes os valores e a missão da Instituição por meio da concretização de ações e metas, tendo em vista que estas necessitam ser elaboradas, executadas e, posteriormente, devem ser comprovadas por meio dos relatórios de gestão.

De um lado, algumas dimensões da sustentabilidade são implantadas na administração pública por determinação de um caráter normativo, como, por exemplo, no caso da nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 (BRASIL, 2021), que já contempla diversos aspectos sustentáveis que devem ser observados nos processos de compras públicas.

Por outro lado, diversas ações são passíveis de execução diariamente, sem serem relacionadas como relevantes para a inserção da sustentabilidade nas instituições, como o ato de apagar a luz ao sair de uma sala ou colaborar para o não desperdício no ambiente de trabalho de materiais de consumo, tais como papéis, tinta para impressão e copos descartáveis.

Nesse contexto, a questão-problema de pesquisa reside na resposta à seguinte pergunta: Quais ações, tanto formais quanto informais, considerando-se os critérios descritos na A3P, compõem o cenário da sustentabilidade na UEMS?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as ações sustentáveis existentes na UEMS, com base nos critérios estabelecidos na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), e propor um plano de adesão.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar as ações vinculadas a sustentabilidade contempladas no Relatório Analítico do PDI da UEMS;
- Descrever as práticas sustentáveis da UEMS em relação aos objetivos e eixos temáticos da A3P, através da percepção dos servidores e gestores da IES;
- Sugerir um plano de ação para a implantação da A3P na UEMS.

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa

O cenário mundial no que se refere à interação do homem com os recursos naturais e o meio ambiente e a consequente escassez desses recursos reflete a necessidade de se pensar a sustentabilidade como um paradigma norteador (FREITAS; FREITAS, 2016), seja de empreendimentos particulares ou, no caso desta pesquisa, de instituições e órgãos públicos.

As dimensões da inserção da sustentabilidade no ensino superior não se aplicam apenas à educação ambiental, mas a uma junção desta com os princípios da Administração Pública e a gestão socioambiental.

Os dados referentes à A3P no Mato Grosso do Sul revelam apenas duas adesões realizadas, de acordo com informações do MMA: com a Justiça Federal de 1º Grau, na cidade de Campo Grande e, com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na cidade de Dourados (MMA, 2020).

Por sua vez, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) é uma IES composta por 15 Unidades Universitárias (UUs) e 13 polos de Educação à Distância (EaD), abrangendo 27 municípios, com média de 8.000 alunos matriculados em mais de 60 cursos de graduação e pós-graduação, apresentando como característica mais relevante a interiorização do Ensino Superior (UEMS, 2018).

E, embora a UEMS represente uma IES importante e presente em todas as regiões do Estado, as informações coletadas no portal do Ministério do Meio Ambiente, no Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS (PDI) e outras, coletadas via canal E-SIC pelo

portal da instituição, apontam uma lacuna no que se refere à existência de SGA e PLS que atendam as especificidades e a diversidade estrutural de cada unidade universitária da UEMS (MMA, 2017; UEMS, 2021).

Constata-se, assim, que, embora possam existir ações sustentáveis, principalmente induzidas pelo cumprimento às normas da administração pública que regulamentam, por exemplo, as licitações públicas e manejo adequado de resíduos nas IES, estas informações não estão sistematizadas e formalizadas no âmbito da Instituição, e também não integram os relatórios de gestão até o presente momento (UEMS, 2020).

A importância de um mapeamento de atividades e ações e sistematização por meio da adoção de SGA e PLS e, conseqüentemente, da obtenção de uma certificação ambiental justifica-se e fundamenta-se em vantagens tais como a facilitação do monitoramento das atividades, diminuição de entraves burocráticos para licitações públicas e rapidez para solução ou mitigação de problemas internos e externos à IES (MMA, 2017; GUIMARÃES; BONILLA; 2018; AQUINO, 2021).

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo abrange a introdução, apresentação do tema, os objetivos, a justificativa e relevância da pesquisa.

O segundo capítulo versa sobre a fundamentação teórica, enfocando em seus tópicos aspectos como a sustentabilidade nas instituições de ensino superior; a Agenda Ambiental na Administração Pública; o Sistema de Gestão Socioambiental (SGA); e o Plano de Logística Sustentável (PLS).

Em relação ao segundo capítulo, o tópico Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior apresenta um breve histórico acerca da evolução dos estudos sobre sustentabilidade em instituições de ensino superior, principais normatizações e instrumentos para monitoramento de ações sustentáveis. A seguir é introduzido o tópico que aborda a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) com o histórico de sua criação e principais características, descrição dos eixos temáticos e procedimentos necessários para a implantação na Administração Pública. O terceiro tópico trata do Sistema de Gestão Socioambiental (SGA), características e implantação. O quarto tópico versa sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS), suas características e implantação.

O terceiro capítulo apresentará as características metodológicas da pesquisa. Nesta seção serão estabelecidos o tipo de pesquisa, a delimitação espacial do objeto de pesquisa, bem como os instrumentos e procedimentos de coleta e análise de dados.

O quarto capítulo correlacionará os resultados encontrados por meio da análise documental do Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) relativo ao período de 2014 a 2020 da UEMS e das informações coletadas junto aos servidores que desempenham funções administrativas nas Unidades Universitárias da IES.

O quinto capítulo destina-se a apresentar uma proposta de plano de ação que englobe as especificidades da instituição apoiando-se, principalmente, nos indicadores estabelecidos pela Agenda Ambiental na Administração Pública. Assim, são descritas as etapas necessárias para a adesão, bem como são apresentados um modelo de cronograma de execução e o modelo de Plano de Ação da A3P

O sexto capítulo compreende as considerações finais concernentes à pesquisa desenvolvida neste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentada a fundamentação teórica que subsidia a elaboração desta pesquisa. Neste sentido, os tópicos a seguir abordam assuntos tais como a sustentabilidade, principalmente no contexto das Instituições de Ensino Superior, e sobre a caracterização da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), explicitando-se o histórico de sua criação, descrição dos eixos temáticos e procedimentos necessários para adesão ao programa.

2.1 A sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES)

As preocupações com as questões ambientais e a sustentabilidade em contexto global se intensificaram a partir da década de 1960 com a realização de diversos encontros tais como a Conferência de Estocolmo e a reunião do Clube de Roma em 1972, dentre outros, enfatizando-se como resultados a elaboração de Declarações e princípios norteadores para a implantação de agendas de políticas públicas (GUIMARÃES; BONILLA, 2018), entre os quais se destacam a Declaração de Estocolmo (1972), o Relatório *Brundtland* (1987), a Agenda 21 e a Carta da Terra (1992) com diretrizes que alcançam diversos setores da sociedade, inclusive a educação superior.

Outros documentos elaborados como parte de políticas públicas que auxiliam o norteamento das ações sustentáveis e específicas para a Educação Superior podem ser conferidos no Quadro 1.

Quadro 1 – Declarações sobre sustentabilidade no ensino superior.

| Ano | Declaração |
|-----------|--|
| 1972 | Declaração de Estocolmo |
| 1977 | Declaração de Tbilisi |
| 1990 | Declaração de Talloires |
| 1991 | Declaração de Halifax |
| 1992 | Declaração do Rio |
| 1993 | Declaração de Kyoto |
| 1993 | Declaração de Swansea |
| 1994 | Carta de Copernicus – Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável |
| 1997 | Declaração de Thessaloniki |
| 1998 | Declaração e Conferência mundial sobre o Ensino Superior para o século XXI: visão e ação |
| 2000 | Carta da Terra |
| 2001 | Declaração de Lüneburg |
| 2002 | Declaração de Ubuntu ou Jhoanesburg sobre Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) |
| 2004-2014 | Declaração de Barcelona – Década para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável |
| 2005 | Declaração de Graz |
| 2008 | Declaração da Conferência Regional sobre Educação Superior na América Latina e Caribe |

| | |
|------|--|
| 2008 | Declaração de Sapporo sobre Sustentabilidade |
| 2009 | Declaração de Bonn |
| 2009 | Declaração de Abuja |
| 2009 | Declaração de Turim |
| 2011 | Declaração das Américas “ <i>Por La sustentabilidade de y desde La Universidad</i> ” |
| 2012 | Declaração da Educação Superior para a Rio+20 |

Fonte: Adaptado de Góes (2015).

Em relação à sustentabilidade no Ensino Superior destaca-se a Declaração de *Talloires* como precursora das orientações criadas por líderes de Instituições de Ensino Superior, cujo teor apresenta 10 diretrizes a serem seguidas para a incorporação da sustentabilidade no ensino, na pesquisa e nas atividades e serviços prestados pelo setor (MADEIRA, 2008). Ainda, segundo Madeira (2008), as Declarações de Estocolmo e Tbilisi, de 1972 e 1977, respectivamente, embora tenham estabelecido a necessidade da introdução da educação ambiental, raramente foram implementadas nas IES.

A partir de 2015 prevalece a adoção de uma nova política de sustentabilidade global a ser implementada pelos países membros da organização das Nações Unidas tendo em vista a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ressaltando-se no contexto desta pesquisa o conteúdo do Objetivo 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015, p. 18), acerca da importância da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) como instrumento que visa o estabelecimento de políticas públicas como componente curricular em todos os níveis educacionais (UNESCO, 2017).

Já a preocupação com a gestão sustentável das Instituições de Ensino Superior, iniciada nos Estados Unidos, gerou a admissão gradual do assunto nas IES, passando pela introdução de ações ambientais, seguidas de discussões em torno da sustentabilidade e, mais atualmente, para temas específicos como a geração de resíduos e eficiência energética (MACHADO *et al.*, 2013).

De acordo com Guimarães e Bonilla (2018) podem ser apontados dois aspectos que devem ser considerados em relação às IES. O primeiro diz respeito ao papel inerente à IES, que deve compreender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os quais formam os pilares da Universidade como transmissora, não apenas de conhecimento, mas formadora de cidadãos críticos que se preocupem com as questões e demandas socioambientais atuais. Outro aspecto indica a IES como consumidora de recursos e energias bem como geradora de resíduos, exigindo-se desta um posicionamento de gestão ambiental adequado para sua estrutura física e administrativa (CASAGRANDE JÚNIOR; DEEK, 2013).

Surgem, desse modo, duas vertentes para a atuação das IES em relação à sustentabilidade: um educacional, relativo ao tripé universitário, e outro voltado às ações desempenhadas especificamente pela implementação de SGAs, com o objetivo de monitorar as atividades desenvolvidas pela instituição e os serviços prestados (TAUCHEN-BRANDLI, 2006; ALIGLERI *et al.*, 2009; OTERO, 2010; ENGELMAN *et al.*, 2014).

O resultado da aplicação do SGA em conjunto com o PLS corresponde à utilização de ferramentas e parâmetros de avaliação da IES, gerando-se um relatório com a finalidade de verificar o desempenho quanto à sustentabilidade do ensino, pesquisa, extensão e serviços ofertados (MADEIRA, 2008).

Em se tratando de órgãos públicos federais, a implantação do PLS torna-se obrigatória em razão do Decreto nº 7.746 (BRASIL, 2012a), que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993) em conjunto com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012b). Já em órgãos ou instituições de outras esferas da União o uso é facultativo, sendo necessária a observação de legislações locais e adesão devidamente formalizada ao processo avaliativo.

Junto a estas normatizações encontra-se, ainda, a responsabilidade socioambiental das Instituições de Ensino Superior estabelecida na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que implanta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como forma de alcançar uma “melhoria da qualidade da educação superior” (BRASIL, 2004, Art. 1º, § 1º), especialmente no parágrafo III do Art. 3º, que indica os critérios avaliativos acerca da contribuição social das IES (RIOS; SOUSA, 2013).

Em conformidade com o SGA podem ser utilizados diversos instrumentos e indicadores que melhor se adaptem ao local a ser avaliado. Nesse sentido, algumas IES adotaram a NBR ISO 14001 (ABNT, 2020); o sistema PDCA (*Plan, Do, Check e Action*) (TAUCHEN-BRANDLI, 2006); ou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (KRUGER *et al.*, 2011).

Um destes instrumentos de gestão voltados à mitigação dos impactos ambientais nas instituições e órgãos públicos é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 1999, cujo principal enfoque centra-se na “revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental” (FERREIRA, 2020, p. 17). No ano de 2001, a A3P passa a configurar-se como um programa permanente do MMA, embora sua adoção pela administração pública seja facultativa.

Contudo, no caso de adesão aos princípios de gestão sustentável, definidos na A3P, as vantagens organizacionais para o monitoramento da sustentabilidade e divulgação dos resultados nos relatórios de gestão passam, então, a agregar valor relacionado à responsabilidade socioambiental da IES, ao demonstrar uma preocupação com os compromissos constitucionais de preservação e conservação ambientais para as futuras gerações, bem como com o princípio da dignidade da pessoa humana (ONU, 1972; BRASIL, 1988).

De acordo com dados do programa a A3P apresenta uma estrutura que contempla 6 eixos temáticos, procurando abranger as dimensões econômica, ambiental e social da sustentabilidade: (1) Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos; (2) Gestão Adequada dos Resíduos Gerados; (3) Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho; (4) Sensibilização e Capacitação dos Servidores; (5) Licitações Sustentáveis; (6) Construções Sustentáveis (MMA, 2020).

2.2 A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Nesta seção serão apresentados o histórico da criação da A3P, principais características, eixos temáticos e procedimentos necessários para adesão.

2.2.1 Histórico da criação e características da A3P

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi instituída, inicialmente, como um projeto do Ministério do Meio Ambiente em 1999. Com o reconhecimento de sua importância passa a ser denominada, a partir de 2001, como Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, cuja finalidade é a implantação de práticas sustentáveis em órgãos e instituições públicas brasileiras, abrangendo tanto as esferas administrativas (federal, estadual e municipal) como os três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário) (MMA, 2020a).

Ao se tornar uma referência para implantação de práticas sustentáveis na administração pública a A3P passa, então, a compor o Plano Plurianual (PPA) desde 2004, garantindo recursos financeiros para a implementação de suas ações (BRASIL, 2016; MMA, 2020a).

Atualmente, a A3P é coordenada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) e apresenta como objetivo principal a inserção de uma cultura sustentável nos órgãos públicos, integrando, para tanto, a responsabilidade socioambiental e os princípios da administração pública (BRASIL, 2018; MMA, 2020a).

Entretanto, trata-se de agenda de adesão facultativa, ou seja, não obrigatória, ressaltando-se apenas a obrigatoriedade de prestação de contas por meio de relatórios uma vez celebrado o Termo de Adesão, com vigência de cinco anos.

O programa também possibilita o cadastro na Rede A3P para trocas de informações sem a necessidade de formalização do termo. Além disso, o programa abrange a realização de fóruns para trocas de experiências e premiações para as melhores práticas de responsabilidade socioambientais (MMA, 2021b).

Nesse sentido, foram criados em 2014 os três Selos A3P como forma de reconhecimento do comprometimento dos órgãos públicos para efetivação de práticas socioambientais em suas respectivas esferas administrativas. Desse modo, o Selo Verde é destinado às instituições cujas adesões foram formalizadas; o Selo Prata atribuído àquelas que entregaram o Relatório Anual; e o Selo Laranja é indicado para as instituições vencedoras do Prêmio Melhores Práticas da A3P (BRASIL, 2018; MMA, 2021c).

Outra característica importante para a utilização da A3P na administração pública é o caráter sustentável do monitoramento do órgão ou instituição que adere ao programa. O instrumento empregado para a elaboração de relatórios anuais e avaliações das metas denomina-se Sistema de Responsabilidade Socioambiental-RESSOA, uma plataforma virtual que permite a atualização das informações sem a necessidade de envio de documentos físicos, colaborando, assim, para a redução do consumo de papel e outros recursos (BRASIL, 2018; MMA, 2021d).

2.2.2 Eixos temáticos

Como já mencionado, a estrutura da A3P apresenta seis eixos temáticos que permitem seu desdobramento em diversos indicadores, conforme as necessidades e características inerentes a cada órgão ou instituição, auxiliando, assim, o ente administrativo na otimização dos recursos públicos (MMA, 2021e).

Desse modo, o eixo temático Uso Racional dos Recursos Naturais e bens públicos pressupõe a economia de recursos e o bom senso, principalmente no que diz respeito à utilização de energia, água, madeira e materiais de consumo como papéis, copos plásticos e outros (MMA, 2017; MMA, 2021e).

O eixo relativo à gestão dos resíduos subentende, basicamente, duas vertentes: de um lado a reciclagem ou reaproveitamento dos resíduos sólidos que possam ser destinados à cogeração de valor e, de outro lado, o planejamento do descarte apropriado de rejeitos que não apresentam potencial para reciclagem ou reutilização (MMA, 2021e).

O eixo qualidade de vida no ambiente de trabalho tem como objetivo a eficiência do desempenho dos servidores ao priorizar as condições trabalhistas que promovam o bem estar no ambiente organizacional, dentre os quais destacam-se “ergonomia, conforto, bem estar, entre outros, no local de trabalho” (OLIVEIRA, 2019, p. 86).

O eixo Sensibilização e Capacitação dos Servidores é o responsável pela conscientização e consolidação da responsabilidade socioambiental, almejando-se a internalização e a aplicabilidade de conhecimentos que propiciem uma melhoria nas rotinas de trabalho (MMA, 2017).

Outro eixo importante para a inserção da sustentabilidade nos órgãos ou instituições são as Compras Públicas Sustentáveis, as quais devem ser orientadas também pela responsabilidade socioambiental para aquisições de produtos e contratações de serviços que apresentem características sustentáveis aliados ao “melhor custo/benefício a médio ou longo prazo, e não somente o critério de menor preço” (BRASIL, 2020, Art. 2º, V). Cabe, ainda, ressaltar os avanços significativos para os processos licitatórios através da ampliação dos critérios sustentáveis para compras públicas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (BRASIL, 2021), atualmente em processo de substituição da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos.

Já o eixo Construções, Reformas e Ampliações Sustentáveis visa a adoção de parâmetros que contemplem a sustentabilidade em todas as fases das edificações e reformas. Os resultados decorrentes da observância das práticas sustentáveis referentes a este eixo incidem sobre a qualidade de vida dos servidores, além de promover a economia de recursos e a redução dos impactos ambientais (MMA, 2021e).

2.2.3 Procedimentos para adesão à A3P

O procedimento mais importante para a adesão à A3P corresponde à composição de uma Comissão Gestora da A3P, a qual será responsável pela implantação do Programa na instituição. O ato que formaliza o vínculo à A3P é o Termo de Adesão, que deve ser submetido juntamente ao Plano de Trabalho com o detalhamento das ações a serem desenvolvidas na instituição. A partir da adesão à A3P a instituição se responsabiliza pela implementação das demais etapas a fim de garantir a efetivação do processo (MMA, 2017; MMA, 2021f).

A etapa seguinte consiste na realização de diagnóstico socioambiental utilizando-se os eixos temáticos propostos pela A3P para identificação, principalmente, dos aspectos que dificultam a instauração de uma política ambiental, bem como é necessário, também, elencar

ações para a mitigação desses problemas. O próximo passo diz respeito à elaboração de um Plano de Gestão Socioambiental que defina, em consonância com os trabalhos realizados pela Comissão Gestora e, de acordo com o diagnóstico realizado, quais os objetivos e metas a serem alcançados (MMA, 2017).

Cabe observar que para a concretização de todas as etapas anteriores é imprescindível um plano de sensibilização de todos os servidores para que as ações propostas pela A3P sejam difundidas e incorporadas satisfatoriamente e de modo contínuo no ambiente de trabalho. Para que isso ocorra as ações podem ser elaboradas e difundidas por diversos meios, tais como cursos de capacitação, campanhas e projetos voltados à educação ambiental (MMA, 2021g).

Por fim, todas as etapas indicadas como procedimentos para adesão à A3P devem ser acompanhadas por monitoramento e avaliação periódica com o intuito de averiguar se os resultados foram atingidos (MMA, 2017; MMA, 2021g).

2.3 Sistema de Gestão Socioambiental (SGA)

No que se refere às questões ambientalmente sustentáveis, as mudanças aceleradas pelo desenvolvimento econômico impactam cada vez mais o modo pelo qual as organizações são percebidas pela sociedade, surgindo a noção de responsabilidade social, ou seja, da obrigação de reparação de possíveis danos causados pela exploração de recursos naturais, da produção de bens e da oferta de serviços (BRASIL, 1988, Art. 170, VI e Art. 225).

As demandas da sociedade e as pressões de mercado demandam, então, uma resposta das organizações e instituições a fim de demonstrar um compromisso com o equilíbrio do desenvolvimento econômico, social e ambiental, principais pilares da sustentabilidade.

Como resultado dessas exigências e, aliada às políticas públicas, uma das alternativas para o alcance da sustentabilidade diz respeito à implementação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA), almejando-se o “reconhecimento da qualidade ambiental de seus processos, produtos e condutas obtidos por meio de certificação voluntária, com base em normas internacionalmente reconhecidas” (NICOLELLA, 2004, p. 08). No caso das Instituições de Ensino Superior Federais o SGA configura-se como instrumento recomendado como padrão pelas diretrizes estabelecidas pela norma regulamentadora (BRASIL, 2012a).

A norma ISO referente à gestão ambiental deriva de uma série de normas voltadas originalmente para a melhoria da qualidade e padronização da produção. Inicia-se na Inglaterra com a criação da norma BS 5750 pela *British Standard Institution* (BSI), sendo

posteriormente adotada por diversos países como forma de padronizar produtos e serviços a partir de normas técnicas (PERES et al., 2010).

A necessidade de atribuir uma certificação para produtos e serviços de forma padronizada estimulou a criação de selos como o Anjo Azul em 1978, na Alemanha, destinado a produtos que não danificassem o meio ambiente.

Colaborou, ainda, para o desenvolvimento do SGA a demanda por uma sistematização das normatizações internacionais que resultou no surgimento do SAGE (*Strategic Advisory Group on the Environment*) ou Grupo Consultivo Estratégico para o Meio Ambiente, em 1991. Em conjunto com as pressões advindas da realização da ECO 92 o SAGE orienta em 1993, no Canadá, para a criação do Comitê Técnico 207 (TC 207), tendo como encargo a responsabilidade pelas normas de gestão ambiental.

No Brasil, de modo geral, pode-se dizer que a história da introdução da gestão ambiental evoluiu de ações pontuais, ditadas pela atuação estatal de “comando e controle” e, com a elaboração e crescente implantação de políticas públicas ambientais, tais como a PNMA (BRASIL, 1981) e a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988), passando a compreender processos mais amplos e abrangentes (POMBO; MAGRINI, 2008).

Notabiliza-se a introdução das Normas da Série ISO (*International Organization for Standardization*) em 1996, proveniente de tradução (PERES et al, 2010), representada pela NBR ISO 14001 como responsável pela definição de critérios e procedimentos voltados especificamente para a inclusão do SGA nas organizações. A primeira versão orientava-se pela busca em solucionar questões relativas à proteção ambiental e à prevenção da poluição. Em 2004 ocorreu a primeira revisão da norma, passando a enfatizar o conceito de desempenho ambiental. Em 2015 houve uma nova atualização, cujos pontos de maior relevância residem em: buscar uma melhor adequação da Gestão Ambiental às estratégias da empresa, na gestão de riscos e mais integração com as outras normas da série (ABNT, 1996; 2004; 2015).

Assim como no caso da A3P, a obtenção de certificação ISO 14001 está atrelada à implantação formal na empresa ou instituição, utilizando, para isso, como princípio básico, o procedimento que alia a norma ao ciclo PDCA, cuja comprovação também depende de auditorias externas para sua efetivação.

Em relação ao PDCA, Planejar (*Plan*) entende-se como a delimitação dos objetivos e processos indispensáveis à obtenção dos resultados esperados em consonância com a política ambiental formulada para a empresa ou organização. A elaboração do planejamento concentra-se nos responsáveis pelos diversos setores, tendo em vista não somente a integração

de todos os interessados, mas porque podem ser necessárias alterações na estrutura física e organizacional (BOGDEZEVICIUS, 2017; PALADINI, 2019). Executar (*Do*) refere-se à aplicação do planejamento anterior (BOGDEZEVICIUS, 2017). Verificar (*Check*) subordina-se à ideia de monitorar os processos implantados, aferindo-se a correlação com a política ambiental, objetivos, metas, requisitos legais, entre outros da organização por meio de relatórios periódicos (ABNT, 2015). Por último, o termo Agir (*Act*) consiste em tomar medidas que garantam o aperfeiçoamento dos processos de forma ininterrupta (TAUCHENBRANDLI, 2006; ABNT, 2015; LIMA, 2017).

Para uma melhor compreensão de Sistema de Gestão Ambiental é necessário entender que esse termo engloba, basicamente, duas ideias: a de sistema e a de gestão ambiental. E, dentre as diversas definições existentes, sistema pode ser compreendido como:

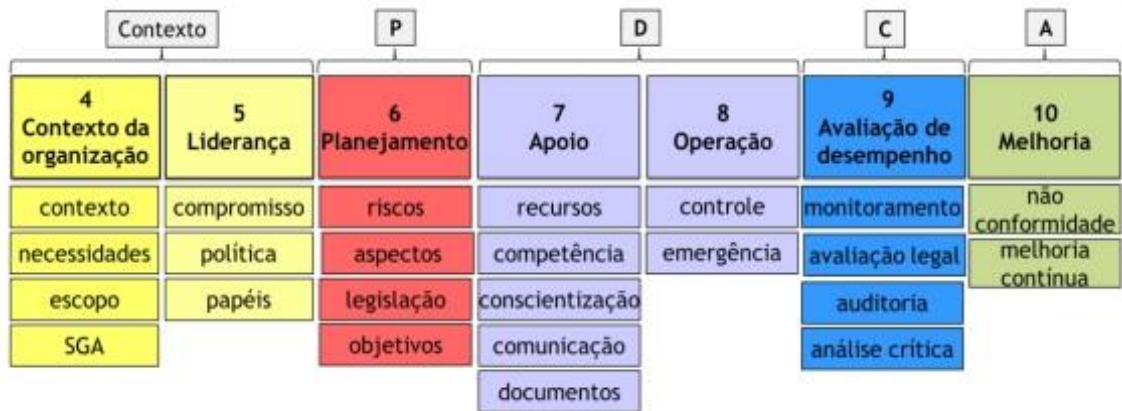
Conjunto de meios e processos empregados para alcançar determinado fim (PRIBERAM, 2021); Corpo de normas ou regras, inter-relacionadas numa concatenação lógica e, pelo menos, verossímil, aplicadas a uma determinada área; Disposição de um conjunto de elementos, organizada de forma a viabilizar mais facilmente seu estudo e compreensão (MICHAELIS, 2021).

O termo gestão pode ser desdobrado, de acordo com Dal Forno (2017, p.11), nos termos gestão/gestar, os quais são intercambiáveis com os termos administração/administrar, pois “se pretendemos gestar, devemos administrar o processo e, se pretendemos administrar, devemos gestar este mesmo processo”. Ainda, segundo Dal Forno (2017, p. 11) “gestar é lançar mão de todas as funções e de todos os conhecimentos necessários para, por meio de pessoas, atingir os objetivos de uma organização de forma eficiente”.

Entretanto, as definições indicadas para utilização no âmbito do SGA podem ser encontradas na própria norma, a qual aponta os termos específicos a que se refere em seu contexto. Desse modo, tem-se que o sistema de gestão compreende o “conjunto de elementos inter-relacionados ou interativos de uma organização, para estabelecer políticas, objetivos e processos para alcançar esses objetivos”; já o termo sistema de gestão ambiental pode ser entendido como “parte do sistema de gestão usado para gerenciar aspectos ambientais, cumprir requisitos legais e outros requisitos, e abordar riscos e oportunidades” (ABNT, 2015, p. 2).

A estrutura da ISO 14001 aponta os principais requisitos, indicados como cláusulas, que devem predominar no SGA das organizações para que estas estejam em conformidade com a norma e façam jus à certificação ambiental. Uma representação esquematizada, conforme Figura 1, resume os elementos que compõem a ISO 14001-2015.

Figura 1 – Estrutura da ISO 14001-2015



Fonte: Adaptado de Rodrigues e Almeida (2018).

Observa-se na Figura 1 a convergência da norma (ABNT, 2015) aos elementos constitutivos do PDCA.

2.4 Plano de Logística Sustentável (PLS)

Além da implantação do SGA, a possibilidade de adesão de órgãos públicos à A3P requer uma vinculação à normatização regida pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, em seu Art. 16, que estabelece o dever de “elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS)” (BRASIL, 2012b, Art. 16).

A Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 é a norma que complementa o Art. 16 do Decreto nº 7.746, regulamentando as orientações acerca dos procedimentos de implementação do PLS e apresentando um rol de exemplos de recomendações que devem ser observadas e incluídas na estrutura do documento a ser formalizado pelo órgão público (BRASIL, 2012a; 2012b).

De acordo com o conceito disponibilizado pela IN nº 10, Art. 2º, logística sustentável é designada como “processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado” (BRASIL, 2012b).

A norma utiliza, ainda, conceitos relacionados a critérios e práticas de sustentabilidade, práticas de racionalização, coleta seletiva e coleta seletiva solidária, resíduos recicláveis, materiais de consumo e permanente, inventário físico financeiro e sobre compras compartilhadas, ideias que complementam aquelas introduzidas pelos eixos da A3P e pela noção de Sistema de Gestão Ambiental (BRASIL, 2012b).

O PLS configura-se, então, como instrumento de planejamento composto por “objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação” (BRASIL, 2012b, Art. 3º), buscando alcançar a sustentabilidade e racionalização dos processos realizados pela administração pública.

Assim como a A3P e o SGA, o PLS também é estruturado a partir de requisitos recomendados pela Instrução Normativa que o regulamenta.

A elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano de Logística Sustentável devem ficar a cargo da Comissão Gestora do PLS, cujos componentes são indicados pelos titulares do ente público.

Como conteúdo mínimo obrigatório do PLS são apontados:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
- e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação. (BRASIL, 2012b, Art. 5º).

Observa-se que os itens do conteúdo privilegiam essencialmente ações e metas sustentáveis, enfatizando-se características que apresentem: menor impacto ambiental, sustentabilidade, racionalização no uso de materiais e serviços, além de priorizar a ampla divulgação das ações e campanhas de conscientização e capacitação.

Dentre as diretrizes do conteúdo ressaltam-se as elencadas para o item II do Art. 5º, que abrange dispositivos acerca de: materiais de consumo, como papel para impressão e cartuchos, copos descartáveis e outros; consumo de energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; transporte de pessoal. Esses atributos apresentam-se também em consonância tanto com os conteúdos da A3P quanto do SGA (BRASIL, 2020; ABNT, 2015).

A formalização do PLS para implementação das ações ocorre através da criação dos Planos de Ação correspondentes para cada tópico do conteúdo, salientando-se que a Instrução Normativa apenas exemplifica os itens a serem contemplados, podendo a administração incluir outros indicadores específicos para um órgão ou setor.

Cada Plano de Ação refere-se ao planejamento detalhado das ações para execução. Desse modo, a cada ação inserida no plano é necessário definir o local ou área a que se refere, qual o responsável pela ação, quais metas são determinantes para o alcance dos resultados,

estipular um cronograma e os recursos, sejam de ordem financeira, humana ou instrumental, indispensáveis à implementação dessas ações.

Como forma de estimular a elaboração de PLS e a utilização pela administração pública são exemplificadas, ainda, na Instrução Normativa, algumas iniciativas que já demonstraram resultados positivos, dentre as quais estão a A3P (BRASIL, 2020), Programa do Ministério do Meio Ambiente e o Projeto Esplanada Sustentável (PES), sob coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SOF/MP (BRASIL, 2012b).

A etapa seguinte à implementação do Plano de Logística Sustentável diz respeito à elaboração e divulgação de relatório com os resultados obtidos como forma de acompanhar a eficiência do PLS e identificar quais ações precisam ser incluídas ou modificadas para o ano posterior.

A divulgação dos resultados segue as recomendações descritas nos procedimentos da A3P e do SGA, devendo ser publicados no *site* do órgão e enviados eletronicamente para a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP), vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, órgão central do Sistema de Serviços Gerais (SISG), que tem como finalidade “propor a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes” (BRASIL, 2017, Art. 9º; 2012b).

3 METODOLOGIA

Esta proposta de pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e cadastrada na Plataforma Brasil, com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) nº 52257121.6.0000.5160, cadastro no Setor de Capacitação da UEMS e anuência do Reitor da UEMS para coleta de dados na Instituição, de acordo com os Anexos: Parecer nº 22/2021, de 30 de setembro de 2021, da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (COPEFACE/UFGD), com parecer favorável ao cadastro do projeto de pesquisa; Resolução nº 65/2021, de 30 de setembro de 2021, que aprova o cadastro do projeto de pesquisa na FACE/UFGD; Termo de Compromisso da UEMS, de 21 de setembro de 2021; Parecer Consubstanciado de Aprovação pelo CEP nº 5.077.134.

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, com abordagem mista, incorporando elementos quali-quantitativos, considerando-se que busca descrever as práticas sustentáveis da instituição, principalmente através da estatística descritiva, como resultado da análise de coleta de dados obtidos junto aos servidores técnicos administrativos da IES.

Os procedimentos metodológicos a serem utilizados para este estudo compreendem, inicialmente, a pesquisa bibliográfica e documental como subsídio para embasamento teórico e caracterização do objeto de estudo, ou seja, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em relação ao tema proposto. Desse modo, serão analisados os relatórios de gestão face aos Planos de Desenvolvimento Institucionais disponíveis no portal da IES e consulta aos setores administrativos.

Em complementação a este processo será realizada uma análise descritiva de cunho exploratório utilizando-se:

- a) Para os procedimentos de coleta de dados: análise do Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS, período 2014-2020; elaboração e aplicação de questionários para servidores administrativos e que desempenhem funções administrativas no âmbito da IES, conforme Apêndices F e G;
- b) Como métodos principais de análise: a análise documental e de dados, conforme resumo do Modelo de Análise do Quadro 2.

Quadro 2 – Resumo do Modelo de Análise para mapeamento dos eixos da A3P

| Conceitos / Palavras-Chave | Dimensões Sustentáveis | Eixos Temáticos A3P | Indicadores A3P | Método de Coleta de dados | Método de Análise |
|--|-------------------------------|---|--|---|---|
| Sustentabilidade Institucional; Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); Responsabilidade Socioambiental | Econômica | Construções, reformas e ampliações Sustentáveis | economia dos recursos naturais; melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes | Análise do Relatório do PDI 2014-2020; Aplicação de Questionários <i>on-line</i> . | Análise documental; Análise de dados |
| | | Compras públicas sustentáveis | aquisição de produtos e serviços sustentáveis; relação custo/benefício-menor preço | | |
| | Social | promoção da sensibilização e capacitação dos servidores | criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores | | |
| | | Qualidade de Vida no ambiente do trabalho | ergonomia, conforto, bem estar, entre outros, no local de trabalho | | |
| | Ambiental | gestão adequada dos resíduos gerados | consumo sustentável, reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos, destinação ambientalmente adequada dos rejeitos | | |
| | | uso racional dos recursos naturais e bens públicos | Energia, água, madeira, consumo de papel, copos plásticos, outros materiais de expediente | | |

Fonte: elaboração própria (2022).

3.2 Local de realização da pesquisa

O local de realização da pesquisa é a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), instituição de ensino superior pública estadual, cujo ato de criação foi inserido na Constituição Estadual de 1979, no Art. 190, sendo fundada, contudo, através da publicação do Decreto Estadual nº 7.202, de 10 de maio de 1993, e da Lei Estadual nº 1.461, de 22 de

regulares e 223 alunos especiais matriculados em 16 cursos de pós-graduação *stricto-sensu* (Mestrados Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico) distribuídos nas UUs de: Amambai (46 alunos), Aquidauana (55 alunos), Campo Grande (237), Cassilândia (31 alunos), Dourados (232 alunos), Paranaíba (111 alunos) e Ponta Porã (32 alunos) (UEMS, 2021-2025).

Percebe-se, diante desse contexto, o alcance da UEMS e o papel de destaque no Estado de Mato Grosso do Sul no que diz respeito à formação profissional e à produção de conhecimento e consequente influência no desenvolvimento regional, justificando-se a escolha pela IES como local de realização da pesquisa.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados desta pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira etapa é dedicada ao levantamento bibliográfico e documental das concepções teóricas relevantes para a pesquisa relativas à Agenda Ambiental na Administração Pública, ao Sistema de Gestão Ambiental e ao Plano de Logística Sustentável e suas respectivas legislações. Em relação ao local de coleta de dados, ou seja, a UEMS, foram analisados o Relatório Analítico do PDI da UEMS a fim de se verificar a correlação dos objetivos e metas com a sustentabilidade institucional.

A segunda etapa de coleta de dados envolveu a aplicação de questionários aos servidores técnicos administrativos e aos gerentes de Unidades Universitárias da UEMS, conforme Apêndices F e G. Ambos os questionários se baseiam nos objetivos e eixos temáticos da A3P.

O primeiro questionário, adaptados do estudo de Aquino (2021), Peixoto (2019) e Peixoto *et al.* (2019) emprega como método principal a escala de *Likert*, apresentando o total de 17 questões, divididas em oito seções: uma para traçar o perfil do participante, seis seções dedicadas aos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e uma seção com questão aberta para o levantamento de práticas sustentáveis não contempladas nas questões anteriores, de acordo com o modelo do Apêndice F.

Para a coleta de dados da escala *Likert* empregadas neste questionário foram adotados dois modelos de cinco pontos: a primeira consiste na avaliação de frequência de condutas, cujas opções assinalam: Nunca (1), Raramente (2), Às Vezes (3), Frequentemente (4) e Sempre (5); a outra escala avalia o grau de conhecimento, com as opções: Nenhum

Conhecimento (1), Pouco Conhecimento (2), Razoável Conhecimento (3), Bom Conhecimento (4) e Grande Conhecimento (5) (PEIXOTO, 2019).

O segundo questionário engloba os objetivos e eixos temáticos da A3P, adaptado de Aquino (2021), baseado, por sua vez, no *check list* inicialmente elaborado para a pesquisa de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), e reutilizado por Kruger et al. (2011); Luiz et al. (2013), Arruda e Rodrigues (2018) e, Lanzarin et al. (2018), convalidando-se como um instrumento de coleta de dados. Este questionário engloba os objetivos e eixos temáticos da A3P, composto por sete questões relacionadas aos objetivos da A3P e oitenta e três questões acerca dos eixos temáticos da A3P, sendo as opções de respostas definidas como “adere” ou “não adere”, segundo a terminologia do Programa A3P, como especificado no modelo do Apêndice G.

Os questionários foram formatados pela ferramenta *Googleforms* e disponibilizados ao público-alvo (técnicos e gerentes), no período de janeiro a março de 2022, via *link*, por *e-mail*, para participação *on-line*, considerando-se a condição de trabalho remoto exigida pelas normas de biossegurança em virtude da pandemia provocada pelo *SARS-CoV-2* (COVID-19).

3.4 Participantes da pesquisa

A população da pesquisa compõe-se de servidores efetivos da UEMS. Para a seleção da amostra foram considerados como critérios de inclusão e exclusão os cargos/funções desempenhados pelo participante.

Para a inclusão na amostra foram consideradas duas categorias:

a) servidores assistentes ou técnicos administrativos da IES (Técnico Nível Superior, Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico de Nível Médio), independente da função exercida. Para este grupo utilizou-se como fator de exclusão de participantes da pesquisa os demais servidores da Instituição (docentes, funcionários terceirizados, prestadores de serviços), priorizando-se a familiaridade com o ambiente de trabalho e com as rotinas administrativas próprias dos técnicos administrativos;

b) servidores que desempenhem a função de gerentes de Unidades Universitárias (UU), podendo ocupar o cargo de docente efetivo ou técnico administrativo da IES, sendo que os critérios de inclusão para este grupo consideraram a função como determinante para a participação em razão do conhecimento geral do ocupante do cargo de gerente de Unidade, e tendo em vista que as atribuições destes servidores englobam responsabilidades por todos os setores da UU sob sua supervisão.

Os critérios de exclusão baseiam-se, sobretudo, no estudo direcionado da percepção dos técnicos administrativos em relação ao primeiro grupo e no conhecimento gerencial inerente à função exercida quanto ao segundo grupo. Os critérios de exclusão de outros servidores em ambos os casos para composição da amostra fundamentam-se, ainda, na possibilidade de fornecimento de dados imprecisos acerca da administração da Unidade Universitária.

Em solicitação de informação, via *e-mail* à Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UEMS (PRODHS), foram obtidos dados acerca do quantitativo de possíveis participantes da pesquisa para envio dos questionários, perfazendo o total de 415 técnicos administrativos e 15 gerentes de Unidades Universitárias aptos à participação na pesquisa, caracterizando uma amostra por acessibilidade.

3.5 Análise dos dados

As respostas obtidas através do questionário enviado aos técnicos administrativos foram analisadas, principalmente, através da estatística descritiva, utilizando-se a moda ou medida mais frequente, agrupadas em tabelas para uma melhor visualização e demonstração dos resultados, tendo em vista que há a predominância de questões elaboradas pela escala *Likert*, cujas opções de respostas correspondem a: Nunca, Raramente, Às vezes, Frequentemente e Sempre.

Os questionários dirigidos aos gerentes de Unidades Universitárias seguiram, conforme exposto anteriormente, método utilizado por Aquino (2021) baseado em Lanzarin et al. (2018) para aferição do índice de adesão:

$$IA = \frac{A}{\text{Total}} * 100$$

Na qual: “IA” corresponde ao Índice de adesão; “A” equivale ao número de respostas “Adere” e “Total” representa o total de questões de cada eixo. Os dados obtidos serviram para a elaboração de proposta de intervenção a ser apresentada aos dirigentes da Instituição estudada na forma de produto da Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional- PROFIAP/UFGD.

3.6 Desenho da pesquisa

A pesquisa compreendeu, inicialmente, uma referenciação teórica acerca da sustentabilidade e sua aplicação no setor público, especificamente em Instituições de Ensino Superior, tomando-se como diretriz o Programa A3P, indicado para adesão das IES Federais, conforme o disposto no Decreto Nº 7.746 de 5 de junho de 2012 (BRASIL, 2012a) e na Instrução Normativa Nº 10, de 12 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012b).

Foi delimitado como objetivo geral a identificação das ações sustentáveis existentes na UEMS, com base nos critérios estabelecidos na A3P com vistas a propor um plano de adesão. Para a identificação das ações procedeu-se a análise do PDI da UEMS e aplicação de questionários aos servidores administrativos e gerentes da IES. O Plano de Ação seguiu as sugestões contidas no Plano de Gestão Socioambiental (PGS) elaborado pelo Programa A3P.

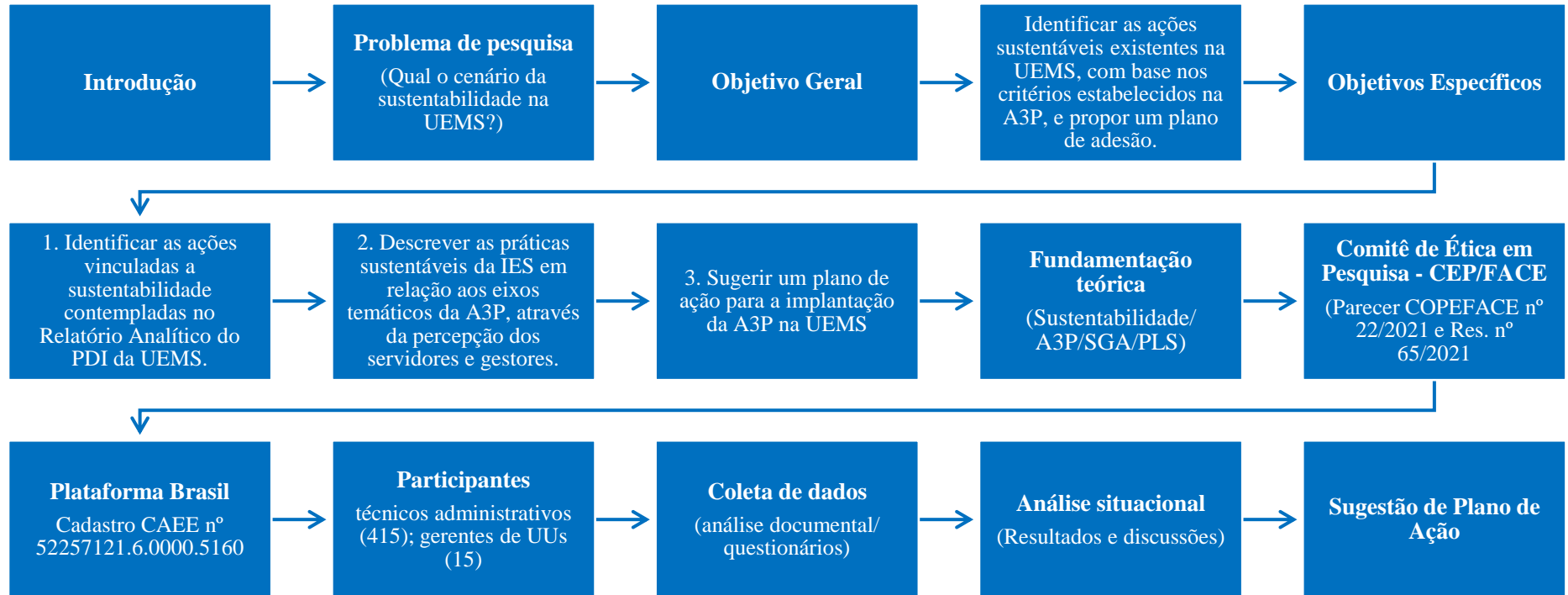
A metodologia da pesquisa estabeleceu as principais dimensões sustentáveis, os objetivos, os eixos temáticos e indicadores da A3P como parâmetros das análises, conforme resumo do Quadro 2. Em seguida, a pesquisa foi submetida ao CEP da UFGD e, posteriormente, cadastrada na Plataforma Brasil, com Parecer de Aprovação e sob CAEE nº 52257121.6.0000.5160.

A coleta de dados buscou reunir informações sobre a realidade da UEMS em relação à existência de práticas e grau de aderência a preceitos sustentáveis na Instituição como forma de inferir a necessidade ou não de implantação do Programa na IES. Para tanto, foi analisado o último Relatório Analítico da UEMS (2014-2020) e utilizados dois questionários, um direcionado aos servidores técnicos administrativos e outro aos gerentes de Unidades Universitárias.

As análises e interpretações dos dados pautaram-se, desse modo, na análise de conteúdo e estatística descritiva. A apresentação dos resultados alinhou-se aos objetivos desta pesquisa como subsídio para a formulação de uma proposta de adesão como plano de ação a ser implementado pela UEMS.

As etapas que correspondem ao desenho da pesquisa são identificadas na Figura 3.

Figura 3 – Desenho da pesquisa



Fonte: elaboração própria (2022)

4 ANÁLISE SITUACIONAL (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Neste capítulo é apresentada a análise situacional da UEMS. Assim, na seção 4.1. são correlacionadas as convergências entre o conteúdo do Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMS (UEMS, 2020a), período 2014-2020, e os eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública. As seções 4.2. e 4.3. retratam os dados coletados através dos questionários aplicados aos servidores técnicos administrativos e gerentes de Unidades Universitárias da IES em relação aos objetivos e eixos temáticos da A3P.

4.1 Ações sustentáveis no Relatório Analítico do PDI da UEMS, período 2014-2020

Este tópico visa analisar o Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) (UEMS, 2020a), referente ao período 2014-2020, como forma de subsidiar a realidade organizacional da instituição, buscando elencar ocorrências de ações, metas e objetivos relativos à sustentabilidade na IES.

A escolha do documento para análise considerou a última publicação disponível por conter informações mais atualizadas da Instituição. Os parâmetros empregados para fins de comparação foram os objetivos e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Ressalta-se que se trata de relatório analítico dos objetivos e metas propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS, não se configurando, desse modo, em documento específico para ações socioambientais.

A organização do relatório contempla 7 (sete) capítulos: Políticas de Ensino (1), Políticas de Educação à Distância (2), Políticas e Programas de Pesquisa e Pós-Graduação (3), Políticas e Programas de Extensão e Cultura (4), Política de Atendimento ao Estudante (5), Políticas de Recursos Humanos (6) e Políticas de Gestão (7).

Os cinco primeiros capítulos do relatório versam sobre políticas e programas destinados ao atendimento de objetivos referentes ao ensino, pesquisa e extensão na UEMS. Já os capítulos 6 e 7 concentram, em grande parte, objetivos e metas alusivos à questões socioambientais. Para fins desta análise foram considerados os objetivos e metas relacionados apenas às atividades administrativas da UEMS.

Os itens relacionados no capítulo acerca das Políticas de Recursos Humanos compreendem o eixo temático Gestão de Pessoas, cuja essência converge para a dimensão

social da sustentabilidade, principalmente no que se refere ao eixo Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho da A3P, abordando tópicos como ergonomia, conforto, bem estar, entre outros, no local de trabalho (MMA, 2017; UEMS, 2020a), de acordo com informações do Quadro 3.

Quadro 3 – Relatório Analítico do PDI - Políticas de Recursos Humanos

| Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) | | Relatório Analítico do PDI UEMS | |
|---|---|--|---|
| Dimensão Sustentável | Eixo Temático da A3P | Políticas de Recursos Humanos | |
| | | Eixo temático: gestão de pessoas | |
| | | Objetivos | Metas |
| Dimensão Social | Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho | 19. Instituir políticas de valorização dos servidores | 1. Implantar o Programa de Saúde e Bem-Estar dos Servidores |
| | | | 2. Avaliar a possibilidade de oferecer novos benefícios aos servidores para estimular a sua produção profissional |
| | | | 3. Firmar novos convênios e parcerias com instituições públicas e privadas para facilitar o acesso dos servidores e seus dependentes a serviços diversos mediante descontos |
| | | 20. Instituir um programa de melhoria das condições de trabalho do servidor | 1. Realizar estudos sobre a viabilidade de implantação de um Programa de Gestão por Competência para os servidores da UEMS |
| | | | 2. Estimular o crescimento pessoal e o aperfeiçoamento profissional dos servidores |
| | | | 4. Aquisição de mobiliário e equipamentos ergonômicos |
| | | 21. Ampliar o número de servidores visando atender as demandas da UEMS | 1. Avaliar e expandir conforme PCC e disponibilidade de recursos o número de docentes e técnicos administrativos |
| | | | 2. Revisão do PCC dos docentes e técnicos administrativos |
| | | 22. Promover a titulação de docentes e técnicos administrativos em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> | 1. Realizar a revisão das políticas de Capacitação, avaliando a disponibilidade de recursos financeiros e a necessidade por área, mantendo sua abrangência |
| | | | 2. Buscar a ampliação da capacitação de docentes e técnicos administrativos por meio de programas interinstitucionais nas modalidades MINTER e DINTER |
| | | | 3. Realizar estudos referentes à demanda institucional de qualificação do corpo docente e técnico-administrativo em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> |

Fonte: Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMS, período 2014-2020 (UEMS, 2021).

No capítulo dedicado à Políticas de Gestão, no que concerne ao eixo temático Infraestrutura Física e Tecnológica percebe-se uma identificação dos objetivos e metas alcançadas com a dimensão econômica da sustentabilidade, tendo em vista que o teor das metas abrange construções, reformas ampliações, bem como as compras públicas, conforme dados do Quadro 4.

Quadro 4 – Relatório Analítico do PDI - Políticas de Gestão – Eixo Infraestrutura Física e Tecnológica

| Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) | | Relatório Analítico do PDI UEMS | |
|---|--|--|--|
| Dimensão Sustentável | Eixo Temático da A3P | Políticas de Gestão | |
| | | Eixo temático: Infraestrutura Física e Tecnológica | |
| | | Objetivos | Objetivos |
| Dimensão econômica | Construções, reformas e ampliações Sustentáveis; Uso racional dos recursos naturais e bens públicos | 23. Ampliar e modernizar a infraestrutura física e de equipamentos adequadas às novas tecnologias | 1. Elaborar um plano de investimentos por Unidade para readequar e ampliar a infraestrutura física existente contemplando biblioteca, laboratório, sala de aula, sala administrativa, gabinetes para os professores buscando otimizar os espaços para atender todas as necessidades da Instituição |
| | | | 2. Elaborar um plano de investimentos para manutenção e novas aquisições de materiais permanentes por Unidade Universitária contemplando biblioteca, laboratórios, salas de aula, salas administrativas e gabinetes para os professores |
| | | | 3. Modernizar e automatizar através de softwares ou sistemas <i>on-line</i> os procedimentos acadêmicos e administrativos |
| | | 24. Melhorar o acesso as pessoas com deficiência em todas as Unidades Universitárias | 1. Adequação e melhoria das condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência |
| | | 26. Promover uma gestão racional com sustentabilidade econômico-financeira, responsável e rigorosa dos recursos, com base em critérios de economia, eficácia e eficiência, | 1. Implantar um programa de orientação do bom uso dos equipamentos e veículos e uma política de substituição dos equipamentos visando à redução de custos com manutenção |
| | | | 2. Implantação de políticas de gestão para aplicação dos recursos financeiros da Instituição de forma otimizada e apropriada |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | | incrementando o potencial de participação da comunidade universitária | |
| | | 27. Garantir recursos orçamentários para a manutenção e ampliação das ações de todas as Unidades Universitárias da UEMS | 1. Implantar o Planejamento Estratégico para maior aproximação entre a ata orçamentária de um ano e o efetivamente executado no mesmo ano 2. Gestão permanente junto aos Governos do Estado e Federal, visando à garantia de recursos orçamentários anuais que atendam às demandas de custeio e investimento para a manutenção e ampliação das ações da UEMS |

Fonte: Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMS, período 2014-2020 (UEMS, 2021).

E, embora não se apresentem explicitamente nos objetivos e metas relacionados para este eixo temático, observa-se que os preceitos sustentáveis estão nele inseridos, o que pode ser verificado mais especificamente no objetivo 26, o qual procura “promover uma gestão racional com sustentabilidade econômico-financeira, responsável e rigorosa dos recursos, com base em critérios de economia, eficácia e eficiência, incrementando o potencial de participação da comunidade universitária” (UEMS, 2021, p. 296).

Destaca-se também, no eixo Administração do capítulo Políticas de Gestão, como exemplo de meta ligada às compras públicas, a implementação de política institucional de aquisição de material permanente objetivando a racionalização da aplicação de recursos financeiros e redução de custos com manutenções e substituições, como pode ser visualizado no Quadro 5.

Quadro 5 – Relatório Analítico do PDI - Políticas de Gestão – Eixo Administração

| Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) | | Relatório Analítico do PDI UEMS | |
|---|---|-----------------------------------|---|
| Dimensão Sustentável | Eixo Temático da A3P | Políticas de Gestão | |
| | | Eixo temático: Administração | |
| | | Objetivos | Objetivos |
| Dimensão Social | Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho | 30. Implantar a Ouvidoria da UEMS | 1. Regulamentar e implantar a Ouvidoria, com autonomia em relação à Administração Central da UEMS |
| | Educação Ambiental; conscientização interna e externa | 31. Elaborar o Plano de Marketing | 1. Avaliar a percepção de qualidade e a importância da UEMS junto à sociedade 2. Ampliar a divulgação das ações realizadas pela UEMS |
| Dimensão econômica | Uso racional dos recursos naturais e | 32. Implantar o Programa de | 1. Implantar a padronização dos documentos oficiais |

| | | | |
|--|--|---|---|
| | bens públicos | Gestão de Documentos Oficiais | 2. Definir critérios para reduzir ao essencial os documentos acumulados |
| | | | 3. Definir a guarda definitiva, temporária e o descarte dos documentos gerados |
| | | | 4. Criar um Setor de Protocolo Integrado (SPI) |
| | | | 5. Atender a tabela de temporalidade |
| | | 33. Implantar o Programa de Padronização de Informações | 1. Instituir um banco de dados para suporte ao processo de planejamento e avaliação institucional |
| 34. Implantar o Programa de Economia Inteligente | 1. Reduzir custos no que se refere à telefonia, ao consumo de água, energia elétrica e à informática | | |
| | 2. Implementar uma política institucional de aquisição de material permanente que racionalize a aplicação de recursos financeiros e reduza custos com manutenção e substituições | | |
| Dimensão Ambiental | Gestão Adequada dos Resíduos Gerados | 35. Implantar o Programa de Sustentabilidade Ambiental | 1. Reorganizar a instituição a fim de instituir corpo técnico responsável pela elaboração dos projetos ambientais e seu gerenciamento |
| | | | 2. Implantar programa institucional para tratamento e/ou destinação adequada dos resíduos sólidos, químicos, biológicos, consumíveis de equipamentos e domésticos gerados pela UEMS |

Fonte: Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UEMS, período 2014-2020 (UEMS, 2021).

Ainda, no capítulo das Políticas de Gestão, no eixo temático que reúne as diretrizes estipuladas para a Administração, estão presentes, sobretudo, as ideias vinculadas à dimensão ambiental da sustentabilidade no tocante ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos, tais como: redução do acúmulo de documentos; implantação de Programa de Economia Inteligente com a finalidade de reduzir os gastos com telefonia, consumo de água, energia elétrica e informática.

Não obstante não seja parte integrante do relatório analisado, o objetivo 35 e suas metas identificaram a necessidade de uma Política Ambiental na IES através da implementação de um Programa de Sustentabilidade Ambiental. Desse modo, foram estipuladas como metas:

1. Reorganizar a instituição a fim de instituir corpo técnico responsável pela elaboração dos projetos ambientais e seu gerenciamento;
2. Implantar programa institucional para tratamento e/ou destinação adequada dos resíduos sólidos, químicos, biológicos, consumíveis de equipamentos e domésticos gerados pela UEMS (UEMS, 2021, p. 357-358).

A meta 1 do objetivo 35 foi efetivada por meio da Resolução COUNI-UEMS nº 568, de 02 de março de 2020 e publicada no Diário Oficial nº 10.105 de 3 de março de 2020 (UEMS, 2020b), com a criação do Setor de Meio Ambiente da UEMS, substituindo a Assessoria de Planejamento e Gestão Ambiental, e vinculado à Diretoria de Infraestrutura (DINFRA).

Dentre as atribuições do Setor de Meio Ambiente destacam-se a responsabilidade pelo “ordenamento ambiental da UEMS e a elaboração de um Sistema de Gestão Ambiental Integrado” (UEMS, 2021, p. 358).

A meta 2 do objetivo 35 destina-se à adequação da Instituição às normas ambientais vigentes, tanto municipais quanto estaduais e federais, particularmente no que se refere ao tratamento de resíduos gerados pela IES e licenças ambientais, o que resultou na elaboração do Plano de Recomposição da Reserva Legal e Plano de Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Laboratórios da UU de Dourados, sendo que para este foram fixados como prioritários os seguintes objetivos:

- Minimizar a produção de resíduos nos laboratórios;
- recuperar e reusar os resíduos nos laboratórios de origem;
- reciclar dentro ou fora do laboratório produtor;
- tratar os resíduos gerados dentro do laboratório reduzindo sua toxicidade e volume;
- dispor os resíduos gerados de forma adequada (UEMS, 2020a, p. 359).

É notório, assim, após o levantamento das características contidas no relatório e comparação com eixos temáticos da A3P, que, embora os resultados encontrados apontem para uma convergência de objetivos e metas socioambientais efetivados no contexto da IES, a UEMS ainda não institucionalizou formalmente um sistema que englobe todas as dimensões sustentáveis e seus indicadores, priorizando-se o atendimento às exigências legais.

4.2 Resultados do questionário aplicado aos técnicos administrativos da UEMS

O questionário aplicado aos técnicos administrativo da UEMS compreende 17 questões subdivididas em 8 seções direcionadas ao levantamento de dados através da percepção dos servidores da UEMS sobre a existência de relação entre os eixos temáticos da A3P e sustentabilidade no ambiente de trabalho. A primeira seção do questionário busca delinear o perfil dos participantes, as questões a partir da segunda e até a sétima seção

contemplam os eixos temáticos da A3P em questões de múltipla escolha e a última seção destina-se à coleta de informações não previstas no questionário, de acordo com informações do Apêndice F (AQUINO, 2021; PEIXOTO, 2019; PEIXOTO *et al*, 2019).

A coleta dos dados compreendeu o período de janeiro a março de 2022. O questionário foi enviado aos participantes em formato de formulário para preenchimento *on-line*, via *link* por *e-mail*, e enviados através da função CCO (Com Cópia Oculta) cuja visualização não permite identificar outros endereços.

Participaram da pesquisa 206 técnicos administrativos da UEMS dentre o quantitativo de 415 servidores efetivos em exercício. A amostra baseia-se no cálculo da representatividade para populações finitas, haja vista o conhecimento do número de servidores aptos a participar da pesquisa (LAKATOS E MARCONI, 2008; GIL, 2011). Assim, foi utilizada a fórmula indicada por Gil (2011, p. 97),

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2(N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

onde: n = Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = Percentagem complementar

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido

Para o cálculo da amostra foi considerada a população de 415 técnicos administrativos, aplicando-se margem de erro de 5%, nível de confiança de 95% com desvio-padrão de 1,96, e atribuindo-se o valor de p=q= 0,5 ou de 50%. Para tanto, estimou-se que a amostra ideal deveria ser de, no mínimo, 200 participantes. Desse modo, a quantidade de 206 respostas configura-se como amostra representativa da população dos técnicos administrativos da UEMS.

Ainda, em referência ao questionário enviado aos gerentes de Unidades Universitárias foi considerada como população o total relativo a 15 UUs sob as mesmas condições, ou seja, margem de erro de 5%, nível de confiança de 95% com desvio-padrão de 1,96, e valores de p=q=50%. Nessas condições, uma amostra viável para o estabelecimento de dados da representatividade amostral seria de, no mínimo, 14

pesquisados. Entretanto, participaram efetivamente da pesquisa apenas 5 gerentes de Unidades Universitárias, tendo em vista que o preenchimento dos questionários não se caracterizava como compulsório.

Para a tabulação dos demais dados foram atribuídos números de 1 a 5 para respostas relativas tanto para condutas quanto para tipos de conhecimento com o objetivo de demonstrar quantitativamente a percepção dos participantes em relação às questões propostas na pesquisa. Desse modo, nas tabelas estão representados como frequências absolutas e relativas para as condutas: Nunca (N1), Raramente (R2), Às Vezes (AV3), Frequentemente (F4) e Sempre (S5); para a avaliação do grau de conhecimento serão utilizados: Nenhum Conhecimento (NC1), Pouco Conhecimento (PC2), Razoável Conhecimento (RC3), Bom Conhecimento (BC4) e Grande Conhecimento (GC5) (PEIXOTO, 2019). Também foi incluída uma categoria para aqueles que cadastraram o *e-mail* na plataforma da pesquisa, mas que optaram por não responder o questionário, identificados por Não Respondeu (NR0). Outras características que complementam os resultados da escala *Likert* utilizada no primeiro questionário são a mediana e a moda, destacando-se esta por representar a maior frequência absoluta em um grupo de dados (BARBOZA et al., 2013). Em complemento às informações estão apresentados os resultados da frequência absoluta, em expressão numérica, e a frequência relativa, em porcentagem, para as quais foram utilizadas duas casas decimais após a vírgula, o que pode representar, em alguns casos, um valor aproximado.

A primeira seção do questionário destina-se ao delineamento de características acerca do perfil dos participantes. Assim, foram levantados dados como faixa etária, tempo de serviço na UEMS, sexo, escolaridade e local onde exerce suas funções, de acordo com informações da Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil dos Participantes da Pesquisa

| Perfil dos Participantes | | | | | |
|------------------------------|---------------|--------------------------|---------|----------|--------|
| Variáveis | | Técnicos Administrativos | | Gerentes | |
| | | Nº | % | Nº | % |
| Vínculo com a UEMS | Quantidade | 206 | 49,63* | 5 | 33,33* |
| | Feminino | 140 | 67,96** | 2 | 40** |
| Gênero | Masculino | 64 | 31,07 | 3 | 60 |
| | Não respondeu | 2 | 0,97 | - | - |
| | Amarela | 2 | 0,97 | - | - |
| Qual sua cor ou raça? | Branca | 138 | 66,99 | 4 | 80 |
| | Indígena | - | - | - | - |
| | Parda | 52 | 25,24 | 1 | 20 |

| | | | | | |
|--|--|-----|-------|---|----|
| | Preta | 6 | 2,92 | - | - |
| | Não respondeu | 4 | 1,94 | - | - |
| | Prefere não se classificar | 4 | 0,97 | - | - |
| Qual sua idade? | Até 20 anos | - | - | - | - |
| | 21-30 anos | 14 | 6,80 | - | - |
| | 31-40 anos | 62 | 30,09 | 1 | 20 |
| | 41-50 anos | 88 | 42,72 | 2 | 40 |
| | Acima de 51 anos | 40 | 19,42 | 2 | 40 |
| | Não respondeu/vazia | 2 | 0,97 | - | - |
| Qual sua escolaridade? | Ensino Médio | 4 | 1,94 | - | - |
| | Graduação | 48 | 23,30 | - | - |
| | Especialização | 110 | 53,40 | 2 | 40 |
| | Mestrado | 36 | 17,48 | 2 | 40 |
| | Doutorado | 6 | 2,91 | 1 | 20 |
| | Pós-doutorado | - | - | - | - |
| | Não respondeu/vazia | 2 | 0,97 | - | - |
| Qual seu tempo de serviço na UEMS? | Menos de 6 meses | 2 | 0,97 | - | - |
| | 6 meses a 1 ano | 8 | 3,88 | - | - |
| | 1 ano a 3 anos | 24 | 11,65 | - | - |
| | 3 anos a 10 anos | 36 | 17,48 | 1 | 20 |
| | Mais de 10 anos | 134 | 65,05 | 4 | 80 |
| | Não respondeu/vazia | 2 | 0,97 | - | - |
| Qual a sua categoria de vínculo com a UEMS? | ATNM - Assistente Técnico de Nível Médio | 100 | 48,54 | 1 | 20 |
| | TAE - Técnico em Assuntos Educacionais | 8 | 3,89 | - | - |
| | TNS - Técnico de Nível Superior | 96 | 46,60 | 2 | 40 |
| | Docente | - | - | - | - |
| | Não respondeu | 2 | 0,97 | 2 | 40 |
| Unidade Universitária (UU) de lotação | Dourados (sede) | 130 | 63,11 | 1 | 20 |
| | Amambai | 2 | 0,97 | 1 | 20 |
| | Aquidauana | 10 | 4,85 | - | - |
| | Campo Grande | 16 | 7,77 | - | - |
| | Cassilândia | 10 | 4,85 | - | - |
| | Coxim | 2 | 0,97 | - | - |
| | Glória de Dourados | 2 | 0,97 | 1 | 20 |
| | Ivinhema | 2 | 0,97 | - | - |
| | Jardim | 2 | 0,97 | - | - |
| | Maracajú | 4 | 1,94 | - | - |
| | Mundo Novo | 4 | 1,94 | 1 | 20 |
| | Naviraí | 4 | 1,94 | 1 | 20 |
| | Nova Andradina | 6 | 2,91 | - | - |
| | Paranaíba | 8 | 3,88 | - | - |
| | Ponta Porã | 2 | 0,97 | - | - |
| | Não respondeu | 2 | 0,97 | - | - |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). (*) Em relação ao total de servidores, apenas para o item Vínculo com a UEMS; (**) em relação ao total de participantes das pesquisas.

As informações relativas à Tabela 1 englobaram dados coletados nos dois questionários aplicados aos servidores técnicos administrativos e gerentes de UUs em razão da semelhança destas seções em ambos. Algumas informações sobressaem, dentre as quais: a maioria dos participantes corresponde ao gênero feminino (67,96%);

autodeclarando-se de cor branca (66,99%); na faixa-etária entre 41 e 50 anos (42,72%); com mais de 10 anos no serviço público na UEMS (65,05%), o qual é desempenhado, também, na sede da IES, em Dourados (63,11%). Um comportamento previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do questionário destacou-se pela possibilidade de escolher não participar da pesquisa, opção assinalada por 2 pessoas ou 0,97% do total de respondentes.

O primeiro rol de questões da segunda seção buscou coletar informações acerca da frequência com que os técnicos administrativos se utilizam de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho em relação ao eixo temático Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|--|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|------------|---------|------|
| | N(1) | R(2) | AV(3) | F(4) | S(5) | NR(0) | | |
| Apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado | 0 | 0 | 0 | 22 10,68% | 182 88,35% | 2 0,97% | 5 | 5 |
| Aproveita ao máximo a iluminação natural e evita ligar as lâmpadas durante o dia | 18 8,74% | 14 6,80% | 34 16,50% | 76 36,89% | 62 30,10% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Desliga o ar condicionado ou o ventilador ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado | 2 0,97% | 4 1,94% | 2 0,97% | 22 10,68% | 174 84,47% | 2 0,97% | 5 | 5 |
| Fecha portas e janelas quando o ar condicionado está ligado | 4 1,94% | 0 | 12 5,83% | 34 16,5% | 154 74,76% | 2 0,97% | 5 | 5 |
| Desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso | 42 20,38% | 18 8,74% | 24 11,65% | 36 17,48% | 84 40,78% | 2 0,97% | 4 | 5 |
| Configura o computador para desligamento automático do vídeo | 52 25,24% | 14 6,8% | 26 12,62% | 22 10,68% | 90 43,69% | 2 0,97% | 4 | 5 |
| Dá preferência ao uso de mensagens eletrônicas (<i>e-mail</i>), evitando o uso do papel nas comunicações, inclusive nas endereçadas ao público externo | 0 | 2 0,97% | 18 8,74% | 56 27,18% | 128 62,14% | 2 0,97% | 5 | 5 |
| Substitui o uso de documento impresso por documento digital | 4 1,94% | 8 3,88% | 30 14,56% | 84 40,78% | 78 37,86% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Imprime ou faz cópia dos documentos em frente-e-verso | 4 1,94% | 6 2,91% | 22 10,68% | 90 43,69% | 82 39,81% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco | 70 33,98% | 30 14,56% | 28 13,59% | 30 14,56% | 46 22,33% | 2 0,97% | 3 | 1 |
| Reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho | 0 | 0 | 10 4,85% | 42 20,39% | 152 73,79% | 2 0,97% | 5 | 5 |

| | | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|------------|---|---|
| Substitui copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável | 4 1,94% | 8 3,88% | 22 10,68% | 38 18,45% | 132 64,08% | 2 0,97% | 5 | 5 |
| Procura reduzir o consumo de água, com pequenos hábitos como fechar a torneira na hora de escovar os dentes, também diminuir a quantidade de água derramada na hora de lavar as mãos | 2 0,97% | 0 | 6 2,91% | 40 19,42% | 156 75,73% | 2 0,97% | 5 | 5 |
| Separa os resíduos gerados dentro da instituição, utilizando adequadamente as lixeiras divididas por padrão de cores da coleta seletiva | 30 14,56% | 26 12,62% | 28 13,59% | 48 23,30% | 72 34,95% | 2 0,97% | 4 | 5 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (N1) Nunca, (R2) Raramente, (AV3) Às Vezes, (F4) Frequentemente, (S5) Sempre e (NR0) Não Respondeu.

A ações elencadas na Tabela 2, Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, apresentaram questões que buscam verificar se estão incorporadas nas rotinas administrativas dos servidores da UEMS as práticas referentes ao uso consciente dos recursos disponibilizados pela IES.

De acordo com as respostas coletadas observa-se que a maioria dos participantes adota hábitos direcionados a reduzir o desperdício de energia, papel, água, copos descartáveis, afirmando também que procuram separar os resíduos gerados no ambiente de trabalho, haja vista que 10 itens foram indicados como ações que Sempre ocorrem, seguidos da resposta Frequentemente, com modas iguais a 5 e 4, respectivamente. Apenas o item “utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco” foi apontado negativamente ou como prática não comum na IES, uma vez que as opções “Não”, “Raramente” e “Às Vezes” prevaleceram, perfazendo 62,13% do total de respostas, o que corresponde à realidade da rotina no ambiente de trabalho, tendo em vista que os serviços de reprografia utilizados na UEMS são provenientes de empresa terceirizada, cujas características para contratação consideram o menor custo-benefício para esta finalidade.

A questão número 9, contida na oitava seção, procurou listar os meios de locomoção utilizados pelos servidores para realizar o trajeto até o local de trabalho. Os dados coletados são elencados na Tabela 3.

Tabela 3 – Utilização de meios de locomoção para as UUs da UEMS

| Como você se locomove com mais frequência para a UEMS? | Total | % |
|--|-------|-------|
| Veículo próprio (carro, moto e outros) | 162 | 78,64 |
| Bicicleta | 6 | 2,91 |
| Transporte coletivo (ônibus, van, transporte escolar e outros) | 24 | 11,65 |
| A pé | 2 | 0,97 |

| | | |
|--|------------|-------------|
| Carona | 8 | 3,88 |
| Veículo de aluguel (táxi, mototáxi e outros) | 2 | 0,97 |
| Outras maneiras | 0 | 0 |
| Não respondeu | 2 | 0,97 |
| Total | 206 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

As respostas da Tabela 3 apresentam o deslocamento por meio de veículo próprio como mais frequente entre os técnicos administrativos da UEMS com 78,64%, seguido da utilização de transporte coletivo, com 11,65%. Esse comportamento pode ser explicado pelas características inerentes às UUs no que diz respeito à localização das Unidades, como a distância dos centros urbanos. No caso das Unidades de Dourados e Aquidauana, por exemplo, esta diz respeito a instalações de uma fazenda e aquela está 12Km distante da cidade. Outros pontos a serem considerados como relevantes para a preferência dos servidores por veículos próprios no caso da cidade de Dourados são a oferta reduzida de ônibus em horários de pico, além da superlotação de usuários do transporte coletivo que não é composto exclusivamente pela comunidade acadêmica, mas também por soldados e trabalhadores das indústrias existentes ao longo do trajeto para a Cidade Universitária.

No Brasil, fatores como políticas de investimentos na indústria automobilística e o aumento de renda das famílias, aliado à expansão das linhas de crédito possibilitaram um aumento expressivo do acesso ao poder de compra de veículos (CARVALHO, 2016).

De um lado, ocorreu uma estagnação na oferta de transporte público no que diz respeito tanto ao aumento das frotas quanto de modernização. Exemplos de impactos negativos ou externalidades resultantes deste cenário foi o aumento da emissão de CO₂ (dióxido de carbono), com variação de 60 a 180x10⁶t, compreendidos no período de 1980 a 2011, com projeção de aumento para 265 x10⁶t até 2020, e a poluição sonora (BRASIL, 2011). Por outro lado, iniciativas para uma redução desses impactos requerem um planejamento e, para que isso ocorra de forma satisfatória no que respeita a utilização de meios de locomoção pelos servidores da UEMS até os locais de trabalho, é necessário o esforço conjunto entre as esferas administrativas estaduais e municipais com a finalidade de incentivar um deslocamento que privilegie a mobilidade urbana sustentável, como, por exemplo, melhorias para oferta de transporte coletivo (CARVALHO, 2016).

A terceira seção apresentou o eixo temático Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, cujas questões averiguaram a conduta dos servidores quanto à geração e descarte apropriado de resíduos nas dependências da IES, bem como investiga se a UEMS oferece

meios adequados para esses procedimentos, segundo a Tabela 4.

Tabela 4 – Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|---|---------------------------------------|-------------|--------------|-------------|--------------|------------|---------|------|
| | N(1) | R(2) | AV(3) | F(4) | S(5) | NR(0) | | |
| Incentivo pela UEMS de coleta seletiva e reciclagem. | 30 14,5% | 56 27,2% | 60 29,13% | 24 11,7% | 34 16,5% | 2 0,97% | 3 | 3 |
| Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências da UEMS, de acordo com o tipo de resíduo. | 20 9,7% | 38 18,4% | 36 17,5% | 48 23,5% | 62 30,1% | 2 0,97% | 4 | 5 |
| Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho. | 4 1,9% | 6 2,9% | 26 12,6% | 76 36,9% | 92 44,66% | 2 1% | 4 | 5 |
| Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores. | 16 7,77% | 26 12,6% | 52 25,2% | 60 29,1% | 50 24,3% | 2 0,97% | 4 | 4 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (N1) Nunca, (R2) Raramente, (AV3) Às Vezes, (F4) Frequentemente, (S5) Sempre e (NR0) Não Respondeu.

Em oposição ao último item da Tabela 2, na Tabela 4 o item “Incentivo pela UEMS de coleta seletiva e reciclagem” foi apontado como deficiente ao se considerar a origem da iniciativa, em que 60 participantes (29,13%) responderam “Às Vezes” seguidos por 56 respostas (27,2%) equivalentes a “Raramente” e 30 (14,5%) afirmaram que “Nunca” verificaram esse tipo de incentivo pela IES.

Ainda, em relação à Tabela 4, para os itens “Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências da UEMS, de acordo com o tipo de resíduo” e “Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho” é notória uma consistência na frequência das respostas com a opção “Sempre” em primeiro lugar, com 30,1% e 44,6%, seguida de “Frequentemente”, com 23,5% e 36,9% para cada um deles, enquanto para o item “Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores” ocorre o inverso, ou seja, a resposta “Frequentemente” foi a mais indicada, com 29,1%, seguida de “Sempre”, com 24,3%.

A quarta seção foi dedicada ao eixo temático Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, com questões que se ocupam da preservação do entorno do ambiente de trabalho e das relações trabalhistas que privilegiam temas relativos à qualidade de vida e saúde dos servidores, principalmente no desempenho de suas funções.

O primeiro questionamento, objeto da questão número 11, preocupou-se com a preservação dos elementos da natureza presentes nas Unidades Universitárias através de

ações de arborização e paisagismo, de acordo com informações da Tabela 5.

Tabela 5 – Qualidade de Vida no Ambiente o Trabalho – Arborização e Paisagismo

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|--------------------------------|---------------------------------------|-------------|--------------|--------------|-------------|------------|---------|------|
| | N(1) | R(2) | AV(3) | F(4) | S(5) | NR(0) | | |
| Arborização | 4 1,94% | 16 7,77% | 36 17,48% | 86 41,75% | 62 30,1% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Paisagismo | 4 1,94% | 16 7,77% | 36 17,48% | 86 41,75% | 62 30,1% | 2 1% | 4 | 4 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (N1) Nunca, (R2) Raramente, (AV3) Às Vezes, (F4) Frequentemente, (S5) Sempre e (NR0) Não Respondeu.

Quanto aos itens arborização e paisagismo, através das respostas mais indicadas pelos participantes é possível inferir uma preocupação por parte da IES na conservação e preservação do meio ambiente natural do entorno de suas Unidades Universitárias, cuja frequência equivale a 41,75% ou 86 respostas iguais a “Frequentemente”, seguidas por 62 respostas para “Sempre”, com 30,1%, e “Às Vezes”, com 36 respostas ou 17,48%.

Em complemento ao eixo temático Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho, foram elencadas questões com o objetivo de avaliar a valorização dos servidores e o tratamento oferecido no ambiente de trabalho, conforme dados da Tabela 6.

Tabela 6 - Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|--|---------------------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|------------|---------|------|
| | N(1) | R(2) | AV(3) | F(4) | S(5) | NR(0) | | |
| Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor. | 4 1,94% | 30 14,56% | 70 33,98% | 76 36,89% | 24 11,65% | 2 0,97% | 3 | 4 |
| Autonomia dos servidores em suas atividades diárias. | 2 0,97% | 12 5,83% | 48 23,30% | 92 44,66% | 50 24,27% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Existência de preconceitos no ambiente de trabalho. | 54 26,21% | 56 27,18% | 52 25,24% | 16 7,77% | 26 12,62% | 2 0,97% | 2 | 2 |
| Promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social). | 20 9,70% | 42 20,39% | 88 42,72% | 38 18,45% | 16 7,77% | 2 0,97% | 3 | 3 |
| Respeito à liberdade de expressão | 6 2,91% | 16 7,77% | 40 19,4% | 86 41,7% | 56 27,2% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Respeito à privacidade pessoal. | 6 2,9% | 8 3,88% | 26 12,62% | 108 52,43% | 56 27,18% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Tratamento imparcial a todos os servidores | 18 8,74% | 16 7,77% | 60 29,13% | 64 31,07% | 46 22,33% | 2 0,97% | 4 | 4 |

| | | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|---|---|
| Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer. | 24 11,65% | 50 24,27% | 72 34,95% | 34 16,50% | 24 11,65% | 2 0,97% | 3 | 3 |
| Promoção de programas de orientação médica e nutricional | 24 11,65% | 42 20,39% | 74 35,92% | 42 20,39% | 22 10,68% | 2 0,97% | 3 | 3 |
| Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta) | 42 20,39% | 60 29,13% | 46 22,33% | 34 16,50% | 22 10,68% | 2 0,97% | 2 | 2 |
| Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras) | 16 7,77% | 26 12,62% | 28 13,59% | 80 38,83% | 54 26,21% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada | 4 1,94% | 8 3,88% | 24 11,65% | 72 34,95% | 96 46,60% | 2 0,97% | 4 | 5 |
| As instalações da UEMS são acessíveis e apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. | 6 2,91% | 16 7,77% | 42 20,39% | 96 46,60% | 44 21,36% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Estímulo à educação continuada e a capacitação. | 10 4,85% | 24 11,65% | 60 29,13% | 66 32,04% | 44 21,36% | 2 0,97% | 4 | 4 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (N1) Nunca, (R2) Raramente, (AV3) Às Vezes, (F4) Frequentemente, (S5) Sempre e (NR0) Não Respondeu.

De acordo com informações do Ministério do Meio Ambiente para a A3P o eixo Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho tem como foco o incentivo visando o “desenvolvimento pessoal e profissional” (MMA, 2022). Exemplos de ações relacionadas a este eixo são: “uso e desenvolvimento de capacidades, integração social e interna, respeito à legislação, condições de segurança e saúde no trabalho” (MMA, 2022).

No que diz respeito ao uso e desenvolvimento de capacidades verifica-se que os itens “aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor; autonomia dos servidores em suas atividades diárias; e, estímulo à educação continuada e a capacitação” sugerem avaliações positivas por parte dos técnicos administrativos com predomínio de respostas “Frequentemente” e “Às Vezes”, tendo como destaque a segunda posição do segundo item, cuja opção “Sempre” aparece com 50% das indicações.

O tópico integração social e interna engloba os itens “existência de preconceitos no ambiente de trabalho” e “promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social)”. Para o primeiro as respostas “Raramente”, com 27,18%, e “Nunca”, com 26,21% representam uma característica positiva já que concentram a opinião da maioria dos servidores. Contudo, a existência de respostas como “Às Vezes” (25,24%), “Sempre” (12,62%) e “Frequentemente” (7,77%) denotam a

necessidade de iniciativas que priorizem a erradicação de atitudes e comportamentos discriminatórios no ambiente de trabalho. Da mesma forma, para o item “promoção de atividades de integração”, observa-se uma carência do estímulo ao convívio social, para o qual predomina a resposta “Às Vezes”, com 42,72%, seguida de “Raramente”, com 20,39%.

Ao tópico 3, respeito à legislação, correspondem os itens “respeito à liberdade de expressão, respeito à privacidade pessoal e tratamento imparcial a todos os servidores. Os dois primeiros itens, respeito às liberdades de expressão e privacidade pessoal foram indicados como direito “Frequentemente” seguidos no ambiente de trabalho, com predominância de 41,7% e 52,43%, respectivamente, bem como aproximadamente 27% afirmaram “Sempre” existir estes tipos de respeitos”.

O último tópico considerado na Tabela 6 engloba características que prezam pelas condições de segurança e saúde no trabalho. Nesse contexto, os itens que receberam avaliações positivas foram: controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras), “Frequentemente”, com 38,83%, seguido de “Sempre”, com 26,21%; a manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada foi indicada, majoritariamente, como uma ação que “Sempre” ocorre, com 46,60%, seguida por “Frequentemente”, com 34,95%; as instalações voltadas à acessibilidade também receberam avaliações positivas, com a confirmação de 46,60% dos participantes de que são “Frequentemente” adequadas, em conjunto com “Sempre”, segunda opção mais reconhecida, com 21,36% de frequência.

Ainda, em se tratando da Tabela 6, os itens que receberam avaliações negativas abrangem o tópico da saúde no trabalho, cujas respostas mais indicadas para a promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer, e promoção de programas de orientação médica e nutricional, refletem, nesta ordem, “Às Vezes”, com 34,95 e 34,92%; “Raramente”, com 24,27 e 20,39%; e “Nunca”, com 11,65% para ambos, o que demonstra uma área que deve ser averiguada, a fim de que ocorram melhorias nas condições de trabalho, principalmente no que tange à saúde dos servidores. Outra ressalva relacionada à saúde no trabalho revela a insatisfação com a adequação dos mobiliários e equipamentos com ergonomia adequados, com 60 respostas ou 29,13%, equivalente a que “Raramente” são adequados, concomitantemente a 42 respostas “Nunca” ou 20,39%.

A quinta seção caracteriza-se pelo eixo temático Sensibilização e Capacitação dos Servidores, especifica com que frequência são desenvolvidas ações de conscientização sobre adoção de práticas sustentáveis no âmbito das Unidades Universitárias da UEMS, como pode ser constatado na Tabela 7.

Tabela 7 - Sensibilização e Capacitação dos Servidores

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|---|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|-------------|------------|---------|------|
| | N(1) | R(2) | AV(3) | F(4) | S(5) | NR(0) | | |
| Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros. | 36 17,48% | 62 30,09% | 58 28,16% | 28 13,59% | 20 9,71% | 2 0,97% | 3 | 2 |
| Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho. | 44 21,36% | 68 33,01% | 54 26,21% | 20 9,71% | 18 8,74% | 2 0,97% | 2 | 2 |
| Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição. | 48 24,30% | 66 32,04% | 52 25,24% | 18 8,74% | 20 9,71% | 2 0,97% | 2 | 2 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (N1) Nunca, (R2) Raramente, (AV3) Às Vezes, (F4) Frequentemente, (S5) Sempre e (NR0) Não Respondeu.

Observa-se pelo exposto que as respostas “Raramente”, “Às Vezes” e “Nunca” estão, respectivamente, entre as mais indicadas quando se questiona sobre temas como a conscientização ou educação socioambiental na UEMS. E, embora existam respostas positivas, estas são incipientes em comparação com os valores encontrados para a frequência “Raramente”, que varia de 62 a 68 % para todos os itens da Tabela. Essa lacuna pode ser suprida com a implementação de uma política de sustentabilidade na IES, priorizando-se a promoção de campanhas e eventos sobre o tema bem como a divulgação das ações.

Ainda, ao se inquirir sobre a conscientização dos técnicos administrativos acerca de práticas sustentáveis torna-se de suma importância compreender se existe discernimento, por parte do servidor, relativos aos conceitos tratados na pesquisa. Para esta finalidade foi solicitado ao participante do estudo que informasse o quanto estava

familiarizado a respeito das práticas de sustentabilidade em órgãos da Administração Pública e se possuía algum conhecimento a respeito da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8 – Conhecimento sobre a A3P

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|---|---------------------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|------------|---------|------|
| | NC(1) | PC(2) | RC(3) | BC(4) | GC(5) | NR(0) | | |
| Informe o quanto você conhece a respeito da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | 66 32,04% | 80 42,83% | 36 17,48% | 10 4,85% | 12 5,83% | 2 0,97% | 2 | 2 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (NC1) Nenhum Conhecimento, (PC2) Pouco Conhecimento, (RC3) Razoável Conhecimento, (BC4) Bom Conhecimento, (GC5) Grande Conhecimento e (NR0) Não Respondeu.

Acerca do conhecimento a respeito da A3P nota-se que a grande maioria dos participantes admite o pouco conhecimento (PC) sobre o assunto com 80 respostas e frequência relativa de 42,83%, o que corrobora a realidade da IES quanto a não existência de algum tipo de política socioambiental como a A3P ou outra equivalente na instituição.

A sexta seção caracterizou-se pelo eixo temático Compras Públicas Sustentáveis e a percepção dos técnicos administrativos relativa à existência de padrões de sustentabilidade para aquisição de materiais, conforme dados da Tabela 9.

Tabela 9 – Compras Públicas Sustentáveis

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|--|---------------------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|------------|---------|------|
| | N(1) | R(2) | AV(3) | F(4) | S(5) | NR(0) | | |
| Informe a frequência com que você percebe que os materiais adquiridos pela UEMS possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agriam menos o meio ambiente) | 50 24,27% | 76 36,89% | 54 26,21% | 12 5,83% | 12 5,83% | 2 0,97% | 2 | 2 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (N1) Nunca, (R2) Raramente, (AV3) Às Vezes, (F4) Frequentemente, (S5) Sempre e (NR0) Não Respondeu.

As respostas mais indicadas pelos participantes, “Raramente”, com 36,89%, e “Nunca”, com 24,27%, revelam a percepção dos técnicos quanto aos padrões de sustentabilidade na aquisição de produtos. Isso não quer dizer, porém, que esses padrões

não existam ou que não sejam seguidos, podendo significar que a maioria dos técnicos não se atenta ou desconhece esses padrões, excetuando-se aqueles que trabalham em setores que se ocupam destas questões na IES.

Assim como a seção anterior, a sétima seção também se atenta para a percepção dos técnicos voltada, porém, para o eixo temático Construções Sustentáveis, procurando estabelecer com que frequência são adotados critérios sustentáveis nas construções e instalações da UEMS, de acordo com as informações da Tabela 10.

Tabela 10 – Construções Sustentáveis

| Variáveis/ Ação Sustentável | Frequências Absoluta e Relativa(%) | | | | | | Mediana | Moda |
|--|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|---------|------|
| | N(1) | R(2) | AV(3) | F(4) | S(5) | NR(0) | | |
| Privilegiam a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar condicionado. | 26 12,62% | 64 31,07% | 66 32,04% | 32 15,53% | 16 7,77% | 2 0,97% | 3 | 3 |
| Privilegiam a iluminação natural, visando à redução da utilização de lâmpadas. | 18 8,74% | 60 29,13% | 72 34,95% | 36 17,47% | 18 8,74% | 2 0,97% | 3 | 3 |
| Privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas, ao invés de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios. | 12 5,83% | 14 6,79% | 66 32,03% | 76 36,89% | 36 17,48% | 2 0,97% | 4 | 4 |
| Utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica. | 154 74,76% | 38 18,45% | 8 3,88% | 4 1,94% | 0 | 2 0,97% | 1 | 1 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022). Legenda: (N1) Nunca, (R2) Raramente, (AV3) Às Vezes, (F4) Frequentemente, (S5) Sempre e (NR0) Não Respondeu.

As respostas aos itens da Tabela 10 evidenciam pela percepção dos técnicos administrativos que “Às Vezes” (66% e 72%) ou “Raramente” (64% 66%) são consideradas a utilização de ventilação ou iluminação natural na UEMS, enquanto a utilização de divisórias em áreas internas apresenta-se mais frequentemente, com 76 respostas positivas ou 36,89% do total de participantes.

O último item listado na Tabela 10 demonstram uma realidade de inexistência de política de sustentabilidade institucionalizada na UEMS no que se refere à utilização de fontes alternativas de energia, tais como a solar e a eólica, informação expressada por 154 servidores da IES ou 74,76%, ao responderem que esse tipo de energia “Nunca” é empregado. Outras respostas mencionadas na pesquisa como “Raramente” (18,45%), “Às Vezes” (3,88%) e “Frequentemente” (1,94%) tanto podem significar que há utilização das energias solar e eólica em alguma UU quanto o desconhecimento do real significado dos

itens abordados. Uma possível abordagem para elucidar essas questões pode consistir no emprego de instrumento de diagnóstico indicado como umas das etapas da adesão à A3P.

A oitava e última seção concentrou-se, por sua vez, em ocorrências que remetem a ações sustentáveis, mas que não foram contempladas nas questões anteriores. A questão consistiu em fornecer informações acerca da existência de alguma outra atividade ligada à sustentabilidade desenvolvida no setor de trabalho ou de algum curso da UEMS e, em caso afirmativo, foi solicitado que o servidor descrevesse qual era a atividade, conforme dados da Tabela 11.

Tabela 11 – Resumo das Respostas Discursivas

| Respostas Discursivas | Total | % |
|---|--------------|-------------|
| Respostas negativas (não, ignoro, não lembro, nenhuma, etc.) | 60 | 29,12 |
| Sem respostas (espaços vazios) | 106 | 51,45 |
| Identificação de ações/práticas sustentáveis na UEMS | 34 | 16,50 |
| Identificação de propostas de ações/práticas sustentáveis para a UEMS | 4 | 1,94 |
| Identificação de prestação de serviço como ação sustentável | 2 | 0,97 |
| Total | 206 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

Para a questão discursiva, em relação ao total de participantes da pesquisa, foram obtidas: 34 respostas (16,50%) indicando alguma ação apontada como sustentável no âmbito da UEMS; 60 respostas negativas (29,12%), dentre as quais destacam-se os termos “não”, “não identifiquei nenhuma ação neste sentido”, “ignoro”, “não lembro de cabeça” e “nenhuma”; e, 106 espaços vazios (51,45%), ou seja, sem nenhum tipo de resposta. Quatro respostas enfocaram o conhecimento de propostas para criação de um setor específico para o tratamento de práticas ou ações sustentáveis na UEMS, bem como discussões sobre a possibilidade de implantação de sistema de painéis de energia solar na unidade universitária de Dourados. Também foram apontadas 2 atividades de prestação de serviços (manutenções/reparos) como se fossem ações sustentáveis.

No geral, para as respostas discursivas prevaleceram aquelas relativas aos eixos “Uso Racional dos Recursos e Bens Públicos” e “Gestão Adequada dos Resíduos Gerados” com descrição de ações que remetem, por exemplo, à economia de energia, reciclagem/reaproveitamento de papel ou outros materiais, coleta de pilhas e baterias e coleta seletiva.

4.3 Resultados do questionário aplicado aos gerentes de UUs da UEMS

O questionário aplicado aos gerentes de Unidades Universitárias é composto por questões que abordam os objetivos e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública, já utilizado em diversas pesquisas relacionadas ao levantamento de características sustentáveis.

Além da caracterização do perfil dos colaboradores da pesquisa, este questionário apresenta sete questões sobre os objetivos e oitenta e três questões acerca dos eixos temáticos da A3P, cujas respostas procuram indicar se a IES adere ou não à sustentabilidade, de acordo com indicadores básicos do Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública (Apêndice G) (AQUINO, 2021; ARRUDA e RODRIGUES, 2018; LANZARIN *et al.*, 2018; LUIZ *et al.*, 2013; FREITAS, BORGERT e PFITSCHER, 2011; KRUGER *et al.*, 2011).

O questionário foi enviado de forma *on-line* a 15 gerentes de Unidades Universitárias que correspondem a 15 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo-se a sede da UEMS. Destes, apenas 5 gerentes preencheram os formulários. As questões visavam delinear a existência de objetivos e características dos eixos temáticos da A3P introduzidos na instituição a partir de uma iniciativa própria da IES.

Os dados coletados foram agrupados por totalidade de respostas para cada item proposto no questionário, tendo como opções a presença ou ausência de requisitos a fim de se verificar o grau de adesão da IES. A fórmula para aferição do índice de adesão baseia-se no método já utilizado por Aquino (2021) e fundamentado por Lanzarin *et al.* (2018):

$$IA = \frac{A}{\text{Total}} * 100$$

Na qual: “IA” corresponde ao Índice de adesão; “A” equivale ao número de respostas “Adere” e “Total” representa o total de questões de cada eixo. Também, como já mencionado anteriormente, a base de dados correlaciona ações e práticas informadas por apenas 5 Unidades Universitárias.

A primeira parte do formulário, que visava delinear o perfil dos participantes foi descrita no item 4.3., na Tabela 1. Assim, nesta etapa serão descritos os dados informados a partir da segunda parte do questionário.

4.3.1 Adesão aos objetivos da A3P na UEMS

A segunda parte do questionário aplicado aos gerentes de Unidades Universitárias da UEMS relaciona exemplos de objetivos a serem alcançados com a adesão formal ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente.

Os exemplos de objetivos mapeados englobam: 1) sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais, 2) promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais, 3) reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional, 4) contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública, 5) contribuir para a melhoria da qualidade de vida, de acordo com dados da Tabela 12.

Tabela 12 – Adesão aos Objetivos da A3P

| Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere | % Adesão |
|--|--------------|------------------|-----------------|
| Objetivo 1 – sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais | | | |
| Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição? | 4 | 1 | 57,14 |
| Objetivo 2 – promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais | | | |
| A UEMS promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos? | 5 | - | 71,42 |
| A UEMS promove a redução de gastos institucionais? | 5 | - | 71,42 |
| Objetivo 3 – reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional | | | |
| A UEMS contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição? | 5 | - | 71,42 |
| Objetivo 4 – contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública | | | |
| A UEMS contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública? | 5 | - | 71,42 |
| A UEMS contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo? | 4 | 1 | 57,14 |
| Objetivo 5 – contribuir para a melhoria da qualidade de vida | | | |
| A UEMS contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders? | 4 | 1 | 57,14 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

Destacam-se com maior índice de adesão os objetivos 2, 3 e 4, com 71,42% seguidos dos objetivos 1 e 5, com 57,14%, dentre as UUs que participaram da pesquisa. Depreende-se que os gerentes que responderam à pesquisa associam práticas de gestão desempenhadas em suas Unidades Universitárias com os objetivos estabelecidos pela A3P ainda que não tenha sido detectada uma adesão formal e implementação de política de sustentabilidade na UEMS.

4.3.2 Adesão aos eixos temáticos da A3P na UEMS

O primeiro eixo temático apresentado aos participantes refere-se ao Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, listando-se 19 itens a serem respondidos pelos gerentes de UU, conforme dados da Tabela 13.

Tabela 13 – Adesão ao Eixo Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere | % Adesão |
|--|--------------|------------------|-----------------|
| Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos | | | |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel? | 2 | 3 | 40 |
| Nas compras, a UEMS dá preferência ao papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS possui alguma normatização do acesso ao serviço de impressão e reprografia monocromático e policromático? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS desenvolve a utilização de placas solares ou geradores de energia, para gerar sua própria energia? | - | 5 | 0 |
| A UEMS utiliza sistema de iluminação de maior eficiência energética, com lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas LED? | 5 | - | 100 |
| Nas compras, a UEMS dá preferência por equipamentos que consomem menos energia (Selo Procel, letra A)? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS dispõe de sistemas que aproveitem a água das chuvas? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS aproveita as reformas para implantar estrutura que permita o reuso da água servida em pias e lavadouros (água cinza) para alimentar descargas sanitárias (água negra)? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS providencia para que todo o esgoto produzido pela unidade seja canalizado para a rede coletora do município ou seja tratado antes de ser liberado na natureza? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS disponibiliza copos permanentes para todos os servidores e discentes? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS dispõe de comissão de desfazimento de bens, para identificação e avaliação dos bens que poderão ser objeto de desfazimento ou de transferência a outro órgão? | 3 | 2 | 60 |
| Na UEMS é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS promove a racionalização e controle do uso da frota, evitando deslocamentos desnecessários e definindo procedimentos (escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima, etc.)? | 1 | 4 | 20 |

| | | | |
|---|---|---|----|
| A UEMS realiza a manutenção preventiva dos veículos oficiais, conforme previsto no manual do fabricante? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS utiliza softwares de gerenciamento de ligações telefônicas ou telefones tipo VOIP, com o intuito de reduzir as despesas telefônicas? | 2 | 3 | 40 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

Para o Eixo 1, Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, apenas 6 dos itens indicados apresentaram índices de adesão superiores a 50%, voltados principalmente para a economia de energia e destinação adequada de bens materiais. Apresenta, entretanto, consistência no que se refere ao consumo de papel e água, com respostas semelhantes entre os participantes, indicando o acompanhamento de possíveis diretrizes institucionais preestabelecidas, embora não formalizadas.

No quesito energia o único resultado apontado como negativo refere-se à não utilização de placas fotovoltaicas para geração de energia própria, o que corrobora o resultado das respostas para este item quando perguntado aos técnicos administrativos.

Em relação ao consumo de copos plásticos verifica-se que há um enfoque para estimular a redução do consumo entre as UUs participantes, contudo apenas uma afirmou que adere à iniciativa de disponibilização de copos permanentes para a comunidade universitária. Neste mesmo tema, quando perguntado se a UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos apenas duas UUs se manifestaram positivamente.

Ao se mencionar a existência de comissão de desfazimento de bens duas UUs participantes indicaram que não há adesão por parte da UEMS. Quanto à destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irre recuperável apenas uma unidade não reconhece essa prática na IES. Uma possibilidade de interpretação desta resposta decorre da concentração de setores e comissões geralmente na Unidade de Dourados, ou seja, da sede da UEMS.

Ao se aludir a racionalização e controle do uso da frota, realização de manutenção preventiva dos veículos oficiais ou utilização de sistemas de controle de chamadas telefônicas percebe-se uma similaridade com a questão abordada no parágrafo anterior. Isso porque, ainda que as UUs possuam, por exemplo, veículos próprios, o setor de transportes concentra-se na sede administrativa, como é o caso também das decisões tomadas em razão de rotinas administrativas.

O segundo eixo temático trata da Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, com um total de 6 questões sobre a geração e descarte de resíduos nas Unidades Universitárias, com enfoque para a coleta seletiva e destinação de resíduos perigosos, segundo informações da Tabela 14.

Tabela 14 - Adesão ao Eixo Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere | % Adesão |
|--|--------------|------------------|-----------------|
| Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados | | | |
| A UEMS desenvolve e incentiva a política dos 5R's? | 2 | 3 | 40 |
| A coleta seletiva na UEMS atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005? (padrão de cores para as coletas seletivas) | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006? | 1 | 4 | 20 |
| Há destinação adequada a resíduos perigosos? | 3 | 2 | 60 |
| Na UEMS, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e defensivos agrícolas bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS mantém lixeiras em pontos estratégicos que recolham apenas o material orgânico (não reciclável), destinando-o para a realização de compostagem na própria unidade ou para o serviço de coleta próprio para esse tipo de resíduo? | 3 | 2 | 60 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

No tocante ao Eixo 2 observa-se que os maiores índices obtidos se referem à destinação de resíduos, prevalecendo maior preocupação com a destinação daqueles considerados mais perigosos. Em se tratando de normas técnicas o padrão de respostas segue a ideia de concentração de setores responsáveis e comissões específicas na sede da UEMS, o que justificaria os baixos índices de adesão informados para o item coleta seletiva, com apenas uma UU. Para a destinação de resíduos perigosos um fator que pode ser determinante para as respostas, cujo índice de adesão ficou em 60%, são as características inerentes à cada Unidade da UEMS como, por exemplo, a existência de laboratórios para o atendimento a determinados cursos que não são ofertados em todas as UUs e que fazem uso de materiais com potencial tóxico ou que apresentam risco de explosão.

O mesmo pode ocorrer em relação à destinação de materiais como pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e defensivos agrícolas bem como suas embalagens, em alusão ao sistema de logística reversa criado pela Lei nº 12.305 de 2010 e a padronização do processo de descarte de resíduos orgânicos, para as quais as ações são centralizadas e desempenhadas por servidores administrativos na sede da IES ou dependem da atuação de outras esferas administrativas como a municipal, o que diferencia uma unidade de outra.

O terceiro eixo temático abordado foi a Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho. A perspectiva das respostas, neste caso, pretende averiguar se a IES atua no sentido de promoção do bem-estar dos servidores no ambiente laboral através da análise de 22 quesitos que incluem temas como: promoção de ações voltadas à saúde física e mental, na forma de prevenção e tratamentos; acessibilidade; integração social, interna e externa à IES; e valorização dos servidores, dentre outros, como pode ser visualizado na Tabela 15.

Tabela 15 - Adesão ao Eixo Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere | % Adesão |
|--|--------------|------------------|-----------------|
| Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho | | | |
| A UEMS oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS possui uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)? | 5 | - | 100 |
| A UEMS promove educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS possui controle da jornada de trabalho? | 5 | - | 100 |
| A UEMS possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)? | 5 | - | 100 |
| Os ambientes da UEMS, especialmente os de trabalho, são salubres? | 5 | - | 100 |
| A UEMS possui programa de saúde ocupacional? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS possui programa de orientação nutricional? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos? | 5 | - | 100 |

| | | | |
|--|---|---|-----|
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais? | 5 | - | 100 |
| A UEMS incentiva e respeita a liberdade de expressão? | 5 | - | 100 |
| A UEMS incentiva e respeita a privacidade pessoal? | 5 | | 100 |
| A UEMS incentiva e respeita o tratamento impessoal? | 5 | | 100 |
| A UEMS dispõe de pontos de coleta de sugestões? | 1 | 4 | 20 |
| A UEMS promove o hábito da leitura? | 3 | 2 | 60 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

O terceiro eixo, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, apresenta, em sua maioria, altos índices de adesão para questões que se referem ao respeito e à valorização dos servidores da IES, contando com apenas 5 itens abaixo de 50%. Nesse sentido, algumas características são percebidas pelos gerentes que participaram da pesquisa como práticas incorporadas nas UUs, dentre as quais estão a existência de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de controle da jornada de trabalho, de grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas), salubridade do ambiente de trabalho, incentivo e promoção da integração social interna e externa quando mencionados os quesitos ausência de preconceitos, relacionamentos interpessoais, e respeito às liberdades de expressão, à privacidade pessoal e ao tratamento impessoal.

No que tange à saúde dos servidores as respostas demonstram uma maior preocupação com prevenção de doenças ocupacionais em detrimento da existência de programas de orientação nutricional, sendo indicado a adesão de 4 UUs para o primeiro item e a adesão de apenas 1 para o segundo.

Em complemento à Tabela 15, o quarto eixo temático buscou averiguar se a IES desenvolve ações de Sensibilização e Capacitação dos Servidores em geral, abrangendo técnicos administrativos, docentes e discentes por meio de 7 questões voltadas à preocupação com ações socioambientais, à educação ambiental e à preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, consoante resultados da Tabela 16.

Tabela 16 - Adesão ao Eixo Sensibilização e Capacitação dos Servidores

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere | % Adesão |
|---|--------------|------------------|-----------------|
| Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores | | | |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico administrativos? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente? | 4 | 1 | 80 |
| A UEMS produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente? | 4 | 1 | 80 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

A lacuna observada nos itens do quarto eixo temático da Tabela 16 fica a cargo do baixo índice de promoção de educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino, com 40% de adesão. Para todos os outros itens foi informada a adesão do equivalente a 80% das UUs participantes da pesquisa. Todavia, cabe ressaltar que a existência de tais ações de sensibilização e capacitação dos servidores podem ser otimizadas por meio da implementação de política de sustentabilidade institucional como a sugestão de adesão ao Programa A3P.

O quinto eixo temático do questionário apresenta 22 itens que se ocupam das Compras Públicas Sustentáveis. Os elementos deste eixo foram dedicados à verificação da adequação dos processos relativos à compras públicas no que se refere aos padrões de sustentabilidade para a aquisição de bens e produtos, bem como para a contratação de serviços, de acordo com dados da Tabela 17.

Tabela 17 - Adesão ao Eixo Compras Públicas Sustentáveis

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere | % Adesão |
|---|--------------|------------------|-----------------|
| Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis | | | |
| A UEMS incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade? | 3 | 2 | 60 |
| É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável? | 3 | 2 | 60 |

| | | | |
|---|---|---|-----|
| A UEMS dá preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza? | 3 | 2 | 60 |
| Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS dá preferência a produtos biodegradáveis, principalmente os do ramo da higiene e limpeza? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS dá prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)? | 5 | - | 100 |
| A UEMS adquire produtos reciclados? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS observa a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos? | 4 | 1 | 80 |
| Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos? | 4 | 1 | 80 |
| Na aquisição de produtos ou subprodutos da madeira, a UEMS exige que a origem dos insumos seja de manejo sustentável em conformidade com o Programa Brasileiro de Certificação Florestal do Inmetro (Cerflor)? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS dá preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento? | 2 | 3 | 40 |
| Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade? | 4 | 1 | 80 |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça treinamento a seus empregados? | 4 | 1 | 80 |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada utilize equipamentos de limpeza que não gerem ruídos? | 4 | 1 | 80 |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça aos Empregados os equipamentos de segurança necessários à atividade? | 5 | - | 100 |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada realize a separação dos resíduos sólidos descartados? | 4 | 1 | 80 |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada adote medidas para reduzir o consumo de água e energia? | 4 | 1 | 80 |
| Sempre que possível, a UEMS realiza a licitação por meio do pregão eletrônico? | 5 | - | 100 |
| Sempre que possível, a UEMS utiliza compras compartilhadas ou o sistema de registro de preços (IRP)? | 5 | - | 100 |
| Sempre que possível, a UEMS confere margem de preferência aos produtos que forem manufaturados no Brasil, observando os Decretos nº 7.709/12, 7.713/12, 7.756/12, 7.810/12, dentre outros, e a declaração constante do Anexo II da Portaria MDIC nº 279/2011? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS aplica penalidades aos contratados, em caso de descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade prometidas na licitação? | 4 | 1 | 80 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

É necessário salientar que no período da realização desta pesquisa a IES ainda não se norteava pelos dispositivos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (BRASIL, 2021), conhecida como nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, cujo teor relacionado

à sustentabilidade na Administração Pública foi significativamente ampliado se comparado com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993).

Em relação à aquisição de bens e produtos descritos como biodegradáveis, passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento apresentam baixa adesão, sendo atribuídas a 2 Unidades. No caso de contratação de serviços ou de empresas terceirizadas apenas uma Unidade manifestou a não adesão aos itens listados na Tabela 17. No que se refere aos procedimentos licitatórios a principal característica que norteia as compras públicas na UEMS é o processo realizado por meio de pregão eletrônico em conjunto com as atas de registros de preços do governo estadual, ressalvadas as disposições legais estipuladas pela Lei de Licitações e Contratos (BRASIL, 1993).

O sexto eixo temático, Construções Sustentáveis, aborda padrões de sustentabilidade nas obras públicas no que diz respeito a projetos de engenharia para construções, reformas e adequações que visem a economia de recursos naturais aliada à redução de impactos ambientais. A Tabela 18 demonstra os resultados encontrados para os 6 componentes deste eixo.

Tabela 18 - Adesão ao Eixo Construções Sustentáveis

| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere | % Adesão |
|--|--------------|------------------|-----------------|
| Eixo 6 – Construções sustentáveis | | | |
| A UEMS incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade? | 4 | 1 | 80 |
| Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais? | 4 | 1 | 80 |
| Nas reformas e manutenção de pintura, a UEMS dá preferência a tinta à base de água e a cores claras para melhor aproveitamento e reflexão da luz natural? | 3 | 2 | 60 |
| A UEMS dá preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais? | 2 | 3 | 40 |
| Nas áreas externas, a UEMS dá preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva? | 2 | 3 | 40 |
| A UEMS dispõe de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.? | 2 | 3 | 40 |

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria (2022).

Para o sexto eixo é notória a indicação de adesão de alguns aspectos das construções sustentáveis, principalmente aqueles relacionados à elaboração de projetos e

contratação para a realização de obras públicas. Por um lado, uma possibilidade para esta ocorrência é a disposição legal vinculada ao setor público, como no caso das Leis de Licitações e Contratos (BRASIL, 1993, 2021) combinadas com os princípios da Administração Pública. Por outro lado, observam-se algumas contradições nas respostas recebidas, principalmente em razão de que foi indicada a adesão por parte de 4 participantes (80%) para o primeiro item, enquanto nos tópicos que indagam se a UEMS dá “preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais ou se privilegia a utilização, nas áreas externas, de pisos para a absorção da água da chuva” foi informada como maioria das respostas a não adesão (40%).

Destaca-se, novamente, que a aderência ou não aos objetivos ou eixos da A3P variam de acordo com as especificidades e ofertas de cursos de cada Unidade Universitária da UEMS. Dessa maneira, uma determinada UU pode apresentar a necessidade de planos de coleta de resíduos perigosos bem como do manuseio de materiais, equipamentos e ambientes controlados, por exemplo, em razão da existência de laboratórios químicos e físicos, enquanto outras unidades não manifestam as mesmas demandas.

5 SUGESTÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P

Neste capítulo serão apresentadas as sugestões baseadas na proposta indicada na pesquisa realizada, ou seja, considerando-se o modelo de implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como programa de política de sustentabilidade na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Em adição ao Plano de Ação foram elaboradas minutas de documentos que complementam a proposta de adesão à A3P, de acordo com os Apêndices: Modelo de Portaria para nomeação da Comissão Gestora (Apêndice B); Modelo do Termo de Adesão (Apêndice C); Modelo de Plano de Trabalho (Apêndice D); Modelo de Plano de Gestão Socioambiental (PGS) (Apêndice E).

5.1 Etapas para a adesão à A3P

A adesão ao Programa A3P requer, inicialmente, a predisposição da instituição para sua implantação. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente disponibiliza em seu portal *on-line* cartilhas, manuais e modelos de documentos que subsidiam o processo detalhando as etapas a serem seguidas.

O primeiro passo indicado é a criação de uma Comissão Gestora da A3P, a qual se responsabilizará pela sensibilização dos servidores para a importância do Programa, pela realização do diagnóstico da Instituição, e pelo planejamento, execução e monitoramento de todas as ações ligadas à Agenda Ambiental na Administração Pública. As indicações do MMA sugerem que a Comissão seja composta por 5 a 10 membros de diversos setores e áreas da instituição, recomendando-se a necessidade de participação de, pelo menos, um representante e um suplente de cada setor, e observando-se a formalização do ato por meio de Portaria ou Instrução Normativa (Apêndice B). No caso da UEMS e, em razão do alcance das Unidades Universitárias seria cabível sugerir a criação de uma Comissão Geral, baseada na sede administrativa da IES, além da criação de subcomissões ou Comissões Setoriais alocadas em cada Unidade Universitária como forma de melhor acompanhar as especificidades de cada UU (MMA, 2017; 2021g).

O segundo passo constitui-se na atribuição própria da Comissão que exige a coleta de dados e análise situacional das ações socioambientais no âmbito da IES. Para essa etapa são disponibilizados, inicialmente, os requisitos e indicadores básicos dos eixos temáticos da A3P. O papel da Comissão é fazer o levantamento tanto dos itens já estipulados no

Programa quanto elencar outros elementos que melhor caracterizem a UEMS. Os dados coletados servirão como fonte de informação para um mapeamento das ações e elaboração do diagnóstico institucional, conforme modelo de documento também disponibilizado pelo Portal da A3P (MMA, 2017; 2022).

Do diagnóstico devem constar:

- 1) levantamento do consumo de recursos naturais;
- 2) levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição (inventário);
- 3) levantamento de obras realizadas;
- 4) levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;
- 5) levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente com relação ao descarte de resíduos sólidos;
- 6) levantamento de necessidades de capacitação, entre outros que a Comissão definir (MMA, 2017, p. 18)

O terceiro passo corresponde à etapa posterior a realização do diagnóstico e diz respeito à elaboração do Plano de Gestão Socioambiental (PGS) (Apêndice E). No Plano devem ser detalhados objetivos, projetos, ações a serem implementadas, quais metas devem ser alcançadas. Também devem ser estipuladas as responsabilidades, tanto da IES quanto dos servidores, e definidos os métodos de monitoramento. Além disso, devem ser disponibilizados recursos físicos e financeiros para assegurar a efetivação da implantação do Plano de Gestão. É necessário, ainda, que todas as características inseridas no PGS sejam incluídas no cronograma de execução do Plano de Trabalho (Apêndice D). Uma alternativa ao PGS, indicado pela A3P, é a utilização do Plano de Logística Sustentável (PLS), considerando-se a similaridade da estrutura e requisitos exigidos por ambos (BRASIL, 2012, MMA, 2017).

O quarto passo refere-se à sensibilização e capacitação dos servidores. Para garantir a efetividade da implantação do Programa a Comissão pode-se estabelecer a divulgação de campanhas, cursos e publicações de materiais educativos direcionados a todos os servidores da IES. Essas estratégias visam promover a adoção de condutas socioambientais na Instituição. Ressalta-se que é indispensável que a sensibilização e a capacitação se manifestem como um processo contínuo junto aos servidores (MMA, 2017).

O quinto passo determina que todo o processo deve, obrigatoriamente, ser avaliado e monitorado periodicamente. Essa exigência inicia um ciclo voltado ao aperfeiçoamento contínuo com a finalidade de garantir a efetividade da implantação da A3P. Para que essa etapa do ciclo seja eficaz é necessário definir parâmetros a serem

observados. Assim, a avaliação se baseia na definição de indicadores de sustentabilidade como unidades de mensuração e acompanhamento da implementação do PGS, e como forma de atualização constante das informações que subsidiarão o aprimoramento do processo na Instituição ao permitir a identificação de falhas e pontos que precisam ser melhorados. Um Modelo de Indicadores também é oferecido no Portal da A3P (MMA, 2022).

A partir da elaboração do PGS a Instituição pode iniciar os procedimentos para a formalização da assinatura do Termo de Adesão à A3P (Apêndice C). O Ministério do Meio Ambiente possibilita que os documentos necessários sejam enviados de forma remota, via *e-mail*, ao portal do MMA, de acordo com instruções da Portaria MMA Nº 145, de 21 de outubro de 2021(MMA, 2021h). Um ofício manifestando a intenção em aderir ao Programa deve ser enviado em conjunto com:

cópia do comprovante de endereço; Plano de Trabalho em meio digital editável; Minuta do Termo de Adesão em meio digital editável; cópias autenticadas do RG e CPF; cópia autenticada do ato de nomeação; cópia de delegação de competência para assinatura de atos. (BRASIL, 2022)

Essa etapa poderá demorar até 40 dias para ser concluída, contabilizando-se o período para análise da documentação e possíveis correções.

A segunda etapa envolve a devolutiva do Termos de Adesão e do Plano de Trabalho para coleta de assinaturas dos representantes da Instituição e reenvio ao MMA. Para essas providências foi fixado o prazo de 15 dias úteis.

A terceira etapa, também com duração de até 15 dias, abrange a publicação do extrato do Termo de Adesão no Diário Oficial da União. Ademais, são enviados para a Instituição 1 via assinada do Termo de Adesão e do Plano de Trabalho somados a uma cópia da publicação no DOU para fins de arquivamento.

Cumprе ressaltar que após a formalização do Termo de Adesão as informações coletadas para composição dos indicadores específicos da IES serão cadastradas no Sistema de Responsabilidade Socioambiental (RESSOA), sistema virtual do MMA que auxilia o monitoramento da Instituição vinculada ao Programa (MMA, 2021d).

5.2 Proposta de cronograma da implantação do Plano de Ação

No caso da UEMS o Plano de Ação a ser adotado consiste, inicialmente, nas orientações que compõem o Plano de Trabalho indicado pelo Programa A3P e que visam à assinatura do Termo de Adesão, de acordo com o disposto no Quadro 6.

A escolha pelo modelo de Plano de Ação da A3P reside no fato de que a UEMS ainda não apresenta uma política de sustentabilidade própria, fundamentando-se, ainda, na proposta desta pesquisa que sugere a adesão ao Programa. Uma proposta de Plano de Trabalho com as etapas correspondentes pode ser visualizada no Quadro 6.

Quadro 6 - Cronograma da Implantação do Plano de Ação/Plano de Trabalho

| ETAPAS | AÇÕES | Início | Término |
|--|--|---------------|----------------|
| 1. Comissão Gestora da A3P | 1.1. Definir os membros da Comissão Gestora Geral e Comissões Setoriais das Unidades Universitárias | Julho 2022 | Julho 2022 |
| | 1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal); | Julho 2022 | Julho 2022 |
| | 1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora. | Julho 2022 | Julho 2022 |
| 2. Diagnóstico Socioambiental | 2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.3. Fazer levantamento de obras realizadas; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação. | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| 3. Plano de Gestão Socioambiental | 3.1. Definir os objetivos do plano; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações. | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| 4. Sensibilização e Capacitação | 4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA; | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | 4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |

| | | | |
|-------------------------------------|---|------------|---------------|
| | 4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores; | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | 4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores; | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | 4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados. | Julho 2022 | Junho 2023 |
| 5. Avaliação e Monitoramento | 5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado nos indicadores da A3P; | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral); | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria; | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.4. Reprogramar as ações se necessário; | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.5. Preencher o relatório de monitoramento da A3P - Ressoa | Julho 2022 | Julho 2027 |

Fonte: adaptado de Plano de Ação A3P (MMA, 2022).

5.3 Plano de Ação da A3P para a UEMS

Em adição ao cronograma de implantação deve ser elaborado o Plano de Ação, também conhecido como Plano de Gestão Socioambiental (PGS), o qual já contempla indicadores básicos da A3P, podendo ser acrescentados outros, conforme necessidade de cada UU Uma proposta de PGS para a UEMS com cronograma de execução é apresentada no Quadro 7.

Quadro 7 – Plano de Ação /Plano de Gestão Socioambiental (PGS)

| 1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos | | | | |
|--|---|--|------------|---------------|
| Objetivo | Promover o uso racional dos recursos naturais, racionalizar o uso do transporte, reduzir os desperdícios de materiais e os impactos ambientais negativos decorrentes. | | | |
| Metas | Incentivar a redução do consumo e desperdício de materiais em geral, papeis, energia e água. | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Materiais em geral e Papel | Elaborar o perfil de consumo de materiais da instituição, em especial, do papel | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio | Julho 2022 | Dezembro 2022 |

| | | Ambiente | | |
|---------|---|---|--------------|---------------|
| | Verificar, <i>in loco</i> , a situação de utilização de materiais em geral | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | Reduzir o fornecimento de materiais de expediente | PROAP | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Configurar todas as impressoras frente-verso | PROAP | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Promover a reutilização do papel A4 antes do envio para a reciclagem | Todos os setores | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Realizar estudo de viabilidade de implantação do sistema de gestão documental digital | Comissão Gestora; PROAP | Julho 2023 | Junho 2024 |
| | Realizar campanhas para o consumo consciente | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Confeccionar blocos de anotação com papeis reutilizados | Todos os setores | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Promover campanhas para racionalização do uso dos copos plásticos | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Reduzir a disponibilidade de copos plásticos para os servidores | Todos os setores | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| Energia | Realizar um acompanhamento do consumo de energia | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; PROAP; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Realizar a individualização dos medidores, se necessário | PROAP; DINFRA | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de energia | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Propor a aquisição de equipamentos que reduzam o consumo de energia como: utilização de sistema de ar condicionado eficiente; utilização de sistema de iluminação eficiente; implantação de sensores de presença; instalação de novos elevadores com economia de energia elétrica; instalação de interruptores de energia elétrica independentes em todas as salas. | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; PROAP; DINFRA; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| Água | Realizar um acompanhamento do consumo de energia | Comissão Gestora e Comissões | Janeiro 2023 | Julho 2027 |

| | | | | |
|--|--|--|--------------|------------|
| | | Setoriais; PROAP; DINFRA; Setor de Meio Ambiente | | |
| | Realizar a individualização dos medidores, se necessário | PROAP; DINFRA | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de água | Comissão Gestora e Comissões Setoriais | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Propor instalações hidro sanitárias mais econômicas como: torneiras com temporizadores; instalação de caixa acoplada; regulação dos registros da água; troca das bacias sanitárias por miquitórios com sensores; | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Implementar sistema de captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas; | PROAP; DINFRA; | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Racionalizar o uso da água para limpeza de área comum (garagem, escadas, etc.) | DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Racionalizar o uso da água na lavagem de automóveis | DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |

2. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

| | |
|-----------------|--|
| Objetivo | Realizar o gerenciamento correto e eficiente dos resíduos sólidos e implementar o Decreto nº 5.940/2006. |
| Metas | Implantar a coleta seletiva e destinação adequada de resíduos em todas as Unidades Universitárias |

Plano de Ação

| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
|---|--|---|--------------|------------|
| Resíduos | Estudo quali-quantitativo dos resíduos – permite avaliar a situação e serve de base para definir quantidades de coletores, tipos e locais de colocação. Descobrir o destino atual dos resíduos e definir que instituição irá recebê-los: Formalização da doação. | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Julho 2027 |
| Adequação ao Decreto Nº 5.940 de 25.10.2006 | Implementar a coleta seletiva solidária em todas as UUs; | Comissões Gestora e Setoriais; PROAP; DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Adquirir os coletores para a Coleta Seletiva e instalar nas divisões, nos corredores e centrais; | PROAP; DINFRA; DCOM | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Instalar coletores nas copas com separação para lixo orgânico e lixo seco. | DINFRA | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| Destinação Adequada de resíduos | Levantar os tipos e quantidades de resíduos perigosos que devem ser destinados | Comissões Gestora e Setoriais; | Julho 2022 | Julho 2027 |

| | | | | |
|------------------------------|--|---|--------------|------------|
| perigosos | | Setor de Meio Ambiente | | |
| | Realizar um estudo sobre a viabilidade de um “ecoponto” para coleta de pilhas e baterias e também de óleo de cozinha; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | Celebrar acordo de com cooperativas e/ou empresas que promovam a coleta e destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos. | PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| Resíduos Orgânicos | Levantar a quantidade de resíduos orgânicos de restaurantes e lanchonetes e realizar destinação adequada | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Julho 2027 |
| Resíduos de Serviço de Saúde | Realizar a destinação de acordo com as normas da ANVISA | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| Resíduos de Obras | Resíduos de obras: avaliar quantidades, qualidades ou tipos e destinos – inserção de exigências de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) no edital. | DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Julho 2027 |

3. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

| | |
|-----------------|---|
| Objetivo | Promover a qualidade de vida dos servidores, evitando doenças ocupacionais e melhorando o ambiente de trabalho. |
| Metas | Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária da UEMS |

Plano de Ação

| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
|---|--|---|--------------|------------|
| Contribuir para a melhoria da qualidade de vida | Propor mudanças na estrutura física do órgão para garantir uma melhor acessibilidade e criar áreas comuns; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Promover o controle da poluição sonora; | Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Promover campanhas sobre o uso de fumo e álcool; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Propor a construção de um bicicletário e um vestiário para incentivar o uso de bicicletas; | Comissões Gestora e Setoriais | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Distribuir kits ambientais com instruções sobre qualidade de vida; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Controlar a qualidade do ar em termos de fungos, ácaros e bactérias; | Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Proporcionar a ginástica laboral e equipamentos ergonômicos para os | PRODHS | Janeiro 2023 | Julho 2027 |

| | | | | |
|---|--|--|---------------|------------------|
| | funcionários; | | | |
| | Controlar a qualidade da água utilizada no sistema de refrigeração. | Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| 4. Sensibilização e Capacitação dos Servidores | | | | |
| Objetivo | Orientar e informar os servidores sobre as iniciativas de sustentabilidade que estão sendo implementadas e incentivar a adoção de boas práticas no ambiente de trabalho. | | | |
| Metas | Capacitar e informar os servidores sobre educação e gestão ambiental | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Sensibilização e Capacitação | Identificar as demandas de capacitação dos servidores; | Comissões Gestora e Setoriais; PRODHS; Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc; | | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc; | | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores; | | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores; | Comissões Gestora e Setoriais; PROEC | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados. | PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| 5. Licitações Sustentáveis | | | | |
| Objetivo | Otimizar o processo de aquisição de material de consumo e contratação de serviços. | | | |
| Metas | Incluir critérios ambientais, sempre que possíveis, em todos os processos licitatórios | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Fomentar a adoção de critérios ambientais introduzindo o “diferencial ecológico” nas especificações de produtos e serviços a serem adquiridos | Propor que, sempre que possível, sejam feitas aquisições de bens, materiais, contratações de serviços e projetos ambientalmente saudáveis; | Comissões Gestora e Setoriais; PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Realizar um levantamento sobre produtos e serviços que proporcionem ganhos ambientais e economia de recursos; | Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | Incluir itens ambientais nos futuros projetos de construção e reforma levando em conta a funcionalidade integrada à sustentabilidade ambiental. | PROAP; DCOM; DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Julho 2022 | Julho 2027 |
| Informática | Uso de novas tecnologias na hora da | PROAP; | Julho | Julho 2027 |

| | | | | |
|---|---|---|---------------|------------------|
| | escolha, gestão de embalagens, ferramentas verdes, procedimentos, econômicos de uso do PC etc. | DCOM; DINF; Setor de Meio Ambiente | 2022 | |
| 6. Construções Sustentáveis | | | | |
| Objetivo | Promover economia e a adoção de um conjunto de técnicas com solução ambientalmente eficientes | | | |
| Metas | Incluir critérios ambientais nos projetos e utilização de materiais para a realização de obras. | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Canteiro de Obras | Planejar o canteiro de obras | PROAP; DCOM; DINFRA; Setor de Meio Ambiente; Empresa responsável pela execução do projeto | Janeiro 2023 | Julho 2027 |
| | Aproveitar a água da chuva | | | |
| | Realizar a gestão dos resíduos gerados | | | |
| Promover a reutilização e reciclagem dos resíduos gerados | | | | |
| Conforto Ambiental | Orientar o edifício visando à equalização dos ganhos térmicos | | | |
| | Prover os ambientes de ventilação natural | | | |
| | Prover os ambientes de iluminação natural | | | |
| Eficiência Energética | Trocar luminárias por modelos mais eficientes | | | |
| | Proteger as fachadas da incidência direta do sol | | | |
| | Instalar controles de luminosidade | | | |
| | Pintar paredes, tetos e pisos de cores claras | | | |
| | Utilizar aquecimento solar | | | |
| | Priorizar o uso da madeira certificada e materiais regionais de fontes sustentáveis | | | |
| Meio Ambiente | Plantar árvores na área externa | | | |
| | Preservar áreas nativas | | | |
| | Utilizar adubo orgânico e produção de húmus | | | |
| Técnicas construtivas | Implementar telhados verdes | | | |
| | Utilizar material com inovação tecnológica | | | |

Fonte: adaptado de Plano de Gestão Socioambiental da A3P (PGS), (MMA, 2022). Legenda: (DCOM) Divisão de Compras; (DINF) Diretoria de Informática; (DINFRA) Diretoria de Infraestrutura; (PROAP) Pró-Reitoria de Administração e Planejamento; (PRODHS) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social; (PROEC) Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

5.4 Monitoramento e Avaliação

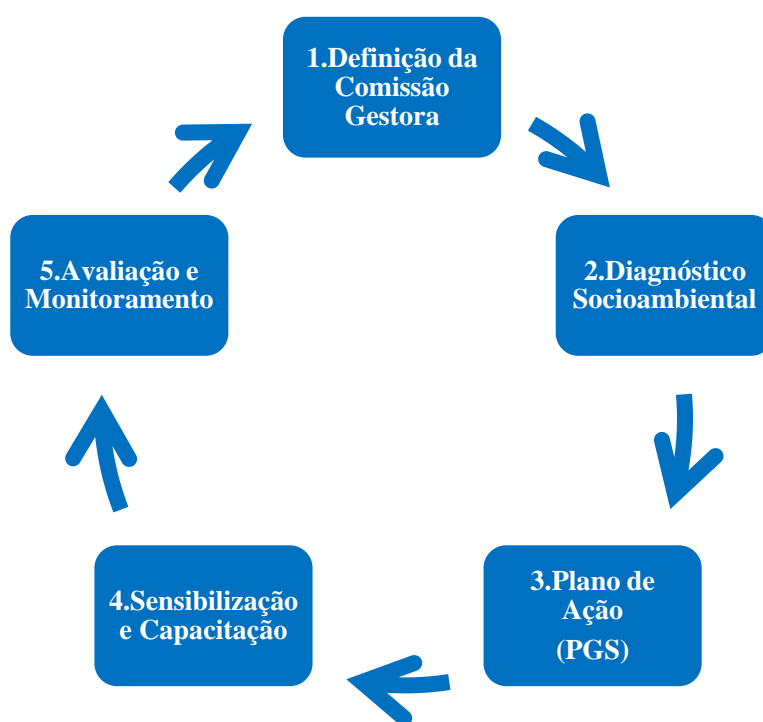
A última etapa caracteriza-se pelo monitoramento e avaliações periódicos dos indicadores estabelecidos no Plano de Ação da A3P, a qual também deve integrar a proposta para a IES.

1. A partir da lista de indicadores da A3P acompanhar a implementação do Plano;

2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral);
3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;
4. Reprogramar as ações se necessário;
5. Preencher o relatório de monitoramento e/ou sistema de monitoramento do MMA (MMA, 2021g).

Essa etapa também deve ser sistematizada e ocorrer regularmente como um processo contínuo. A figura 4 exemplifica o processo de implantação da A3P na UEMS.

Figura 4 – Processo de Implantação da A3P para a UEMS.



Fonte: elaboração própria, adaptada das informações da A3P (MMA, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul apresenta, desde a proposta de sua criação, características que visam o estímulo do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da oferta de formação em nível superior, o qual, inicialmente voltado para a capacitação de professores, tornou-se, no decorrer de sua história, uma importante fonte disseminadora de conhecimento e fomentadora de pesquisas científicas.

Ampliando-se esse contexto, o papel da IES não se resume apenas ao desempenho das funções que permeiam o tripé universitário na condição de assegurar um *status quo* acadêmico, mas de servir como modelo de referência.

Isto posto, a adoção de práticas ou ações sustentáveis pela Administração Pública, especialmente pelas Instituições de Ensino Superior, contribuem para um maior alcance dos conceitos de sustentabilidade para toda a sociedade.

Entretanto, embora sejam perceptíveis bons exemplos e direcionamento da comunidade acadêmica para a implementação dessas práticas no âmbito da IES, é notória a necessidade de uma adesão formal a uma política sustentável que propicie o conhecimento e os meios adequados para a efetivação da existência de uma sustentabilidade institucional que abranja todas as suas dimensões.

Desse modo, a proposta desta pesquisa pautou-se no objetivo geral de identificar as ações sustentáveis existentes na UEMS, com base nos critérios estabelecidos na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), e propor um plano de adesão. Para tanto, foram estipulados como objetivos específicos: identificar as ações vinculadas à sustentabilidade contempladas no Relatório Analítico do PDI da UEMS, período 2014-2020; descrever as práticas sustentáveis da UEMS em relação aos eixos temáticos da A3P, através da percepção dos servidores e gestores da IES; e sugerir um plano de ação para a implantação da A3P na UEMS.

Em relação ao primeiro objetivo específico, a análise do Relatório Analítico demonstrou em um primeiro momento que o tema sustentabilidade não foi contemplado explicitamente nas subdivisões de seu conteúdo, sendo dedicado apenas um tópico relacionado diretamente a este tema versando sobre tratamento e disposição de resíduos laboratoriais por meio da elaboração do Plano de Recomposição da Reserva Legal e Plano de Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Laboratórios da UU de Dourados para adequação da Instituição às normas ambientais vigentes, tanto municipais quanto estaduais

e federais. Entretanto, uma verificação mais detalhada das políticas adotadas pela IES possibilitou constatar que diversas metas e objetivos encontrados no Relatório Analítico do PDI da UEMS se alinham com as dimensões e eixos da A3P, na grande maioria voltados para o cumprimento de normas legais tais como as relacionadas a compras, contratos e licitações de obras públicas. Destacou-se, ainda, a iniciativa para implantação de um setor específico para tratar de assuntos relacionados ao Meio Ambiente na UEMS no ano de 2020.

Para o segundo objetivo específico foram elaborados e disponibilizados dois questionários: o primeiro tipo de questionário foi direcionado aos servidores técnico administrativos e o segundo tipo foi encaminhado aos gerentes de UUs da UEMS.

O primeiro questionário foi enviado a uma população de 415 técnicos aptos a preencher o formulário, dos quais participaram efetivamente 206 servidores, sendo que para a validação da amostra representativa seriam necessárias, no mínimo, 200 respostas.

Para o eixo Uso Racional dos Recursos e Bens Públicos, direcionado aos técnicos, observou-se que a maioria das respostas indicam que esses servidores demonstram hábitos sustentáveis voltados à redução do desperdício e recursos e materiais como energia, papel, água e copos descartáveis. Apenas o item referente à utilização de papel reciclado em substituição ao papel branco não é recorrente nas UUs da UEMS. Os meios de locomoção também foram analisados no contexto das UUs, resultando no deslocamento realizado, em primeiro lugar, por meio de veículos próprios, com frequência de 78,64%. Em segundo lugar foi apontado o transporte coletivo, com 11,65%, inseridos nesta categoria ônibus, vans, transporte escolar e outros. No caso das Unidades da UEMS este comportamento pode ser explicado, em parte, pela distância entre algumas UUs e os centros urbanos e pela precarização na oferta de transporte coletivo que atenda as reais necessidades da comunidade universitária. Uma alternativa para este cenário seria a introdução do conceito de mobilidade urbana sustentável através do planejamento e cooperação entre a IES e os municípios.

O eixo Gestão Adequada dos Resíduos Gerados apresenta como informação mais relevante a falta de incentivo da IES para ações de coleta seletiva e reciclagem, o que demonstra a necessidade de implantação de política de sustentabilidade na UEMS.

O eixo Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho correlacionou 4 conjuntos de ações: uso e desenvolvimento de capacidades, integração social e interna, respeito à legislação, e condições de segurança e saúde, dentre os quais dois foram identificados

negativamente na IES. O primeiro está associado ao tópico integração social e interna, cujas respostas afirmativas para o item “existência de preconceitos no ambiente de trabalho”, ainda que não representem a maioria, revelam uma urgência para a efetivação de iniciativas que priorizem a erradicação de condutas discriminatórias no ambiente de trabalho. Outro tópico avaliado negativamente diz respeito aos itens que investigaram as condições de segurança e saúde no trabalho, em razão da escassez de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer, e da promoção de programas de orientação médica e nutricional, configurando-se como áreas que devem ser averiguadas para que ocorram melhorias nas condições de trabalho.

O eixo Sensibilização e Capacitação dos Servidores, voltado para ações de conscientização acerca de práticas sustentáveis na UEMS. Para os itens analisados neste eixo foi considerada a frequência que a IES promove campanhas de sensibilização ou eventos tais como palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho. As respostas mais frequentes foram “Raramente”, “Às Vezes” e “Nunca”, identificando-as como questões que precisam ser inseridas no âmbito da UEMS de modo permanente.

O eixo Compras Públicas Sustentáveis apresentou um item que versava sobre a aquisição de produtos com padrões de sustentabilidade como os provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agridam menos o meio ambiente. A percepção dos técnicos mais apontada para este item foi “Raramente” e “Nunca”, o que, neste caso, não quer dizer, necessariamente, que não foram obtidas respostas positivas ou, ainda, que esses padrões não existam ou não sejam seguidos, podendo significar que a maioria dos participantes da pesquisa não está familiarizada com o assunto, excetuando-se aqueles que têm suas atribuições atreladas a essas questões na IES.

O eixo Construções Sustentáveis buscou descrever a existência de critérios sustentáveis nas construções e instalações da UEMS. Os destaques concentram-se na não utilização de ventilação ou iluminação natural e inexistência de fontes alternativas de geração de energia, como a solar e a eólica, confirmando-se a ausência de políticas que privilegiem esses itens na Universidade.

Também foi objeto do questionário enviado aos técnicos uma questão relativa ao nível de conhecimento acerca da A3P, para a qual a maioria dos participantes reconheceu o “Pouco Conhecimento” sobre o tema. Outra questão solicitou que os técnicos

mencionassem ações ou práticas sustentáveis existentes na IES, mas que não haviam sido contempladas no formulário, prevalecendo, na grande maioria, 60 respostas negativas (29,12%), com os termos “não”, “não identifiquei nenhuma ação neste sentido”, “ignoro”, “não lembro de cabeça” e “nenhuma”; e, 106 espaços vazios (51,45%), sem nenhum tipo de resposta.

Desse modo, pode-se dizer que os resultados das respostas do primeiro questionário, aplicado à categoria dos técnicos, apontam a existência de práticas e ações sustentáveis que refletem os saberes internalizados nos sujeitos participantes da pesquisa através de condutas pontuais nos diversos setores administrativos da UEMS.

Já o segundo questionário, enviado aos gerentes de UUs, foi preenchido por apenas 5 participantes do total de 15, número que seria tido como insuficiente para se configurar como amostra representativa no campo da metodologia científica de acordo com os critérios estabelecidos em conjunto com a margem de erro, nível de confiança e desvio-padrão. Apesar disso, optou-se pela apresentação dos dados coletados tendo em vista que a participação insuficiente, por si só, demonstra uma necessidade de revisão das políticas adotadas pela IES, considerando-se a existência de uma lacuna no que diz respeito às políticas de sustentabilidade na UEMS, notadamente no que se refere à sensibilização e capacitação sobre o assunto e ausência de diretrizes que norteiem as ações no ambiente de trabalho.

Os resultados mais relevantes dos questionários aplicados aos gerentes de UU demonstram, principalmente, que, a adesão à A3P demanda uma necessidade de composição de comissões setoriais para elaboração de diagnóstico e Plano de Ação próprios das Unidades, priorizando-se as particularidades de cada uma delas. Assim, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela A3P e a realidade estudada, é altamente recomendada a criação de subcomissões locais, as quais se responsabilizarão pelas tomadas de decisões e execução dos objetivos e metas estipulados no Plano de Ação inerente a cada Unidade.

Nesse contexto, respaldando-se nos resultados obtidos e na verificação da inexistência de política de sustentabilidade formalmente instituída na UEMS, o terceiro objetivo visa sugerir um plano de ação para a implantação da A3P na IES.

Para a consecução do terceiro objetivo proposto foram utilizados os procedimentos e modelos de documentos recomendados pelo Programa A3P, disponíveis no portal do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

As etapas que descrevem os passos para a implantação da A3P englobam: criação de uma Comissão Gestora da A3P e de comissões setoriais para cada UU; coleta de dados e análise situacional ou diagnóstico; elaboração do Plano de Ação propriamente dito, definido, no caso da A3P, pelo Plano de Gestão Socioambiental (PGS); assinatura do Termo de Adesão; sensibilização e capacitação dos servidores; e, avaliação e monitoramento periódicos de todo o processo. Fazem parte da proposta o cronograma de execução com o detalhamento das etapas descritas em conjunto com uma sugestão de Plano de Ação da A3P para a UEMS.

Para a implementação da sugestão com efetividade, pode-se dizer, de modo geral, que a adesão aos objetivos e eixos da A3P para a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, caso seja adotada na Instituição, poderá e deverá se pautar na conscientização prévia da comunidade Universitária por meio de palestras, seminários e campanhas publicitárias visando uma ampla divulgação de conceitos a fim de se estabelecer os preceitos atrelados a ela como condutas rotineiras não somente do ambiente do trabalho, mas se estendendo a todos que fazem parte da instituição, transcendendo o espaço circunscrito aos *campi*, neste caso as UUs ou a Cidade Universitária, para toda a sociedade que a integra.

7 REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT ISO NBR ISO 14001:1996 – Sistemas de gestão ambiental – Especificação e diretrizes para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 1996.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT ISO NBR ISO 14001:2004 – Sistemas de gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT ISO NBR ISO 14001:2015 – Sistemas de gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Introdução à ABNT NBR ISO 14001:2015**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/146-abnt-nbr-iso-14001>. Acesso em: 19 set. 2020.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

AQUINO, Francisco Diogenilson Almeida de. **AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: possibilidades e desafios de implementação no campus de Limoeiro do Norte do IFCE**. Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

ARRUDA, Luciana de Moraes; RODRIGUES, Raimundo Nonato. Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma companhia hidroelétrica. **REFAS: Revista FATEC Zona Sul**, v. 5, n. 2, p. 10, nov. 2018.

BARBOZA, S. I. S.; CARVALHO, D. T.; SOARES NETO, J. B.; COSTA, F. J. Variações de Mensuração pela Escala de Verificação: uma análise com escalas de 5, 7 e 11 pontos. **Teoria e Prática em Administração**, n. 3, v. 2, p. 99-120, 2013.

BOGDEZEVICIUS, Carlos Rafael. **Marketing verde e legislação ambiental como mecanismos de indução ao consumo sustentável: uma análise da percepção dos fatores verdes por indivíduos de instituições de ensino superior – IES de Porto Seguro – Bahia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidad San Carlos, Assunção, Paraguai, 2017. Disponível em: <http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/760/636>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº.10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004a. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012**, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 12 set. 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa 10, de 12 de novembro de 2012**, 2012b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: MMA, 1996. Disponível em: <http://goo.gl/iJZJ3L> Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.178 de 23 de outubro de 2017**. Presidência da República: Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9178.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. **Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes**. Brasília, DF: 2020.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

BRASIL. **Aderir ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (A3P)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – 1988. *Nosso Futuro Comum*** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BSI (BRITISH STANDARDS INSTITUTION). **Mudando da ISO 14001:2004 para a ISO 14001:2015 - Guia de Transição**. BSI Group, 2015. Disponível em: <https://www.bsigroup.com/LocalFiles/pt-BR/Whitepapers/BR-PTBR-iso14001-WPTransitionGuide14k-PDF.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. **Mobilidade Urbana Sustentável: conceitos, tendências e reflexões**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6637> Acesso em: 20 abr. 2022.

CASAGRANDE JÚNIOR, Eloi Fassi; DEEKE, Vania. Implantando práticas sustentáveis nos *campi* universitários: a proposta do “escritório verde” da UTFPR. **Revista Educação e Tecnologia**, Curitiba, n. 9, p. 1-15, 2013. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1102/706>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr. **Fundamentos em Gestão Ambiental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone Publishing, 1999.

ENGELMAN, R.; FRACASSO, E. M.; TOMETICH, P.; NASCIMENTO, L. F. PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 7, n. 3, p. 37–51, 2014. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/740>. Acesso em: 18 set. 2021.

FERREIRA, Eberton José da Silva. **Plano de viabilidade para a implantação da energia fotovoltaica na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi - Facisa/UFRN**. 2020. 50f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

FREITAS, Claudio Luiz de; BORGERT, Altair; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2011.

FREITAS, Marcílio de; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **A sustentabilidade como paradigma: cultura, ciência e cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Góes, Heloisa Cronemberger de Araujo. **Análise Comparativa de Instrumentos para Avaliação da Sustentabilidade em Universidades visando uma proposta para o Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2015.

GUIMARÃES, Claudio Scheidt; BONILLA, Silvia Helena. GESTÃO AMBIENTAL EM UNIVERSIDADES SUSTENTÁVEIS E A IMPORTÂNCIA DO GREENMETRIC. IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2018. **Anais**. Vol. 2, pp 427-440.

KRUGER, Silvana Dalmutt; FREITAS, Claudio Luiz de; PFITSCHER, Elisete Dahmer; PETRI, Sergio Murilo. Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44–62, 5 jun. 2011.

LANZARIN, Jovani; CAMARGO, Tiago Francisco de; MAZZIONI, Sady; ZANIN, Antonio. Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 3, p. 1020-1049, 2018.

LIMA, Caroline Silva. **ISO 14001 – Histórico, Versões e Documento informativo**. Dissertação (Mestrado em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável)

– IPE/ESCAS – Instituto de Pesquisas Ecológicas / Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. Nazaré Paulista, SP. 2017, 139p.

LUIZ, Lilian Campagnin; RAU, Karlan; FREITAS, Claudio Luiz de; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 54–62, jun. 2013.

MACHADO Raquel Engelman; FRACASSO Edi Madalena; TOMETICH, Patrícia.; NASCIMENTO L. F. Práticas de gestão ambiental em universidades brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, 2013, p. 37-51.

MADEIRA, Ana Carla Fernandes Damião, 2008. **Indicadores de sustentabilidade para instituições de ensino superior** [online]. Universidade do Porto Faculdade de Engenharia. Disponível em: [https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12228/1/Texto integral.pdf](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12228/1/Texto%20integral.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Ministério de Meio Ambiente. **Inventário nacional de emissões atmosféricas por veículos automotores rodoviários** – relatório final. Brasília: MMA, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/JWICI>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MMA. **A3P. Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P**. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. Brasília, DF: MMA, 2017.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública** - Instituições Parceiras (2020). Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>. Acesso em: 20 mar. 2020a.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – O que é?** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/o-que-e/>. Acesso em: 20 mar. 2020b.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – História**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/historia/>. Acesso em: 06 set. 2021a.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – Rede A3P**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/rede-a3p/>. Acesso em: 08 set. 2021b.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – MMA em números**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p.html>. Acesso em: 2 set. 2021c.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – RESSOA**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/ResSoA/Documentos/Manual-Novo-do-Ressoa.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021d.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – Eixos Temáticos**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/eixos-tematicos/>. Acesso em: 08 set. 2021e.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – Adesão à A3P.** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/adesao-a-a3p/>. Acesso em: 08 set. 2021f.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – Passo a passo para implantar a A3P.** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/passao-a-passo-para-implantar-a-a3p/>. Acesso em: 08 set. 2021g.

MMA. **A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.** Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/qualidade-de-vida-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MMA. Portaria nº 145, de 21 de outubro de 2021. **Estabelece os procedimentos, atribuições e responsabilidades para a gestão do processo administrativo eletrônico no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.** Brasília, DF: MMA, 2021h.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 1979.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei Estadual nº. 1.461, de 22 de dezembro de 1993,** 1993a. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/1d862dc974bec2de04256e450002eae3?OpenDocument>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto Estadual nº. 7.202, de 10 de maio de 1993,** 1993b. Designa a Secretária de Estado de Educação para, em nome do Poder Executivo, proceder medidas necessárias à instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial [Do Estado de Mato Grosso do Sul], Campo Grande, p.1, 11 de maio de 1993.

NICOLLELA, Gilberto; MARQUES, João Fernandes; SKORUPA, Ladislau Araújo. **Sistema de Gestão Ambiental:** aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campinas, SP. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004.

OLIVEIRA, Lizy Manayra Santos. **GESTÃO SOCIOAMBIENTAL:** adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública em Instituições Federais de Ensino Superior. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ONU. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano** (1972). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

OTERO, Gabriela G. P. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: práticas dos campi da Universidade de São Paulo** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PEIXOTO, Carol Soares Bezerra de Sá. **Práticas Sustentáveis: estudo de caso em uma Instituição Pública de Ensino Superior**. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2019.

PEIXOTO, Carol Soares Bezerra de Sá; FILHO, Rodolfo Araújo de Moraes; MORAES, Ionete Cavalcanti de; VIEIRA, Larissa Gomes Holanda de Sá; SOUZA, Marlon Esdras Jessé de. Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 12, n. 2, p. 230–252, ago. 2019.

PERES, Waldir Rugero; BAHADIAN, Silvia Moreira; VIEIRA, Ariane Carneiro; SILVA, Elmo Rodrigues da. **As normas da série ISO 14.000: contexto histórico e análise crítica**, 2010.

POMBO, Felipe Ramalho; MAGRINI, Alessandra. **Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil**. *Gestão & Produção*. 2008, v. 15, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2008000100002>. Acesso em: 10 Nov 2021.

REIS, Tatiana. **ISO 14001: importância, quadro atual e principais mudanças da nova versão**. 2017.

RIOS, Mônica Piccione Gomes; SOUSA, Klinger Luiz de Oliveira. Responsabilidade social da educação superior à luz do Sinaes. *In: POMPEU, R. M.; MARQUES, C. S. da E (Orgs.). Responsabilidade social das universidades*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2013.

RODRIGUES, Romário Andrade; ALMEIDA, Edna dos Santos. **Recomendações para implantação da ISO 14001 versão 2015**. Salvador, 2018. 113 p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologia Industrial) - SENAI CIMATEC, Salvador, 2018.

SILVA, Valdenildo Pedro da.; LOPES, Eliana de Jesus.; COLOMBO, Ciliana Regina. DESVELANDO A SUSTENTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS BREVE NOTAS. *In: Congresso Nacional de Meio Ambiente*, 2018, Poços de Caldas. Crise Ambiental: Repensando os limites de crescimento. Poços de Caldas: Anais Congresso Nacional de Meio Ambiente, 2018. v. 10.

SISTEMA. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, on-line, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sistema> Acesso em: 13 nov. 2021.

SISTEMA. *In Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa*, on-line, 2021. Editora Melhoramentos LTDA. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sistema/> Acesso em: 13 nov. 2021.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero, 2006. A GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão e Produção** v.13, n.3, p.503-515

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2002-2007**. Disponível em: <http://www.uems.br/pdi/assets/arquivos/pdi-2002-2007.pdf>. Acesso em: 10 dez 2021.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Relatório de Atividades Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) 2018**. Dourados: UEMS, 2020. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2019-04-29_14-55-27.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025**. Disponível em: <http://www.uems.br/pdi/assets/arquivos/PPI 2021-2025 - Versão Final.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2021.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Resolução COUNI-UEMS nº 568, de 02 de março de 2020**. Altera a Resolução COUNI-UEMS n. 392, de 29 de setembro de 2011, e reorganiza a estrutura administrativa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Dourados: UEMS, 2020. Conselho Universitário, 2020b. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/ailen/arquivos/2020-03-03_09-46-58.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

UEMS. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. **Relatório Analítico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2020**. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/relatorio_pdi_2021-09-09.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: objetivos de aprendizagem. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>. Acesso em: 15 jun. 2022.

APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS

Leonilda Mascarenhas

Instituição: UEMS

Local: Mato Grosso do Sul

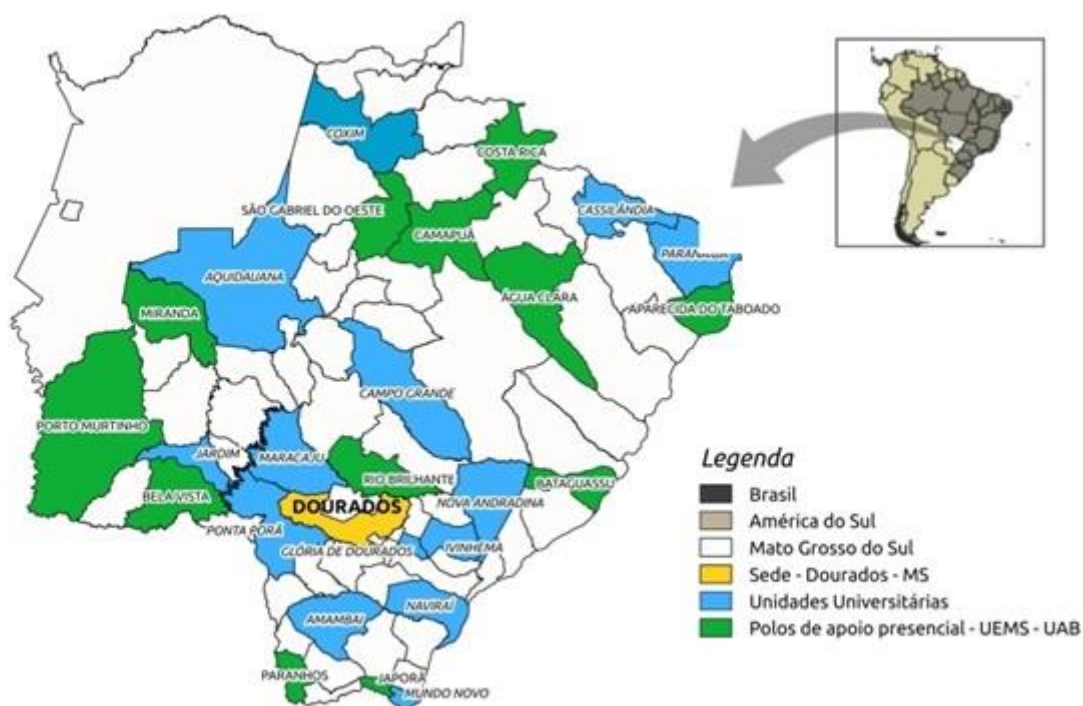
Resumo

Este relatório apresenta os resultados da proposta de intervenção elaborada com vistas à implementação de políticas sustentáveis na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS visando a adesão da IES à A3P.

O instrumento escolhido como modelo para a proposta é a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a ser utilizado por analogia, tendo em vista sua recomendação para aplicação em Universidades Federais e a ausência de instrução semelhante na esfera estadual (MMA, 2017, 2020).

A característica intrínseca da A3P é servir como política socioambiental para os órgãos e instituições públicas, norteando os princípios da Administração Pública em conjunto com a inserção de práticas que contribuam para a eficiência e eficácia dos processos administrativos em consonância com a utilização adequada de recursos naturais, humanos e econômicos (MMA, 2017, 2020).

Localização e público-alvo da iniciativa:

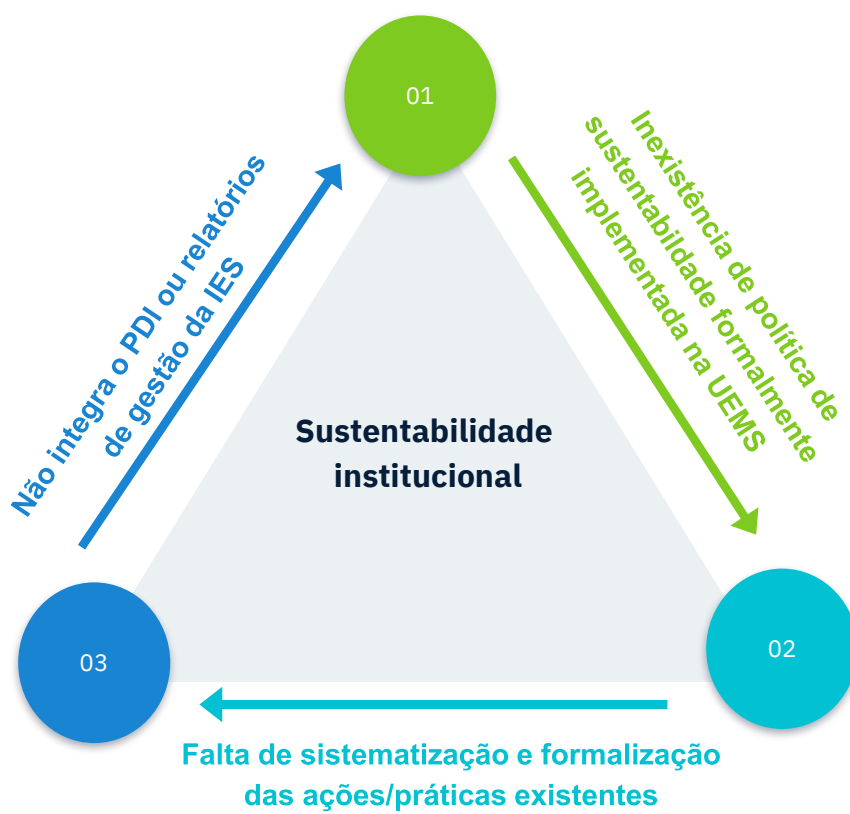


15 Unidades Universitárias

13 Pólos de EaD

27 Municípios

Situação-problema:



Objetivos:

Geral: Identificar as ações sustentáveis existentes na UEMS, com base nos critérios estabelecidos na A3P, e propor um plano de adesão.

Específicos:

1. Identificar as ações vinculadas a sustentabilidade contempladas no Relatório Análítico da UEMS;
2. Descrever as práticas sustentáveis da UEMS em relação aos objetivos e eixos temáticos da A3P, através da percepção dos servidores e gestores da IES;
3. Sugerir um Plano de Ação para implantação da A3P na UEMS.

Referencial teórico:



Sustentabilidade; Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior; (BOGDEZEVICIUS, 2017; BRASIL, 2022)



A3P

Agenda Ambiental na Administração Pública (MMA, 2017)



Sistema de Gestão Ambiental (ABNT, 2015)

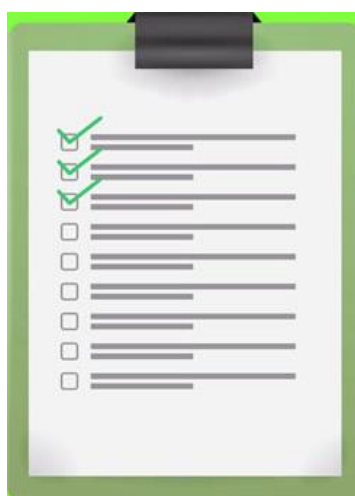
PLS

Plano de Logística Sustentável (BRASIL, 2012b)

Coleta e análise dos dados:



- Relatório Analítico PDI (UEMS, 2021)
- Análise de conteúdo



- Aplicação de 2 Questionários
- Análise estatística descritiva (Frequência absoluta e relativa, mediana, moda), (AQUINO, 2021; PEIXOTO, 2019; PEIXOTO et al, 2019 ; Kruger et al. (2011); (AQUINO, 2021; FREITAS, BORGERT e PFITSCHER, 2011; KRUGER et al., 2011; LUIZ et al. 2013, ARRUDA e RODRIGUES, 2018; LANZARIN et al.2018)

Resultados: Relatório Analítico do PDI DA UEMS, 2014-2020

- inexistência de tópico específico sobre sustentabilidade institucional;
- voltados para o cumprimento de normas legais vigentes tais como as relacionadas a compras, contratos e licitações de obras públicas;
- ponto positivo: criação do Setor de Meio Ambiente na UEMS, 2020.

Resultados: Questionários

1. Técnicos administrativos:

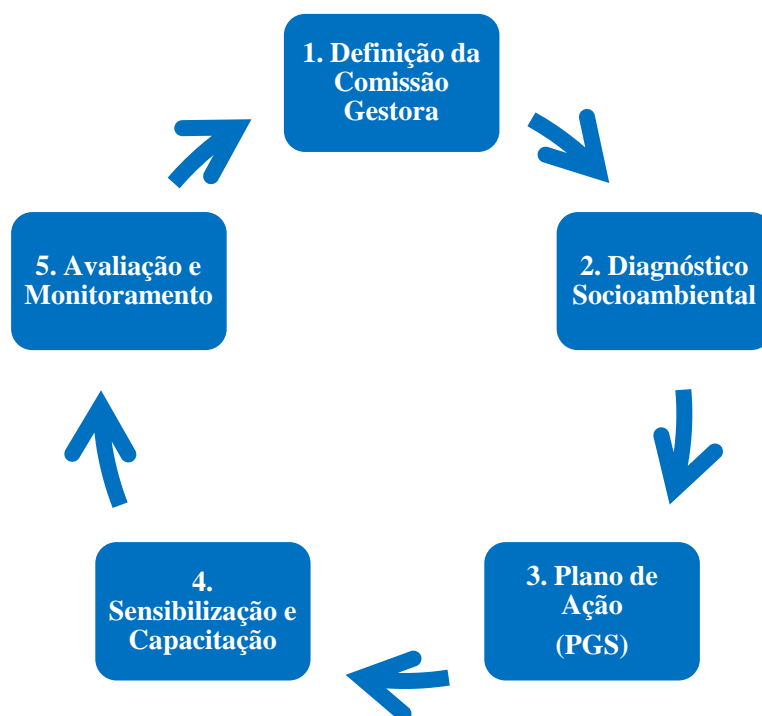
- existência de práticas e ações sustentáveis que refletem os saberes internalizados nos sujeitos participantes da pesquisa através de condutas pontuais nos diversos setores administrativos da UEMS;

2. Gerentes de Unidades Universitárias (UUs):

- interesse em participar da pesquisa (apenas 5 participantes);
- quantidade insuficiente de respostas;
- necessidade de implantação de Comissões setoriais para atender as UUs;
- implantação de política de sustentabilidade na UEMS.

Recomendação de intervenção

1. Processo de implantação da A3P



Fonte: elaboração própria, adaptada das informações da A3P (MMA, 2020).

2. Cronograma de implantação do Plano de Ação

| ETAPAS | AÇÕES | Início | Término |
|-----------------------------------|--|----------|----------|
| 1. Comissão Gestora da A3P | 1.1. Definir os membros da Comissão Gestora Geral e Comissões Setoriais das Unidades Universitárias | Jul 2022 | Jul 2022 |
| | 1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal); | Jul 2022 | Jul 2022 |
| | 1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora. | Jul 2022 | Jul 2022 |
| 2. Diagnóstico Socioambiental | 2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 2.3. Fazer levantamento de obras realizadas; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação. | Jul 2022 | Dez 2022 |
| 3. Plano de Gestão Socioambiental | 3.1. Definir os objetivos do plano; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações. | Jul 2022 | Dez 2022 |

| ETAPAS | AÇÕES | Início | Término |
|---------------------------------|---|----------|----------|
| 4. Sensibilização e Capacitação | 4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA; | Jul 2022 | Jun 2023 |
| | 4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc; | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | 4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores; | Jul 2022 | Jun 2023 |
| | 4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores; | Jul 2022 | Jun 2023 |
| | 4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados. | Jul 2022 | Jun 2023 |
| 5. Avaliação e o Monitoramento | 5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado nos indicadores da A3P; | Jul 2022 | Jul 2027 |
| | 5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral); | Jul 2022 | Jul 2027 |
| | 5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria; | Jul 2022 | Jul 2027 |
| | 5.4. Reprogramar as ações se necessário; | Jul 2022 | Jul 2027 |
| | 5.5. Preencher o relatório de monitoramento da A3P - Ressoa | Jul 2022 | Jul 2027 |

3. Plano de Ação /Plano de Gestão Socioambiental (PGS)

| 1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos | | | | |
|---|---|--|----------|-----------|
| Objetivo | Promover o uso racional dos recursos naturais, racionalizar o uso do transporte, reduzir os desperdícios de materiais e os impactos ambientais negativos decorrentes. | | | |
| Metas | Incentivar a redução do consumo e desperdício de materiais em geral, papeis, energia e água. | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Materiais em geral e Papel | Elaborar o perfil de consumo de materiais da instituição, em especial, do papel | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | Verificar, <i>in loco</i> , a situação de utilização de materiais em geral | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | Reduzir o fornecimento de materiais de expediente | PROAP | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Configurar todas as impressoras frente-verso | PROAP | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Promover a reutilização do papel A4 antes do envio para a reciclagem | Todos os setores | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Realizar estudo de viabilidade de implantação do sistema de gestão documental digital | Comissão Gestora; PROAP | Jul 2023 | Jun 2024 |
| | Realizar campanhas para o consumo consciente | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Confeccionar blocos de anotação com papeis reutilizados | Todos os setores | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Promover campanhas para racionalização do uso dos copos plásticos | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Reduzir a disponibilidade de copos plásticos para os servidores | Todos os setores | Jan 2023 | Jul 2027 |
| Energia | Realizar um acompanhamento do consumo de energia | Comissão Gestora; Comissões Setoriais; PROAP; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Realizar a individualização dos medidores, se necessário | PROAP; DINFRA | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de energia | Comissão Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Propor a aquisição de equipamentos que reduzam o consumo de energia como: utilização de sistema de ar condicionado eficiente; utilização de | Comissão Gestora e Comissões Setoriais; | Jan 2023 | Jul 2027 |

| | | | | |
|------|---|--|----------|----------|
| | sistema de iluminação eficiente; implantação de sensores de presença; instalação de novos elevadores com economia de energia elétrica; instalação de interruptores de energia elétrica independentes em todas as salas. | PROAP; DINFRA; DCOM; Setor de Meio Ambiente | | |
| Água | Realizar um acompanhamento do consumo de energia | Comissão Gestora; Comissões Setoriais; PROAP; DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Realizar a individualização dos medidores, se necessário | PROAP; DINFRA | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de água | Comissão Gestora; Comissões Setoriais | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Propor instalações hidro sanitárias mais econômicas como: torneiras com temporizadores; instalação de caixa acoplada; regulação dos registros da água; troca das bacias sanitárias por miquitórios com sensores; | Comissão Gestora; Comissões Setoriais; PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Implementar sistema de captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas; | PROAP; DINFRA; | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Racionalizar o uso da água para limpeza de área comum (garagem, escadas, etc.) | DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Racionalizar o uso da água na lavagem de automóveis | DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |

| 2. Gerenciamento de Resíduos Sólidos | | | | |
|---|--|---|----------|-----------|
| Objetivo | Realizar o gerenciamento correto e eficiente dos resíduos sólidos e implementar o Decreto nº 5.940/2006. | | | |
| Metas | Implantar a coleta seletiva e destinação adequada de resíduos em todas as Unidades Universitárias | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Resíduos | Estudo quali quantitativo dos resíduos – permite avaliar a situação e serve de base para definir quantidades de coletores, tipos e locais de colocação. Descobrir o destino atual dos resíduos e definir que instituição irá recebê-los: Formalização da doação. | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |
| Adequação ao Decreto N° 5.940 de 25.10.2006 | Implementar a coleta seletiva solidária em todas as UUs; | Comissões Gestora e Setoriais; PROAP; DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Adquirir os coletores para a Coleta Seletiva e instalar nas divisões, nos corredores e centrais; | PROAP; DINFRA; DCOM | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Instalar coletores nas copas com separação para lixo orgânico e lixo seco. | DINFRA | Jan 2023 | Jul 2027 |
| Destinação Adequada de resíduos perigosos | Levantar os tipos e quantidades de resíduos perigosos que devem ser destinados | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |
| | Realizar um estudo sobre a viabilidade de um “ecoponto” para coleta de pilhas e baterias e também de óleo de cozinha; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |
| | Celebrar acordo de com cooperativas e/ou empresas que promovam a coleta e destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos. | PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| Resíduos Orgânicos | Levantar a quantidade de resíduos orgânicos de restaurantes e lanchonetes e realizar destinação adequada | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |
| Resíduos de Serviço de Saúde | Realizar a destinação de acordo com as normas da ANVISA | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| Resíduos de Obras | Resíduos de obras: avaliar quantidades, qualidades ou tipos e destinos – inserção de exigências de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) no edital. | DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |

| 3. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho | | | | |
|---|--|---|---------------|------------------|
| Objetivo | Promover a qualidade de vida dos servidores, evitando doenças ocupacionais e melhorando o ambiente de trabalho. | | | |
| Metas | Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária da UEMS | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Contribuir para a melhoria da qualidade de vida | Propor mudanças na estrutura física do órgão para garantir uma melhor acessibilidade e criar áreas comuns; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Promover o controle da poluição sonora; | Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Promover campanhas sobre o uso de fumo e álcool; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Propor a construção de um bicicletário e um vestiário para incentivar o uso de bicicletas; | Comissões Gestora e Setoriais | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Distribuir kits ambientais com instruções sobre qualidade de vida; | Comissões Gestora e Setoriais; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Controlar a qualidade do ar em termos de fungos, ácaros e bactérias; | Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Proporcionar a ginástica laboral e equipamentos ergonômicos para os funcionários; | PRODHS | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Controlar a qualidade da água utilizada no sistema de refrigeração. | Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| 4. Sensibilização e Capacitação dos Servidores | | | | |
| Objetivo | Orientar e informar os servidores sobre as iniciativas de sustentabilidade que estão sendo implementadas e incentivar a adoção de boas práticas no ambiente de trabalho. | | | |
| Metas | Capacitar e informar os servidores sobre educação e gestão ambiental | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Sensibilização e Capacitação | Identificar as demandas de capacitação dos servidores; | Comissões Gestora e Setoriais; PRODHS; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Dez 2022 |
| | Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc; | | Jul 2022 | Jun 2023 |
| | Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc; | | Jul 2022 | Jun 2023 |
| | Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores; | | Jul 2022 | Jun 2023 |

| | | | | |
|---|---|--|---------------|------------------|
| | Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores; | Comissões Gestora e Setoriais; PROEC | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados. | PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| 5. Licitações Sustentáveis | | | | |
| Objetivo | Otimizar o processo de aquisição de material de consumo e contratação de serviços. | | | |
| Metas | Incluir critérios ambientais, sempre que possíveis, em todos os processos licitatórios | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Fomentar a adoção de critérios ambientais introduzindo o “diferencial ecológico” nas especificações de produtos e serviços a serem adquiridos | Propor que, sempre que possível, sejam feitas aquisições de bens, materiais, contratações de serviços e projetos ambientalmente saudáveis; | Comissões Gestora e Setoriais; PROAP; DCOM; Setor de Meio Ambiente | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Realizar um levantamento sobre produtos e serviços que proporcionem ganhos ambientais e economia de recursos; | Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |
| | Incluir itens ambientais nos futuros projetos de construção e reforma levando em conta a funcionalidade integrada à sustentabilidade ambiental. | PROAP; DCOM; DINFRA; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |
| Informática | Uso de novas tecnologias na hora da escolha, gestão de embalagens, ferramentas verdes, procedimentos, econômicos de uso do PC etc. | PROAP; DCOM; DINF; Setor de Meio Ambiente | Jul 2022 | Jul 2027 |
| 6. Construções Sustentáveis | | | | |
| Objetivo | Promover economia e a adoção de um conjunto de técnicas com solução ambientalmente eficientes | | | |
| Metas | Incluir critérios ambientais nos projetos e utilização de materiais para a realização de obras. | | | |
| Plano de Ação | | | | |
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Canteiro de Obras | Planejar o canteiro de obras | PROAP; DCOM; DINFRA; Setor de Meio Ambiente; | Jan 2023 | Jul 2027 |
| | Aproveitar a água da chuva | | | |
| | Realizar a gestão dos resíduos gerados | | | |
| | Promover a reutilização e reciclagem dos resíduos gerados | | | |
| | Orientar o edifício visando à equalização dos ganhos térmicos | | | |

| | | | | |
|-----------------------|---|--|--|--|
| Conforto Ambiental | Prover os ambientes de ventilação natural | Empresa responsável pela execução do projeto | | |
| | Prover os ambientes de iluminação natural | | | |
| Eficiência Energética | Trocar luminárias por modelos mais eficientes | | | |
| | Proteger as fachadas da incidência direta do sol | | | |
| | Instalar controles de luminosidade | | | |
| | Pintar paredes, tetos e pisos de cores claras | | | |
| | Utilizar aquecimento solar | | | |
| | Priorizar o uso da madeira certificada e materiais regionais de fontes sustentáveis | | | |
| Meio Ambiente | Plantar árvores na área externa | | | |
| | Preservar área nativas | | | |
| | Utilizar adubo orgânico e produção de humus | | | |
| Técnicas construtivas | Implementar telhados verdes | | | |
| | Utilizar material com inovação tecnológica | | | |

Fonte: adaptado de Plano de Gestão Socioambiental da A3P (PGS), (MMA, 2022). Legenda: (DCOM) Divisão de Compras; (DINF) Diretoria de Informática; (DINFRA) Diretoria de Infraestrutura; (PROAP) Pró-Reitoria de Administração e Planejamento; (PRODHS) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social; (PROEC) Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.

Referências

AQUINO, Francisco Diogenilson Almeida de. **AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**: possibilidades e desafios de implementação no campus de Limoeiro do Norte do IFCE. Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2021.

ARRUDA, Luciana de Moraes; RODRIGUES, Raimundo Nonato. Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma companhia hidroelétrica. **REFAS: Revista FATEC Zona Sul**, v. 5, n. 2, p. 10, nov. 2018.

BOGDEZEVICIUS, Carlos Rafael. **Marketing verde e legislação ambiental como mecanismos de indução ao consumo sustentável: uma análise da percepção dos fatores verdes por indivíduos de instituições de ensino superior – IES de Porto Seguro – Bahia**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidad San Carlos, Assunção, Paraguai, 2017. Disponível em: <http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/760/636>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Instrução Normativa 10, de 12 de novembro de 2012**, 2012b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. **Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes**. Brasília, DF: 2020.

BRASIL. **Aderir ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P (A3P)**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FREITAS, Claudio Luiz de; BORGERT, Altair; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P. **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2011.

KRUGER, Silvana Dalmutt; FREITAS, Claudio Luiz de; PFITSCHER, Elisete Dahmer; PETRI, Sergio Murilo. Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 4, n. 3, p. 44–62, 5 jun. 2011.

LANZARIN, Jovani; CAMARGO, *Tiago Francisco de*; MAZZIONI, *Sady*; ZANIN, *Antonio*. Agenda ambiental da administração pública em instituições federais de ensino superior. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 3, p. 1020-1049, 2018.

LUIZ, Lilian Campagnin; RAU, Karlan; FREITAS, Claudio Luiz de; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 54–62, jun. 2013.

MMA. **A3P. Gestão socioambiental nas universidades públicas: A3P**. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. Brasília, DF: MMA, 2017.

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP

Responsáveis:



Dr^a. Vera Luci Almeida
ORIENTADORA

Contato:
veraalmeida@ufgd.edu.br



Leonilda Mascarenhas
EGRESSA

Contato:
leonilda.m@gmail.com

Data de realização do relatório: a coleta dos dados que compõem esta pesquisa foi realizada no período de janeiro a março de 2022.

APÊNDICE B – MODELO PORTARIA COMISSÃO GESTORA A3P

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
REITORIA**Portaria UEMS Nº ___, de ___ de _____ de 2022.**

Institui a Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS.

O REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo **DECRETO “P” N. 1.459, de 18 de setembro de 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Mato Grosso do Sul nº. 9.995, de 26 de setembro de 2019, p. 92, e**

CONSIDERANDO o que consta na Portaria do MMA nº 326, de 23 de julho de 2020, que institucionalizou o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e estabeleceu suas diretrizes;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar para compor a Comissão Gestora da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, os seguintes servidores:

1. A DEFINIR
2. A DEFINIR
3. A DEFINIR
4. A DEFINIR
5. A DEFINIR

Art. 2º – A Comissão será presidida pelo(a) servidor(a) _____, matrícula nº _____, lotado(a) no setor _____.

Dourados, ___ de _____ de 2022.

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor

APÊNDICE C – MODELO TERMO DE ADESÃO À A3P

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

TERMO DE ADESÃO ___ - MMA-A3P/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, E O A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL-UEMS, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e do Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Secretário-Executivo, **FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES**, brasileiro, casado, nomeado pelo Decreto de 29 de junho de 2021 da Casa Civil da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2021, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 385, de 12 de agosto de 2021, publicada em 13 de agosto de 2021, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 2637474 (SSP/DF) e inscrito no CPF sob o nº 000.146.941-07, e a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL-UEMS**, inscrito no CNPJ/MF com o nº 86.891.363/0001-80, com sede na Cidade Universitária de Dourados, Caixa Postal 351, Dourados - MS, Brasil CEP: 79804-970, neste ato representado por **LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (SSP-___) e inscrito no CPF sob o nº 904.658.225-68, residente e domiciliado na cidade de Dourados-MS, no uso de suas atribuições conforme designação conferida pelo DECRETO "P" N. 1.459, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul nº. 9.995, de 26 de setembro de 2019, p. 92, doravante denominado **INSTITUIÇÃO**, firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, no âmbito da **INSTITUIÇÃO**, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Durante a execução do objeto do presente Termo de Adesão fica estabelecido que os partícipes adotarão a metodologia constante da cartilha “Como Implantar a A3P”, assim como as orientações do Programa A3P.

Parágrafo Primeiro. Poderão ser acrescentadas outras ações, sugeridas pelos próprios agentes implementadores do Programa A3P, de comum acordo entre as partes.

Parágrafo Segundo. Na implementação do presente Termo de Adesão deverão ser obrigatoriamente observados, pelos partícipes, os seguintes objetivos:

I - promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da **INSTITUIÇÃO**;

II - estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;

III - garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; e

IV - melhorar a qualidade do ambiente do trabalho.

Parágrafo Terceiro. Para a consecução do objeto traçado no presente Termo, o **MMA/A3P** e a **INSTITUIÇÃO** poderão, em conjunto ou separadamente gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com agência e órgãos públicos e privados, particularmente junto a universidades e centros de pesquisa com atuação e interesse na área de gestão social e ambiental, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia dos planos de ação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I - Caberá à **INSTITUIÇÃO**:

a) criar comissão que será responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental da **INSTITUIÇÃO**;

b) realizar, com participação dos servidores, diagnóstico socioambiental (avaliação inicial), identificando os aspectos socioambientais, mais relevantes para a **INSTITUIÇÃO**;

c) elaborar, com base no diagnóstico, o plano de ações estratégicas, incluindo aspectos socioambientais como: a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados; redução de consumo e reaproveitamento de materiais; combate ao desperdício de energia e de água, cidadania, ética, equidade, segurança e qualidade de vida no trabalho, entre outras medidas necessárias para a implementação, detectadas nos diagnósticos;

d) estabelecer cronograma para implementação das ações;

e) promover metodologia para mensuração do desempenho da **INSTITUIÇÃO**;

f) estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que provoquem danos ou riscos à saúde do servidor ou da população e ao meio ambiente;

g) estabelecer avaliação periódica da implementação das ações previstas divulgando os resultados alcançados na própria **INSTITUIÇÃO** para redirecionamento das ações de acordo com os resultados;

h) desenvolver subprograma de formação do “servidor educador socioambiental” comprometido com os princípios da responsabilidade socioambiental e efetiva implantação da A3P.

i) elaborar Relatório Técnico explicitando as ações implementadas, os resultados quali-quantitativos alcançados e as metas futuras para a continuidade do projeto, com periodicidade anual contada a partir da data de assinatura do Termo de Adesão.

II - Caberá ao **MMA/A3P**:

a) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na realização de seu diagnóstico socioambiental, bem como na elaboração de sua agenda socioambiental, incluindo ações de implementação;

b) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de implantação e capacitação para a coleta seletiva solidária;

c) compartilhar experiências e conhecimentos sobre aspectos socioambientais;

d) compartilhar conhecimentos técnicos, assessorando a **INSTITUIÇÃO** nas fases do processo de implementação da Agenda Socioambiental;

e) viabilizar a distribuição do material de divulgação, quando houver;

f) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de avaliação da A3P por meio de indicadores de desempenho;

g) promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre objetivos, metodologia e implementação da Agenda Socioambiental;

h) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na promoção de ações educativas visando: melhorar a qualidade do meio ambiente em todos os locais de trabalho, conscientizar os servidores, estagiários e terceirizados sobre a importância de se conservar o meio ambiente e ter responsabilidade no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública;

i) incentivar a excelência da gestão social e ambiental visando melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho da **INSTITUIÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão vigorará pelo **prazo de cinco anos**, não prorrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

O presente Termo de Adesão não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Termo de Adesão poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação deste Termo de Adesão em extrato, no Diário Oficial da União, até quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta correr no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA

Este Termo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

O presente Termo de Adesão será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Termo de Adesão não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado a(o) Diretor(a) do Departamento de Educação e Cidadania Ambiental para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Os Partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Termo de Adesão, os partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente e, em última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 18, inciso III, do Decreto nº 7392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea “f” da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília/DF, de de 2022.

FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES
Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor da UEMS

Testemunhas:**1-****RG:****CPF:****2-****RG:****CPF:**

APÊNDICE D – PLANO DE TRABALHO/ PLANO DE AÇÃO

| |
|--|
| PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P |
|--|

1. DADOS CADASTRAIS

| | | | |
|--|-----------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Órgão UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS | | CNPJ/MF 86.891.363/0001-80 | |
| Endereço Rodovia Dourados/Itahum Km 12 | | | |
| Cidade DOURADOS | UF MS | CEP 79.804-970 | DDD/Telefone (67) 3902-2360 |
| Nome do Responsável LAÉRCO ALVES DE CARVALHO | | CPF 904.658.225-68 | CI/Órgão Exp. |
| Endereço Rodovia Dourados/Itahum Km 12 | | | |
| Cidade DOURADOS | UF MS | CEP 79.804-970 | DDD/Telefone (67) 3902-2360 |

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

| | |
|---|---|
| Título do Projeto: Implantação do Programa A3P na UEMS | Período de Execução Julho de 2022 a Julho de 2027 |
| Identificação do Objeto: Implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública na UEMS | |
| Étapas para implementação da adesão: <ol style="list-style-type: none"> 1. Criar a Comissão Gestora da Agenda; 2. Realizar o Diagnóstico Socioambiental; 3. Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; 4. Realizar a Capacitação e a Sensibilização; 5. Realizar a Avaliação e o Monitoramento. | |

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| ETAPAS | AÇÕES | Início | Término |
|--|--|---------------|----------------|
| 1. Comissão Gestora da A3P | 1.1. Definir os membros da Comissão Gestora; | Julho 2022 | Julho 2022 |
| | 1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal); | Julho 2022 | Julho 2022 |
| | 1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora. | Julho 2022 | Julho 2022 |
| 2. Diagnóstico Socioambiental | 2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.3. Fazer levantamento de obras realizadas; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação. | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| 3. Plano de Gestão Socioambiental | 3.1. Definir os objetivos do plano; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações. | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| 4. Sensibilização e Capacitação | 4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA; | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | 4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |

| | | | |
|---------------------------------------|---|------------|---------------|
| | 4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc; | Julho 2022 | Dezembro 2022 |
| | 4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores; | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | 4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores; | Julho 2022 | Junho 2023 |
| | 4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados. | Julho 2022 | Junho 2023 |
| 5. Avaliação e o Monitoramento | 5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado nos indicadores da A3P; | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral); | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria; | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.4. Reprogramar as ações se necessário; | Julho 2022 | Julho 2027 |
| | 5.5. Preencher o relatório de monitoramento da A3P - Ressoa. | Julho 2022 | Julho 2027 |

E, para a validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, de de .

FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES
Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO
Reitor da UEMS

Testemunhas:

1-

RG:

CPF:

2-

RG:

CPF:

APÊNDICE E – PLANO DE AÇÃO/PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DA A3P

1. APRESENTAÇÃO

| | | | |
|--|-----------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Órgão UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS | | CNPJ/MF 86.891.363/0001-80 | |
| Endereço Rodovia Dourados/Itahum Km 12 | | | |
| Cidade DOURADOS | UF MS | CEP 79.804-970 | DDD/Telefone (67) 3902-2360 |
| Nome do Responsável LAÉRCO ALVES DE CARVALHO | | CPF 904.658.225-68 | CI/Órgão Exp. |
| Endereço Rodovia Dourados/Itahum Km 12 | | | |
| Cidade DOURADOS | UF MS | CEP 79.804-970 | DDD/Telefone (67) 3902-2360 |

2. COMISSÃO GESTORA DA A3P

Membros da Comissão:
A DEFINIR

3. OBJETIVOS DO PLANO

3.1. Geral

Mitigar os impactos socioambientais negativos gerados pela UEMS;
 Redefinir as práticas de gestão institucional em conformidade com os princípios de sustentabilidade;
 Conscientizar acerca da necessidade de comprometimento com a temática socioambiental entre a comunidade universitária da UEMS.

3.2. Específicos

Assegurar a formalização de práticas sustentáveis no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;
 Promover a reflexão e adoção de práticas sustentáveis como praxe tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

4.1. USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS E BENS PÚBLICOS

| | |
|-----------------|---|
| Objetivo | Promover o uso racional dos recursos naturais, racionalizar o uso do transporte, reduzir os desperdícios de materiais e os impactos ambientais negativos decorrentes. |
| Metas | Incentivar a redução do consumo e desperdício de materiais em geral, papéis, energia e água. |

| Plano de Ação | | | | |
|----------------------------|--|-------------|--------|-----------|
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Materiais em geral e Papel | Elaborar o perfil de consumo de materiais da instituição, em especial, do papel | A DEFINIR | | |
| | Verificar, <i>in loco</i> , a situação de utilização de materiais em geral | | | |
| | Reduzir o fornecimento de materiais de expediente | | | |
| | Configurar todas as impressoras frente-verso | | | |
| | Promover a reutilização do papel A4 antes do envio para a reciclagem | | | |
| | Realizar estudo de viabilidade de implantação do sistema de gestão documental digital | | | |
| | Realizar campanhas para o consumo consciente | | | |
| | Confeccionar blocos de anotação com papéis reutilizados | | | |
| | Promover campanhas para racionalização do uso dos copos plásticos | | | |
| | Reduzir a disponibilidade de copos plásticos para os servidores | | | |
| Energia | Realizar um acompanhamento do consumo de energia | | | |
| | Realizar a individualização dos medidores, se necessário | | | |
| | Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de energia | | | |
| | Propor a aquisição de equipamentos que reduzam o consumo de energia como: → utilização de sistema de ar condicionado eficiente; → utilização de sistema de iluminação eficiente; → implantação de sensores de | | | |

| | | | | |
|------|--|--|--|--|
| | <p>presença; → instalação de novos elevadores com economia de energia elétrica; → instalação de interruptores de energia elétrica independentes em todas as salas.</p> | | | |
| Água | Realizar um acompanhamento do consumo de energia | | | |
| | Realizar a individualização dos medidores, se necessário | | | |
| | Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de água | | | |
| | Propor instalações hidro sanitárias mais econômicas como: torneiras com temporizadores; instalação de caixa acoplada; regulagem dos registros da água; troca das bacias sanitárias por miquitórios com sensores; | | | |
| | Implementar sistema de captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas; | | | |
| | Racionalizar o uso da água para limpeza de área comum (garagem, escadas, etc.) | | | |
| | Racionalizar o uso da água na lavagem de automóveis | | | |

4.2. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

| | |
|-----------------|--|
| Objetivo | Realizar o gerenciamento correto e eficiente dos resíduos sólidos e implementar o Decreto nº 5.940/2006. |
| Metas | Implantar a coleta seletiva e destinação adequada de resíduos em todas as Unidades Universitárias |

| Plano de Ação | | | | |
|----------------------|---|-------------|--------|-----------|
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Resíduos | Estudo qualiquantitativo dos resíduos – permite avaliar a situação e serve de base para definir quantidades de coletores, tipos e locais de colocação. Descobrir o destino atual dos resíduos e definir que instituição irá recebê-los: Formalização da doação. | A DEFINIR | | |
| Adequação ao Decreto | Implementar a coleta seletiva solidária; | | | |

| | | | | |
|---|---|--|--|--|
| Nº 5.940 de 25.10.2006 | Adquirir os coletores para a Coleta Seletiva e instalar nas divisões, nos corredores e centrais; | | | |
| | Instalar coletores nas copas com separação para lixo orgânico e lixo seco. | | | |
| Destinação Adequada de resíduos perigosos | Levantar os tipos e quantidades de resíduos perigosos que devem ser destinados | | | |
| | Realizar um estudo sobre a viabilidade de um “ecoponto” para coleta de pilhas e baterias e também de óleo de cozinha; | | | |
| | Contratar cooperativas e/ou empresas que promovam a coleta e destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos. | | | |
| Resíduos Orgânicos | Levantar a quantidade de resíduos orgânicos de restaurantes e lanchonetes e realizar destinação adequada | | | |
| Resíduos de Serviço de Saúde | Realizar a destinação de acordo com as normas da ANVISA | | | |
| Resíduos de Obras | Resíduos de obras: avaliar quantidades, qualidades ou tipos e destinos – inserção de exigências no edital. | | | |

4.3. QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

| | |
|-----------------|---|
| Objetivo | Promover a qualidade de vida dos servidores, evitando doenças ocupacionais e melhorando o ambiente de trabalho. |
| Metas | Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária da UEMS |

| Plano de Ação | | | | |
|---|--|-------------|--------|-----------|
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Contribuir para a melhoria da qualidade de vida | Propor mudanças na estrutura física do órgão para garantir uma melhor acessibilidade e criar áreas comuns; | A DEFINIR | | |
| | Promover o controle da poluição sonora; | | | |
| | Promover campanhas sobre o uso de fumo e álcool; | | | |
| | Propor a construção de um bicicletário e um vestiário para incentivar o uso de bicicletas; | | | |

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | Distribuir kits ambientais com instruções sobre qualidade de vida; | | | |
| | Controlar a qualidade do ar em termos de fungos, ácaros e bactérias; | | | |
| | Proporcionar a ginástica laboral e equipamentos ergonômicos para os funcionários; | | | |
| | Controlar a qualidade da água utilizada no sistema de refrigeração. | | | |

4.4. SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

| | |
|-----------------|--|
| Objetivo | Orientar e informar os servidores sobre as iniciativas de sustentabilidade que estão sendo implementadas e incentivar a adoção de boas práticas no ambiente de trabalho. |
| Metas | Capacitar e informar os servidores sobre educação e gestão ambiental |

| Plano de Ação | | | | |
|------------------------------|--|-------------|--------|-----------|
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Sensibilização e Capacitação | Identificar as demandas de capacitação dos servidores; | A DEFINIR | | |
| | Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc; | | | |
| | Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc; | | | |
| | Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores; | | | |
| | Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores; | | | |
| | Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados. | | | |

4.5. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| | |
|-----------------|--|
| Objetivo | Otimizar o processo de aquisição de material de consumo e contratação de serviços. |
| Metas | Incluir critérios ambientais, sempre que possíveis, em todos os processos licitatórios |

| Plano de Ação | | | | |
|---|---|-------------|--------|-----------|
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Fomentar a adoção de critérios ambientais introduzindo o “diferencial ecológico” nas especificações de produtos e serviços a serem adquiridos | Propor que, sempre que possível, sejam feitas aquisições de bens, materiais, contratações de serviços e projetos ambientalmente saudáveis; | A DEFINIR | | |
| | Realizar um levantamento sobre produtos e serviços que proporcionem ganhos ambientais e economia de recursos; | | | |
| | Incluir itens ambientais nos futuros projetos de construção e reforma levando em conta a funcionalidade integrada à sustentabilidade ambiental. | | | |
| Informática | Uso de novas tecnologias na hora da escolha, gestão de embalagens, ferramentas verdes, procedimentos, econômicos de uso do PC etc. | | | |

4.6. CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

| | |
|-----------------|---|
| Objetivo | Promover economia e a adoção de um conjunto de técnicas com solução ambientalmente eficientes |
| Metas | Incluir critérios ambientais nos projetos e utilização de materiais para a realização de obras. |

| Plano de Ação | | | | |
|--------------------|---|-------------|--------|-----------|
| Tema | Iniciativas | Responsável | Início | Conclusão |
| Canteiro de Obras | Planejar o canteiro de obras | A DEFINIR | | |
| | Aproveitar a água da chuva | | | |
| | Realizar a gestão dos resíduos gerados | | | |
| | Promover a reutilização e reciclagem dos resíduos gerados | | | |
| Conforto Ambiental | Orientar o edifício visando à equalização dos ganhos térmicos | | | |
| | Prover os ambientes de ventilação | | | |

| | | | | |
|-----------------------|---|--|--|--|
| | natural | | | |
| | Prover os ambientes de iluminação natural | | | |
| Eficiência Energética | Trocar luminárias por modelos mais eficientes | | | |
| | Proteger as fachadas da incidência direta do sol | | | |
| | Instalar controles de luminosidade | | | |
| | Pintar paredes, tetos e pisos de cores claras | | | |
| | Utilizar aquecimento solar | | | |
| | Priorizar o uso da madeira certificada e materiais regionais de fontes sustentáveis | | | |
| Meio Ambiente | Plantar árvores na área externa | | | |
| | Preservar área nativas | | | |
| | Utilizar adubo orgânico e produção de humus | | | |
| Técnicas construtivas | Implementar telhados verdes | | | |
| | Utilizar material com inovação tecnológica | | | |

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- 5.1. A partir da lista de indicadores da A3P acompanhar a implementação do Plano;
- 5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral);
- 5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;
- 5.4. Reprogramar as ações se necessário;
- 5.5. Preencher o relatório de monitoramento e/ou sistema de monitoramento do MMA.

ANEXO I

Indicadores de Desempenho da A3P

Os indicadores avaliam a implementação dos Cinco Eixos Temáticos do Programa A3P. Para cada um dos cinco eixos temáticos da A3P foram estabelecidos indicadores gerais, adicionais e especiais. Cada indicador tem um número específico que o identifica.

Os indicadores gerais são focados nos aspectos quantitativos do monitoramento. Os indicadores adicionais e especiais são identificados pelo número e também por uma letra que precede o número.

A letra A significa que o indicador é adicional, ou seja, é aplicado apenas para algumas realidades e não pelo conjunto dos órgãos públicos.

A letra E precede o indicador especial que é um indicador qualitativo das ações implementadas.

Como os indicadores têm caráter orientativo, a instituição poderá escolher aqueles que irá utilizar na elaboração do Relatório Técnico de Monitoramento. Abaixo segue a lista de indicadores por eixo temático

Indicadores - Uso Racional dos Recursos Naturais e bens Públicos

| Subtema | Código | Nome do Indicador | Descrição | Apuração |
|--------------|----------|---|--|----------------|
| 1.1. Energia | 1.1.1. | Consumo de energia elétrica | Quantidade de kwh consumidos | mensal e anual |
| | 1.1.2. | Consumo de energia elétrica per capita | Quantidade de Kwh consumidos / total de servidores | mensal e anual |
| | 1.1.3. | Gasto com energia | Valor da fatura em reais (R\$) | mensal e anual |
| | E1.1.4. | Uso de energia renovável – percentual | (Total de Kwh de energia elétrica a partir de fontes renováveis /total de kwh de energia elétrica) x 100 | mensal e anual |
| | E1.1.5. | Energia elétrica economizada – percentual | (Total de Kwh de energia elétrica no mês 2 – total de kwh de energia no mês 1 / total de energia elétrica) x 100 | mensal e anual |
| | E.1.1.6. | Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes | Quantidade (unidades) de lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação | anual |

| | | | |
|--------------------------------|--|--|----------------|
| | E.1.1.7. Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula | Informar se utiliza ou não sistema de controle de iluminação | anual |
| 1.2. Água | 1.2.1. Volume de água utilizada | Quantidade de m ³ | mensal e anual |
| | 1.2.2. Volume de água per capita | Quantidade de m ³ de água/ total de servidores | mensal e anual |
| | 1.2.3. Gasto com água | Valor da fatura em reais (R\$) | mensal e anual |
| | A1.2.4. Consumo de água mineral | Total de galões de água mineral (20 litros) adquiridos | mensal e anual |
| | A1.2.5. Gasto com aquisição de água mineral | Valor gasto com compra de galões de água mineral em reais (R\$) | mensal e anual |
| | E.1.2.6. Reutilização de Água | Total de m ³ de água cinza (servida) + Total de m ³ de água captada da chuva | anual |
| | E.1.2.7. Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água | Informar se utiliza ou não sistema de controle de individualização de despesa com água | anual |
| | E.1.2.8. Uso de equipamentos hidráulicos eficientes | Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes | anual |
| 1.3. Copos Descartáveis | 1.3.1. Consumo de copos de 200 ml descartáveis | Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados | mensal e anual |
| | 1.3.2. Consumo de copos de 50ml descartáveis | Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados | mensal e anual |
| | 1.3.3. Consumo per capita de copos de 200ml descartáveis | Quantidade (unidades) de copos de 200 ml / quantidade de servidores | mensal e anual |
| | 1.3.4. Consumo per capita de copos de 50ml descartáveis | Quantidade (unidades) de copos de 50 ml / quantidade de servidores | mensal e anual |
| | 1.3.5. Gasto com aquisição de copos descartáveis | Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200ml + 50 ml) | mensal e anual |

| | | | |
|------------------------------|--|---|----------------|
| | E.1.3.6. Utilização de utensílios não descartáveis | Quantidade (unidades) de xícaras + copos + garrafas produzidos a partir de material permanente | mensal e anual |
| | E.1.3.7. Percentual de uso de utensílios não descartáveis | Quantidade total de utensílios não descartáveis (xícaras+copos permanentes)/ quantidade total de copos descartáveis utilizados (50 ml + 20ml) x 100 | mensal e anual |
| 1.4. Papel | 1.4.1. Consumo mensal de papel branco (clorado) | Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas | mensal e anual |
| | 1.4.2. Consumo per capita de papel branco (clorado) | Quantidade (unidades) de folhas de papel branco clorado utilizadas / quantidade de servidores | mensal e anual |
| | 1.4.3. Consumo mensal de papel não clorado e reciclado | Quantidade (unidades) de papel não clorado + Quantidade (unidades) de papel reciclado utilizado | mensal e anual |
| | 1.4.4. Gasto com aquisição de papel branco (clorado) | Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco (clorado) | mensal e anual |
| | 1.4.5. Gasto com aquisição de papel reciclado | Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado (clorado) | mensal e anual |
| | 1.4.6. Gasto com aquisição de papel não-clorado | Valor (R\$) gasto com a compra de papel não-clorado | mensal e anual |
| | E.1.4.7. Percentual de papel reciclado e não clorado | (Quantidade total de papel reciclado + quantidade total de papel não-clorado/ quantidade total de papel branco (clorado) x 100 | mensal e anual |
| | E.1.4.8. Emissão de CO2 | Quantidade de resmas de papel (500 folhas) consumidas x 3,5 Kg de CO2 | anual |
| 1.5. Transporte Aéreo | 1.5.1. Gasto com passagens aéreas nacionais | Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas nacionais | mensal e anual |
| | 1.5.2. Gasto com passagens | Valor (R\$) gasto com a compra de passagens | mensal e |

| | | | |
|----------------------------------|---|---|----------------|
| | aéreas internacionais | aéreas internacionais | anual |
| | 1.5.3. Milhas percorridas no país | Quantidade de milhas percorridas no país | mensal e anual |
| | 1.5.4 Milhas percorridas no exterior | Quantidade de milhas percorridas no exterior | mensal e anual |
| | E.1.5.5. Utilização de videoconferências | Quantidade de videoconferências realizadas | mensal e anual |
| | E.1.5.6. Emissão de CO2 | Distância (Km) percorrida x 0,11 Kg CO2 | anual |
| 1.6. Transporte Terrestre | 1.6.1. Frota total | Quantidade de veículos utilizados no transporte de funcionários | mensal e anual |
| | 1.6.2. Quilometragem percorrida | Quantidade de quilômetros percorridos | mensal e anual |
| | 1.6.3. Consumo de Gasolina | Quantidade (litros) de gasolina consumida | mensal e anual |
| | 1.6.4. Consumo de Álcool | Quantidade (litros) de álcool consumido | mensal e anual |
| | 1.6.5 Gasto com combustível | Valor (R\$) gasto com o abastecimento de veículos | mensal e anual |
| | E.1.6.6. Emissão de CO2 | Quantidade (litros) de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/l | anual |

Indicadores – Gerenciamento de Resíduos Sólidos

| Subtema | Código | Nome do Indicador | Descrição | Apuração |
|-----------------------------|---------------|-------------------------------|--|----------------|
| 2.1. Coleta Seletiva | 2.1.1. | Reciclagem de papel | Quantidade (Kg) de papel destinado à reciclagem | mensal e anual |
| | 2.1.2. | Reciclagem de papelão | Quantidade (Kg) de papelão destinado à reciclagem | mensal e anual |
| | 2.1.3. | Reciclagem de Toner | Quantidade (unidades) de toner destinados à reciclagem | mensal e anual |
| | 2.1.4. | Reciclagem de Plástico | Quantidade (Kg) de plástico destinado à reciclagem | mensal e anual |

| | | | | |
|---|-----------------|---|--|----------------|
| | E.2.1.5. | Total de material reciclável destinado às cooperativas | Kg de Papel + Kg de Papelão + Kg de Plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem | mensal e anual |
| | E.2.1.6. | Reutilização de Papel | Quantidade (Kg) de papel reutilizado | mensal e anual |
| 2.2. Resíduos Perigosos | 2.2.1. | Descarte de lâmpadas fluorescentes | Quantidade (unidades) de lâmpadas trocadas | mensal e anual |
| | 2.2.2. | Descarte de pilhas e baterias | Quantidade (Kg) de pilhas e baterias descartadas | mensal e anual |
| | E.2.2.3. | Logística reversa de lâmpadas fluorescentes | Quantidade (unidades) de lâmpadas recicladas pela empresa prestadora do serviço | anual |
| 2.3. Resíduos Eletroeletrônicos | 2.3.1. | Descarte de computadores | Quantidade (unidades) de computadores inutilizados/obsoletos descartados | mensal e anual |
| | 2.3.2. | Descarte de impressoras | Quantidade (unidades) de impressoras inutilizadas/obsoletas descartadas | mensal e anual |
| | 2.3.3. | Descarte de aparelhos telefônicos inutilizados/obsoletos | Quantidade (unidades) de aparelhos telefônicos inutilizados | mensal e anual |
| | 2.3.4. | Descarte de aparelhos de fax inutilizados/obsoletos | Quantidade de aparelhos de fax inutilizados/obsoletos | mensal e anual |
| 2.4. Plano de Gestão de Resíduos | 2.4.1. | Definição de Plano de Gestão de Resíduos | Informar se há Plano de Gestão de Resíduos Sólidos | anual |

Indicadores - Licitações Sustentáveis

| Subtema | Código | Nome do Indicador | Descrição | Apuração |
|-----------------------------|---------------|--|--|----------|
| 3.1. Ar condicionado | 3.1.1. | Sistema de ar condicionado eficiente | Quantidade de equipamentos adquiridos (unidades) | anual |
| | 3.1.2. | Substituição de equipamentos antigos por equipamentos com sistema eficiente | Quantidade de equipamentos substituídos (unidades) | anual |

| | | | | |
|------------------------|-----------------|--|---|-------|
| | 3.1.3. | Uso de sistema de automação | Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes | anual |
| 3.2. Iluminação | 3.2.1. | Aquisição de lâmpadas eficientes | Quantidade (unidades) de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho adquiridas | anual |
| | E.3.2.2. | Uso de reatores eletrônicos com alto fator de potência | Quantidade (unidades) de reatores adquiridos | anual |
| | E.3.2.3. | Uso de luminárias reflexivas de alta eficiência | Quantidade (unidades) de luminárias adquiridas | anual |
| 3.3. Água | 3.3.1. | Aquisição de torneiras com válvulas redutoras de pressão e temporizadores | Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas | anual |
| | 3.3.2. | Aquisição de torneiras com sensores ou fechamento automático | Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas | anual |
| | 3.3.3. | Aquisição de sanitários com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo | Quantidade (unidades) de sanitários adquiridos | anual |
| | 3.3.4. | Porcentagem de equipamentos economizadores de água adquiridos | (Quantidade de equipamentos economizadores de água adquiridos / total de equipamentos hidráulicos utilizados) x 100 | anual |
| 3.4. Papel | 3.4.1. | Aquisição de papel A4 100% reciclado para impressão | Quantidade (Kg) de papel não clorado adquirido | anual |
| | 3.4.2. | Aquisição de papel não clorado para impressão | Quantidade (Kg) de papel reciclado adquiridos | anual |
| | 3.4.3. | Aquisição de envelope de papel 100% reciclado | Quantidade (Kg) de envelopes de papel adquiridos | anual |
| | 3.4.4. | Porcentagem de papel 100% reciclado adquirido | Quantidade (Kg) de papel 100% reciclado adquirido / total de papel adquirido | anual |

| | | | | |
|--------------------------|----------|--|--|-------|
| 3.5. Madeira | E.3.5.1. | Aquisição de madeira certificada | Informar materiais adquiridos que foram produzidos a partir de madeira certificada | anual |
| 3.6. Veículos | 3.6.1. | Aquisição de veículos flex | Quantidade de veículos flex adquiridos | anual |
| | E3.6.2. | Aquisição de veículos movidos a biocombustíveis | Quantidade de veículos movidos a biocombustíveis adquiridos | |
| 3.7. TI Verde | 3.7.1. | Aquisição de estações de trabalho | Quantidade (unidades) de equipamentos adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2 | anual |
| | 3.7.2. | Aquisição de netbook | Quantidade (unidades) de netbook adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2 | anual |
| | 3.7.3. | Aquisição de impressoras frente-verso | Quantidade (unidades) de impressoras frente-verso adquiridas | anual |
| 3.8. Serviços de Limpeza | E3.8.1. | Materiais biodegradáveis | Informar sobre a inclusão, no contrato, de material de limpeza biodegradável | anual |
| 3.9. Serviços de Copa | 3.9.1. | Copos permanentes | Quantidade (unidades) de copos plásticos substituídos por copos não descartáveis | anual |

Indicadores – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

| Subtema | Código | Nome do Indicador | Descrição | Apuração |
|--|--------|---|--|----------|
| 4.1. Qualidade de vida no trabalho | 4.1.1. | Saúde e qualidade de vida | Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores | anual |
| | 4.1.2. | Redução do stress no trabalho | Informar as ações para diminuir o estresse e promover a interação dos servidores | anual |
| | 4.1.3. | Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho | (Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100 | anual |
| 4.2. Segurança no serviço e acessibilidade | 4.2.1. | Comissão Interna de prevenção de acidentes | Informar se há ou não Comissão | anual |
| | 4.2.2. | Brigada contra | Informar se há ou não | anual |

| | | | |
|---------------|---|---|-------|
| | incêndios | Brigada | |
| 4.2.3. | Acesso apropriado para portadores de deficiência | Informar se há ou não acesso apropriado | anual |

Indicadores – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

| Subtema | Código | Nome do Indicador | Descrição | Apuração |
|--|---------------|--|--|----------|
| 5.1. Ações de sensibilização para os servidores | 5.1.1. | Curso para servidores | Listar os cursos realizados | anual |
| | 5.1.2. | Campanhas | Listar as campanhas realizadas | anual |
| | 5.1.3. | Publicações | Listar as publicações | anual |
| | 5.1.4. | Comunicação | Listar as estratégias de comunicação utilizadas | anual |
| | 5.1.5. | Palestras | Listar palestras realizadas | anual |
| 5.2. Capacitação de servidores | 5.2.1. | Plano/Programa de capacitação de servidores | Informe se a instituição possui plano ou programas para capacitação dos servidores | anual |
| | 5.2.2. | Servidores capacitados | Número de servidores capacitados | anual |

APÊNDICE F -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
QUESTIONÁRIO *ON-LINE* PARA TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: identificação das
práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS**

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar voluntariamente do projeto de pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado, intitulado “Agenda Ambiental na Administração Pública: identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS”.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é parte integrante do questionário *on-line*, sendo direcionado a todos os servidores técnicos administrativos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), selecionados como participantes da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e será realizada através de preenchimento *online* de questionário elaborado pela ferramenta *Googleforms* e disponibilizado via *link* por *e-mail*. A participação na pesquisa permanecerá anônima, sendo o preenchimento do questionário não obrigatório, não acarretando, portanto, sanções ou punições no ambiente de trabalho caso decida não participar ou resolva, a qualquer momento, interromper o procedimento.

O questionário apresenta o total de 17 questões divididas em oito seções: uma para traçar o perfil do participante, seis seções dedicadas aos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e uma seção com questão aberta para o levantamento de práticas sustentáveis não contempladas nas questões anteriores.

O questionário será disponibilizado aos servidores técnicos administrativos da UEMS em formato de formulário eletrônico elaborado através da ferramenta *Google Forms* via *link* a ser enviado por correio eletrônico (*e-mail*), podendo ser respondido em local e horário à sua escolha.

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar as práticas sustentáveis existentes na UEMS a partir dos critérios estabelecidos nos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) através da percepção dos

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

servidores técnicos administrativos da instituição.

Ao aceitar participar da pesquisa, o(a) senhor(a) deverá observar os seguintes procedimentos: selecionar e confirmar sua participação na pesquisa, aceitando o conteúdo deste TCLE; responder ao questionário *on-line*.

A participação voluntária do(a) Senhor(a) não acarretará nenhum tipo de despesa nem fará jus à remunerações de qualquer natureza pela colaboração na pesquisa.

A pesquisa apresenta risco mínimo ao participante considerando-se que se trata de questionário para preenchimento *on-line*, com duração estimada de, no máximo, 15 minutos. Entretanto, se o preenchimento deste questionário lhe causar algum desconforto pelo tempo gasto na leitura ou sentir constrangimento de qualquer natureza, você poderá deixar de responder a questão, interromper o processo permanentemente ou, ainda, retomá-lo posteriormente, se assim o desejar.

Os responsáveis pela pesquisa também garantem sigilo e confidencialidade na obtenção e divulgação de dados fornecidos, bem como comprometem-se a seguir as orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual, conforme Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS e determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18). Para garantir o sigilo das informações e a confidencialidade e privacidade dos indivíduos, a caracterização dos participantes se dará por meio de codificação. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa não serão divulgados a terceiros. Será garantido, ainda, o ressarcimento por danos se comprovado algum prejuízo ao participante no decorrer da pesquisa.

Os benefícios e vantagens da participação no estudo estão diretamente relacionados à contribuição da percepção dos técnicos administrativos acerca das práticas sustentáveis inseridas no meio ambiente de uma Instituição de Ensino Superior (IES), subsidiando um mapeamento de ações, tanto formais quanto informais, relativas às dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade e dos eixos temáticos da A3P: (1) Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos; (2) Gestão Adequada dos Resíduos Gerados; (3)

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho; (4) Sensibilização e Capacitação dos Servidores; (5) Licitações Sustentáveis; (6) Construções Sustentáveis

Ao selecionar a opção “Li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa” um arquivo contendo o teor do documento será enviado ao *e-mail* registrado no questionário *on-line*. Caso não aceite participar da pesquisa, basta fechar essa página.

Para esclarecimentos de dúvidas sobre a pesquisa poderá entrar em contato com Leonilda Mascarenhas por meio do número de telefone elencado a seguir. As responsáveis pela pesquisa e pelo acompanhamento de todos os procedimentos e resultados dela decorrentes são:

- 1) Profa. Dra. Vera Luci de Almeida – Fone: (67) 3410-2051 (Orientadora);
Endereço para contato: Rod. Dourados-Itahum, Dourados - MS, 79804-970, KM 12; Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD - Unidade 2; FACE – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, sala 24; *E-mail*: veraalmeida@ufgd.edu.br
- 2) Leonilda Mascarenhas – Fone: (67) 99845-2040 (Mestranda – Pesquisadora Responsável). Endereço para contato: Rua Manoel Rasselem, 425; Bairro BNH IV Plano Dourados/MS; CEP 79813-070; *E-mail*: leonilda.m@gmail.com

Em caso de dúvidas sobre direitos ou danos causados no decorrer da participação na pesquisa pode-se recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), localizado no prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070, Telefone: (67) 3410-2853, *e-mail*: cep@ufgd.edu.br .

Dourados, _de _____ de 2021.

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que estou ciente sobre os objetivos e relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, aceitando participar da pesquisa e concordando que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Compreendo que ao clicar no botão abaixo estou concordando em participar da pesquisa nos termos deste TCLE e que, ao fazê-lo, receberei uma cópia deste TCLE no endereço eletrônico informado por mim neste questionário *on-line*.

Nome por extenso: _____

Assinatura: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ CPF: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Agradecemos sua colaboração.

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL-UEMS

Este questionário tem como finalidade verificar a existência de práticas sustentáveis na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS em relação aos objetivos e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P.

O público participante da pesquisa compõe-se de técnicos administrativos da UEMS.

As informações obtidas subsidiarão a elaboração da Dissertação, requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP/UFGD.

Os dados coletados contribuirão, ainda, para o mapeamento da sustentabilidade institucional na UEMS, para a consolidação de pontos fortes e para mitigação ou correção de pontos negativos.

Assim, solicitamos vossa participação para o preenchimento do questionário, considerando, para isso, a identificação de iniciativas para implantação de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

Informamos que os dados coletados serão utilizados apenas para a finalidade desta pesquisa, resguardando-se a confidencialidade e anonimato dos participantes.

Desde já, agradecemos sua participação!

Primeira seção

| Perfil dos Pesquisados |
|--|
| 01 - Qual seu sexo? () Feminino () Masculino () Outro _____ |
| 02 - Qual sua cor ou raça? () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta () Outra () Prefiro não me classificar () Prefiro não responder |
| 03 - Qual sua idade? () Até 20 anos () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Acima de 51 anos |
| 04 Qual sua escolaridade -? () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação () Especialização lato sensu () Mestrado () Doutorado () Pós- doutorado |
| 05 - Qual seu tempo de serviço na UEMS? () Menos de seis meses () Entre seis meses e um ano () Entre um ano e três anos () Entre três anos e dez anos () Mais de dez anos |
| 06 - Qual a sua categoria de vínculo com a UEMS? () Técnico Nível Superior () Assistente Técnico de Nível Médio |
| 07 - Unidade Universitária (UU) de lotação: |
| E-mail: |

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

Segunda seção – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

08– Informe a frequência com que você se utiliza das seguintes práticas sustentáveis, no seu ambiente de trabalho:

| Ação Sustentável | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|--|--------------|------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| Apaga a luz ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado | | | | | |
| Aproveita ao máximo a iluminação natural e evita ligar as lâmpadas durante o dia | | | | | |
| Desliga o ar condicionado ou o ventilador ao término do expediente ou quando se ausenta por período de tempo prolongado | | | | | |
| Fecha portas e janelas quando o ar condicionado está ligado | | | | | |
| Desliga os monitores do seu setor quando faz uma pausa para descanso | | | | | |
| Configura o computador para desligamento automático do vídeo | | | | | |
| Dá preferência ao uso de mensagens eletrônicas (<i>e-mail</i>), evitando o uso do papel nas comunicações, inclusive nas endereçadas ao público externo | | | | | |
| Substitui o uso de documento impresso por documento digital | | | | | |
| Imprime ou faz cópia dos documentos em frente-e-verso | | | | | |
| Utiliza papel reciclado em substituição ao papel branco | | | | | |
| Reutiliza papéis para fazer bloco de anotações/rascunho | | | | | |
| Substitui copos descartáveis por copos, canecas ou xícaras de material durável | | | | | |
| Procura reduzir o consumo de água, com pequenos hábitos como fechar a torneira na hora de escovar os dentes, também diminuir a quantidade de água derramada na hora de lavar as mãos | | | | | |
| Separa os resíduos gerados dentro da instituição, utilizando adequadamente as lixeiras divididas por padrão de cores da coleta seletiva | | | | | |

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

09– Como você se locomove com mais frequência para a UEMS?

- () de veículo próprio (carro, moto e outros)
- () de bicicleta
- () de transporte coletivo (ônibus, van, transporte escolar e outros)
- () a pé
- () de carona
- () de veículo de aluguel (táxi, mototáxi e outros)
- () de outras maneiras. Qual? _____

Terceira seção – Gestão adequada dos resíduos gerados**10– Informe a frequência com que você percebe ou adota as seguintes condutas:**

| Frequência | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|---|--------------|------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| Incentivo pela UEMS de coleta seletiva e reciclagem. | | | | | |
| Descarte adequado, por você, do lixo nas dependências da UEMS, de acordo com o tipo de resíduo. | | | | | |
| Reutilização, por você, de materiais no seu ambiente de trabalho. | | | | | |
| Identificação de materiais ociosos e distribuição para reaproveitamento em outros setores. | | | | | |

Quarta seção – Qualidade de vida no ambiente de trabalho**11- Informe a frequência com que você observa que a UEMS preocupa-se com a preservação dos elementos da natureza presentes no campus através de ações de arborização e paisagismo:**

| Frequência | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|-------------------|--------------|------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| Arborização | | | | | |
| Paisagismo | | | | | |

12- Em relação à qualidade de vida em seu ambiente de trabalho, informe a frequência com que você percebe as seguintes condutas:

| Variáveis | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|--|--------------|------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| Aproveitamento eficiente, pela instituição, das habilidades do servidor. | | | | | |
| Autonomia dos servidores em suas atividades diárias. | | | | | |
| Existência de preconceitos no ambiente de trabalho. | | | | | |
| Promoção de atividades de integração no local de trabalho (que estimulem o convívio social). | | | | | |

 Assinatura Pesquisador(a)

 Assinatura Participante

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| Respeito expressão à liberdade de expressão | | | | | |
| Respeito à privacidade pessoal. | | | | | |
| Tratamento imparcial a todos os servidores | | | | | |
| Promoção de campanhas de incentivo à realização de atividades físicas, culturais e de lazer. | | | | | |
| Promoção de programas de orientação médica e nutricional | | | | | |
| Mobiliários e equipamentos com ergonomia adequada (que oferecem conforto e que favorecem a postura física correta) | | | | | |
| Controle adequado da jornada de trabalho, no intuito de evitar o baixo comprometimento ou o excesso de trabalho (realização de horas extras) | | | | | |
| Manutenção do ambiente de trabalho de forma limpa e arejada | | | | | |
| As instalações da UEMS são acessíveis e apropriadas às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. | | | | | |
| Estímulo à educação continuada e capacitação. | | | | | |

Quinta seção – Sensibilização e capacitação dos servidores

13- Informe a frequência com que você observa as seguintes ações de sensibilização e capacitação no seu ambiente de trabalho.

| Frequência | Nunca | Raramente | As vezes | Frequentemente | Sempre |
|---|--------------|------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| Promoção de campanhas de sensibilização de servidores sobre a adoção de práticas sustentáveis e sobre a diminuição do desperdício (de energia, papel, água, copos descartáveis e outros) através de cartazes, informativos, divulgação por e-mail e outros. | | | | | |
| Promoção de palestras, reuniões, oficinas e exposições sobre a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho. | | | | | |

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| Divulgação de informativos sobre temas de sustentabilidade no ambiente de trabalho, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição. | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

14 - Ao se falar em práticas de sustentabilidade em órgãos da Administração Pública, alguns temas são habitualmente mencionados. Informe o quanto você conhece a respeito da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P):

| | | | | |
|---------------------|--------------------|-----------------------|------------------|---------------------|
| Nenhum conhecimento | Pouco conhecimento | Razoável conhecimento | Bom conhecimento | Grande conhecimento |
| | | | | |

Sexta seção – Compras públicas sustentáveis

15 - Informe a frequência com que você percebe que os materiais adquiridos pela UEMS possuem padrões de sustentabilidade (provenientes de materiais recicláveis, oriundos de empresas da comunidade local ou formados por materiais que agridam menos o meio ambiente).

| | | | | |
|-------|-----------|----------|----------------|--------|
| Nunca | Raramente | Às vezes | Frequentemente | Sempre |
| | | | | |

Sétima seção – Construções sustentáveis

16 - Informe a frequência com que você percebe que as construções/instalações da UEMS adotam os seguintes critérios:

| Frequência | Nunca | Raramente | Às vezes | Frequentemente | Sempre |
|--|-------|-----------|----------|----------------|--------|
| Privilegiam a ventilação natural, visando à redução da utilização do ar condicionado. | | | | | |
| Privilegiam a iluminação natural, visando à redução da utilização de lâmpadas. | | | | | |
| Privilegiam a utilização de divisórias em áreas internas, ao invés de paredes, objetivando maior flexibilidade de uso dos prédios. | | | | | |
| Utilizam fontes alternativas de energia, como a energia solar e a energia eólica. | | | | | |

Oitava seção

17 – Você identifica alguma outra atividade ligada à sustentabilidade que é desenvolvida no seu setor/curso ou na UEMS? Se sim, que atividade é esta?

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
QUESTIONÁRIO *ON-LINE* PARA GERENTES DE UNIDADES
UNIVERSITÁRIAS

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: identificação das
práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS**

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar voluntariamente do projeto de pesquisa para elaboração de dissertação de mestrado, intitulado “Agenda Ambiental na Administração Pública: identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS”.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é parte integrante do questionário online, sendo direcionado aos servidores técnicos administrativos ou docentes, ocupantes do cargo de gerente de Unidade Universitária (UU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, selecionados como participantes desta pesquisa.

Esclarecemos que a participação é anônima e o preenchimento do questionário não é obrigatório, não acarretando, portanto, sanções ou punições no ambiente de trabalho caso decida não participar ou resolva interromper o procedimento.

O questionário a ser utilizado foi adaptado por Aquino (2021) a partir do *check list* inicialmente elaborado para a pesquisa de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), e reutilizado por Kruger *et al.* (2011); Luiz *et al.* (2013); Arruda e Rodrigues (2018); e, Lanzarin *et al.* (2018), convalidando-se como um instrumento de coleta de dados.

O questionário engloba os objetivos e eixos temáticos da A3P, sendo uma seção destinada a traçar o perfil do participante, sete questões relacionadas aos objetivos da A3P e oitenta e três questões acerca dos eixos temáticos da A3P. As opções de respostas foram definidas como “adere” ou “não adere”, de acordo com a terminologia do Programa A3P. As informações obtidas pela coleta dos dados permitirá analisar a aderência da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS aos objetivos e eixos temáticos da A3P sob a perspectiva de gerentes, considerando-se que estes profissionais detêm amplo conhecimento sobre o funcionamento e a infraestrutura das Unidades

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

Universitárias (UU).

Ao aceitar participar da pesquisa, o(a) senhor(a) deverá observar os seguintes procedimentos: selecionar e confirmar sua participação na pesquisa, aceitando o conteúdo deste TCLE; responder ao questionário *on-line*.

A participação voluntária do(a) Senhor(a) não acarretará nenhum tipo de despesa nem fará jus a remunerações de qualquer natureza pela colaboração na pesquisa. Será garantido, ainda, o ressarcimento por danos se comprovado algum prejuízo ao participante no decorrer da pesquisa.

A pesquisa apresenta risco mínimo ao participante considerando-se que se trata de questionário para preenchimento *on-line*, com duração estimada de, no mínimo, 20 minutos. Entretanto, se o preenchimento deste questionário lhe causar algum desconforto pelo tempo gasto na leitura ou sentir constrangimento de qualquer natureza, você poderá deixar de responder a questão, interromper o processo permanentemente ou, ainda, retomá-lo posteriormente, se assim o desejar.

Os responsáveis pela pesquisa também garantem sigilo e confidencialidade na obtenção e divulgação de dados fornecidos, bem como comprometem-se a seguir as orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual, conforme Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS e determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18). Para garantir o sigilo das informações e a confidencialidade e privacidade dos indivíduos, a caracterização dos participantes se dará por meio de codificação. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa não serão divulgados a terceiros. Será garantido, ainda, o ressarcimento por danos se comprovado algum prejuízo ao participante no decorrer da pesquisa.

Os benefícios e vantagens da participação no estudo estão diretamente relacionados à contribuição da percepção dos técnicos administrativos acerca das práticas sustentáveis inseridas no meio ambiente de uma Instituição de Ensino Superior (IES), subsidiando um mapeamento de ações, tanto formais quanto informais, relativas às dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade e dos eixos temáticos da A3P: (1) Uso Racional dos Recursos

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

Naturais e Bens Públicos; (2) Gestão Adequada dos Resíduos Gerados; (3) Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho; (4) Sensibilização e Capacitação dos Servidores; (5) Licitações Sustentáveis; (6) Construções Sustentáveis.

Ao selecionar a opção “Li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceito participar da pesquisa” um arquivo contendo o teor do documento será enviado ao e-mail registrado no questionário *on-line*. Caso não aceite participar da pesquisa, basta fechar essa página.

Para esclarecimentos de dúvidas sobre a pesquisa poderá entrar em contato com Leonilda Mascarenhas por meio do número de telefone elencado a seguir. As responsáveis pela pesquisa e pelo acompanhamento de todos os procedimentos e resultados dela decorrentes são:

1) Profa. Dra. Vera Luci de Almeida – Fone: (67) 3410-2051 (Orientadora);

Endereço para contato: Rod. Dourados-Itahum, Dourados - MS, 79804-970, KM 12; Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD - Unidade 2; FACE – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, sala 24; *E-mail:* veraalmeida@ufgd.edu.br

2) Leonilda Mascarenhas – Fone: (67) 99845-2040 (Mestranda – Pesquisadora Responsável). Endereço para contato: Rua Manoel Rasselem, 425; Bairro BNH IV Plano Dourados/MS; CEP 79813-070; *E-mail:* leonilda.m@gmail.com

Em caso de dúvidas sobre direitos ou danos causados no decorrer da participação na pesquisa pode-se recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), localizado no prédio da Reitoria, Unidade I, Sala 501, Rua João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS, CEP 79825-070, Telefone: (67) 3410-2853, *e-mail:* cep@ufgd.edu.br .

Dourados, __de _____ de 2021.

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que estou ciente sobre os objetivos e relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, aceitando participar da pesquisa e concordando que os dados obtidos sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Compreendo que ao clicar no botão abaixo estou concordando em participar da pesquisa nos termos deste TCLE e que, ao fazê-lo, receberei uma cópia deste TCLE no endereço eletrônico informado por mim neste questionário *on-line*.

Nome por extenso: _____

Assinatura: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ CPF: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Agradecemos sua colaboração.

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS DE GERENTES DE UNIDADES UNIVERSITÁRIAS (UU) DA UEMS

Este questionário tem como finalidade verificar a existência de práticas sustentáveis na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS em relação aos objetivos e eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P.

O público participante da pesquisa compõe-se de servidores que desempenham funções administrativas como gerentes de Unidades Universitárias (UU) na UEMS.

As informações obtidas subsidiarão a elaboração do Trabalho de Conclusão Final-TCF, requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional PROFIAP/UFMGD.

Os dados coletados contribuirão, ainda, para o mapeamento da sustentabilidade institucional na UEMS, para a consolidação de pontos fortes e para mitigação ou correção de pontos negativos.

Assim, solicitamos vossa participação para o preenchimento do questionário, considerando, para isso, a identificação de iniciativas para implantação de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

Informamos que os dados coletados serão utilizados apenas para a finalidade desta pesquisa, resguardando-se a confidencialidade e anonimato dos participantes.

Desde já, agradecemos sua participação!

| Perfil dos Pesquisados |
|--|
| 01 - Qual seu sexo? () Feminino () Masculino () Outro _____ |
| 02 - Qual sua cor ou raça? () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta () Outra () Prefiro não me classificar () Prefiro não responder |
| 03 - Qual sua idade? () Até 20 anos () Entre 21 e 30 anos () Entre 31 e 40 anos () Entre 41 e 50 anos () Acima de 51 anos |
| 04 - Qual sua escolaridade? () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação () Especialização lato sensu () Mestrado () Doutorado () Pós- doutorado |
| 05 - Qual seu tempo de serviço na UEMS? () Menos de seis meses () Entre seis meses e um ano () Entre um ano e três anos () Entre três anos e dez anos () Mais de dez anos |
| 06 - Qual a sua categoria de vínculo com a UEMS? () Docente () Técnico Nível Superior () Assistente Técnico de Nível Médio |
| 07 - Unidade Universitária (UU) em que exerce a função de gerente: |
| E-mail: |

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

| Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | Adere | Não Adere |
|---|--------------|------------------|
| Objetivo 1 – sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais | | |
| Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição? | | |
| Objetivo 2 – promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais | | |
| A UEMS promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos? | | |
| A UEMS promove a redução de gastos institucionais? | | |
| Objetivo 3 – reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional | | |
| A UEMS contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição? | | |
| Objetivo 4 – contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública | | |
| A UEMS contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública? | | |
| A UEMS contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo? | | |
| Objetivo 5 – contribuir para a melhoria da qualidade de vida | | |
| A UEMS contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders? | | |
| Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) | | |
| Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos | | |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel? | | |
| Nas compras, a UEMS dá preferência ao papel oriundo de madeira certificada ou ao papel reciclado? | | |
| A UEMS possui alguma normatização do acesso ao serviço de impressão e reprografia monocromático e policromático? | | |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia? | | |
| A UEMS desenvolve a utilização de placas solares ou geradores de energia, para gerar sua própria energia? | | |
| A UEMS utiliza sistema de iluminação de maior eficiência energética, com lâmpadas fluorescentes e/ou lâmpadas LED? | | |
| Nas compras, a UEMS dá preferência por equipamentos que consomem menos energia (Selo Procel, letra A)? | | |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água? | | |
| A UEMS dispõe de sistemas que aproveitem a água das chuvas? | | |
| A UEMS aproveita as reformas para implantar estrutura que permita o reuso da água servida em pias e lavadouros (água cinza) para alimentar descargas sanitárias (água negra)? | | |
| A UEMS providencia para que todo o esgoto produzido pela unidade seja canalizado para a rede coletora do município ou seja tratado antes de ser liberado na natureza? | | |
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos? | | |
| A UEMS disponibiliza copos permanentes para todos os servidores e discentes? | | |

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante

| | | |
|--|--|--|
| A UEMS desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos? | | |
| A UEMS dispõe de comissão de desfazimento de bens, para identificação e avaliação dos bens que poderão ser objeto de desfazimento ou de transferência a outro órgão? | | |
| Na UEMS é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)? | | |
| A UEMS promove a racionalização e controle do uso da frota, evitando deslocamentos desnecessários e definindo procedimentos (escalas de saída, itinerário padrão, lotação mínima, etc.)? | | |
| A UEMS realiza a manutenção preventiva dos veículos oficiais, conforme previsto no manual do fabricante? | | |
| A UEMS utiliza softwares de gerenciamento de ligações telefônicas ou telefones tipo VOIP, com o intuito de reduzir as despesas telefônicas? | | |
| Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados | | |
| A UEMS desenvolve e incentiva a política dos 5R's? | | |
| A coleta seletiva na UEMS atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005? (padrão de cores para as coletas seletivas) | | |
| A UEMS realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006, para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores? | | |
| A UEMS possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006? | | |
| Há destinação adequada a resíduos perigosos? | | |
| Na UEMS, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e defensivos agrícolas bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)? | | |
| Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho | | |
| A UEMS oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas? | | |
| A UEMS atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações? | | |
| A UEMS possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas? | | |
| A UEMS possui uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)? | | |
| A UEMS promove educação e ações de prevenção de acidentes de trabalho? | | |
| A UEMS possui controle da jornada de trabalho? | | |
| A UEMS possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)? | | |
| Os ambientes da UEMS, especialmente os de trabalho, são salubres? | | |
| A UEMS possui programa de saúde ocupacional? | | |
| A UEMS possui programa de orientação nutricional? | | |
| A UEMS incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas? | | |

 Assinatura Pesquisador(a)

 Assinatura Participante

| | | |
|---|--|--|
| A UEMS incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas? | | |
| A UEMS incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo? | | |
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos? | | |
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa? | | |
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário? | | |
| A UEMS incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais? | | |
| A UEMS incentiva e respeita a liberdade de expressão? | | |
| A UEMS incentiva e respeita a privacidade pessoal? | | |
| A UEMS incentiva e respeita o tratamento impessoal? | | |
| A UEMS dispõe de pontos de coleta de sugestões? | | |
| A UEMS promove o hábito da leitura? | | |
| Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores | | |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico•administrativos? | | |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes? | | |
| A UEMS, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais? | | |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente? | | |
| A UEMS promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino? | | |
| A UEMS desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente? | | |
| A UEMS produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente? | | |
| Eixo 5 – Compras públicas sustentáveis | | |
| A UEMS incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade? | | |
| É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável? | | |
| A UEMS dá preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza? | | |
| Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras? | | |
| A UEMS dá preferência a produtos biodegradáveis, principalmente os do ramo da higiene e limpeza? | | |
| A UEMS dá prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)? | | |
| A UEMS adquire produtos reciclados? | | |
| A UEMS observa a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos? | | |
| Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos? | | |

 Assinatura Pesquisador(a)

 Assinatura Participante

| | | |
|---|--|--|
| Na aquisição de produtos ou subprodutos da madeira, a UEMS exige que a origem dos insumos seja de manejo sustentável em conformidade com o Programa Brasileiro de Certificação Florestal do Inmetro (Cerflor)? | | |
| A UEMS dá preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento? | | |
| Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído? | | |
| A UEMS incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade? | | |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça treinamento a seus empregados? | | |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada utilize equipamentos de limpeza que não gerem ruídos? | | |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada forneça aos Empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade? | | |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada realize a separação dos resíduos sólidos descartados? | | |
| Nos editais é exigido que a empresa terceirizada adote medidas para reduzir o consumo de água e energia? | | |
| Sempre que possível, a UEMS realiza a licitação por meio do pregão eletrônico? | | |
| Sempre que possível, a UEMS utiliza compras compartilhadas ou o sistema de registro de preços (IRP)? | | |
| Sempre que possível, a UEMS confere margem de preferência aos produtos que forem manufaturados no Brasil, observando os Decretos nº 7.709/12, 7.713/12, 7.756/12, 7.810/12, dentre outros, e a declaração constante do Anexo II da Portaria MDIC nº 279/2011? | | |
| A UEMS aplica penalidades aos contratados, em caso de descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade prometidas na licitação? | | |
| Eixo 6 – Construções sustentáveis | | |
| A UEMS incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade? | | |
| Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais? | | |
| Nas reformas e manutenção de pintura, a UEMS dá preferência a tinta à base de água e a cores claras para melhor aproveitamento e reflexão da luz natural? | | |
| A UEMS dá preferência ao uso de divisórias e carpetes que utilizam fibras naturais? | | |
| Nas áreas externas, a UEMS dá preferência a pisos que privilegiem a absorção da água da chuva? | | |
| A UEMS dispõe de hortas compartilhadas, levando aos servidores informações sobre horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, etc.? | | |

Assinatura Pesquisador(a)

Assinatura Participante



Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia - FACE
Comissão de Pesquisa da FACE/UFGD - COPEFACE

PARECER Nº 22/2021 – de 30 de setembro de 2021.

A COMISSÃO DE PESQUISA DA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA (COPEFACE), da Universidade Federal da Grande Dourados, em reunião no dia 30/09/2021,

RESOLVE:

Emitir parecer favorável ao cadastro do projeto de pesquisa:

Projeto de Pesquisa: Agenda ambiental na administração pública: identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS

Coordenadora: Vera Luci de Almeida

Vigência do projeto: 10/10/2021 a 10/10/2022

Roselaine B. de Almeida

Roselaine Bonfim de Almeida
Presidente da COPEFACE / UFGD



RESOLUÇÃO Nº 1480/2021 - SAFACE (11.01.03.27.04)

Nº do Protocolo: 23005.030011/2021-11

Dourados-MS, 30 de setembro de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 65/2021 - 30 de setembro de 2021

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA, da Universidade Federal da Grande Dourados, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Parecer n. 22/2021 da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (COPEFACE);

RESOLVE *ad referendum*

Aprovar o cadastro do projeto de pesquisa relacionado abaixo:

Projeto de Pesquisa: Agenda ambiental na administração pública: identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS.

Coordenador: Vera Luci de Almeida

Vigência do projeto: 10/10/2021 a 10/10/2022

Profa. Dra. Jane Corrêa Alves Mendonça

Presidente do Conselho Diretor da FACE

(Assinado digitalmente em 30/09/2021 18:03)

JANE CORREA ALVES MENDONCA

DIRETOR - TITULAR

CHEFE DE UNIDADE

FACE (11.01.03.27)

Matrícula: 2115647

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufgd.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1480**, ano: **2021**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **30/09/2021** e o código de verificação: **a2704df877**



TERMO DE COMPROMISSO

Autorizamos a coleta de dados referente a pesquisa intitulada AGENDA “AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS”, coordenada pela pesquisadora Leonilda Mascarenhas. A pesquisa será realizada nas dependências da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS e os dados deverão ser utilizados exclusivamente para os objetivos da pesquisa e publicações na literatura científica relacionada.

Estou ciente que o projeto terá seu início somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, mediante parecer ético consubstanciado.

Declaramos que conhecemos a Res. 466/12 – CNS/CONEP e que seguiremos seus preceitos.

Dourados-MS, 21/09/2021.

Nome: Laércio Alves de Carvalho
RG: 001.819.854 SSP/MS
CPF: 904.658.225-68
Cargo: Reitor
CNPJ: 86.891.363/0001-80



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: identificação das práticas sustentáveis e proposta de adesão para a UEMS

Pesquisador: LEONILDA MASCARENHAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52257121.6.0000.5160

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD-MS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.077.134

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1832538.pdf, de 23/10/2021).

1. Introdução

O termo sustentabilidade vem sendo discutido desde a década de 1960 em razão da percepção dos problemas relacionados à escassez de recursos naturais ocasionados pelo crescimento econômico, principalmente com a elaboração do Relatório Limites do Crescimento, pelo Clube de Roma. Como alternativa a esses problemas passou a ser adotado o termo desenvolvimento sustentável, difundido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 na Suécia, por meio da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, cuja essência determina a "obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras" (ONU, 1972).

De modo geral, a sustentabilidade visa o equilíbrio entre a economia, o meio ambiente e a sociedade, através do conceito conhecido como tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 1999). Entretanto, a ideia de desenvolvimento sustentável passa a ter maior repercussão a partir da publicação dos resultados do Relatório Brundtland, em 1987, e da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou ECO 92, em 1992, na

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

cidade do Rio de Janeiro (BRUNDTLAND, 1988; BRASIL, 1996).

As recomendações difundidas nesses eventos acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável também estão presentes na Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 que declara, em seu Art. 255, caput, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 1988). Além disso, o mesmo artigo da CF atribui “ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Desse modo, temas como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, preservação e conservação ambiental passam a integrar também as políticas públicas estatais.

As Instituições de Ensino Superior (IES), como representantes do poder público, também “apresentam-se como laboratórios de técnicas diversas de gestão organizacional mais sustentáveis” (SILVA; LOPES; COLOMBO, 2018, p. 01), no qual destacam-se a implantação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e de Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), sendo obrigatória a implantação nas IEs federais.

Nesse contexto, destaca-se a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), instituída pelo Ministério do Meio Ambiente como forma de subsidiar a implantação de políticas ambientais em órgãos públicos. As diretrizes da A3P consistem na inserção da gestão socioambiental na prática administrativa através de 6 eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; licitações sustentáveis; construções sustentáveis (MMA, 2020). Ressalta-se que a implantação da A3P é facultativa, contudo, ao formalizar o termo de adesão o ente público fica compelido a seguir as diretrizes estabelecidas para fazer jus à certificação, devendo comprovar a relação, principalmente, por meio da elaboração periódica de relatórios.

2. Hipótese

A adesão aos protocolos e procedimentos que confirmem a existência de políticas públicas ambientais no âmbito das IEs fortalecem e tornam transparentes os valores e a missão da Instituição por meio da concretização de ações e metas, tendo em vista que estas necessitam ser elaboradas, executadas e, posteriormente, devem ser comprovadas por meio dos relatórios de gestão.

De um lado, algumas dimensões da sustentabilidade são implantadas na administração pública por determinação de um caráter normativo, como, por exemplo, no caso da nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, que já contempla diversos aspectos sustentáveis que devem ser observados nos processos de compras públicas.

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

Por outro lado, diversas ações são passíveis de execução diariamente sem serem relacionadas como relevantes para a inserção da sustentabilidade nas instituições, como o ato de apagar a luz ao sair de uma sala ou colaborar para o não desperdício no ambiente de trabalho de materiais de consumo tais como papéis, tinta para impressão e copos descartáveis.

Nesse contexto, a questão-problema da pesquisa reside na resposta à seguinte pergunta: Quais ações, tanto formais quanto informais, considerando-se os critérios descritos na A3P, compõem o cenário da sustentabilidade na UEMS?

3. Metodologia Proposta

A pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como aplicada; quanto à abordagem, como quali-quantitativa; quanto aos objetivos, como exploratória; quanto aos procedimentos, como estudo de caso. Os procedimentos metodológicos a serem utilizados para este estudo compreendem, inicialmente, a pesquisa bibliográfica e documental como subsídio para embasamento teórico e caracterização do objeto de estudo, ou seja, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul em relação ao tema proposto. Desse modo, serão analisados os relatórios de gestão face aos Planos de Desenvolvimento Institucionais disponíveis no portal da IEs, no período 2014- 2020 e consulta aos setores administrativos. Em complementação a este processo será realizada uma análise descritiva de cunho exploratório junto aos servidores técnicos administrativos da IEs, utilizando-se: a) Para os procedimentos de coleta de dados: elaboração e aplicação de questionários para servidores administrativos ou que desempenhem funções administrativas no âmbito da IES; b) Como métodos principais de análise: a análise documental e de dados. Os questionários a serem aplicados se baseiam nos objetivos e eixos temáticos da A3P, adaptados do estudo de Aquino (2021). O primeiro questionário emprega como método principal a escala de Likert, apresentando o total de 15 questões divididas em oito seções: uma para traçar o perfil do participante, seis seções dedicadas aos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e uma seção com questão aberta para o levantamento de práticas sustentáveis não contempladas nas questões anteriores. O segundo engloba sete questões relacionadas aos objetivos da A3P e oitenta e três questões acerca dos eixos temáticos da A3P, sendo as opções de respostas definidas como “adere” ou “não adere”, de acordo com a terminologia do Programa A3P. A população da pesquisa compõe-se de servidores efetivos da UEMS. Para a seleção da amostra serão considerados como critérios de inclusão e exclusão os cargos/funções desempenhados pelo participante. Para a inclusão na amostra serão consideradas duas categorias: a) servidores assistentes ou técnicos administrativos da IES (Técnico Nível Superior, Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

CEP: 79.825-070

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

Técnico de Nível Médio), independentemente da função exercida; Para este grupo utilizou-se como fator de exclusão de participantes da pesquisa os demais servidores da Instituição (docentes, funcionários terceirizados, prestadores de serviços), priorizando-se a familiaridade do ambiente de trabalho e das rotinas administrativas próprias dos técnicos administrativos. b) servidores que desempenhem a função de gerentes de Unidades Universitárias (UU), podendo ocupar o cargo de docente efetivo ou técnico administrativo da IES, sendo que os critérios de inclusão para este grupo considerará a função como determinante para a participação em razão do conhecimento geral do ocupante do cargo de gerente de Unidade, e tendo em vista que as atribuições destes servidores englobam responsabilidades por todos os setores da UU sob sua supervisão. Os critérios de exclusão baseiam-se, sobretudo, no estudo direcionado da percepção dos técnicos administrativos em relação ao primeiro grupo e no conhecimento gerencial inerente à função exercida quanto ao segundo grupo. Os critérios de exclusão de outros servidores em ambos casos para composição da amostra fundamentam-se, ainda, na possibilidade de fornecimento de dados imprecisos acerca da administração da Unidade Universitária. As respostas serão analisadas através da estatística descritiva, utilizando-se medidas tais como a moda ou medida mais frequente, e agrupadas em tabelas e quadros para uma melhor visualização e demonstração dos resultados.

4. Metodologia de Análise de Dados

Não se aplica.

5. Critério de Inclusão

A população da pesquisa compõe-se de servidores efetivos da UEMS. Para a seleção da amostra serão considerados como critérios de inclusão e exclusão os cargos/funções desempenhados pelo participante. Para a inclusão na amostra serão consideradas duas categorias: a) servidores assistentes ou técnicos administrativos da IES (Técnico Nível Superior, Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente Técnico de Nível Médio), independentemente da função exercida; Para este grupo utilizou-se como fator de exclusão de participantes da pesquisa os demais servidores da Instituição (docentes, funcionários terceirizados, prestadores de serviços), priorizando-se a familiaridade do ambiente de trabalho e das rotinas administrativas próprias dos técnicos administrativos. b) servidores que desempenhem a função de gerentes de Unidades Universitárias (UU), podendo ocupar o cargo de docente efetivo ou técnico administrativo da IES, sendo que os critérios de inclusão para este grupo considerará a função como determinante para a participação

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

CEP: 79.825-070

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

em razão do conhecimento geral do ocupante do cargo de gerente de Unidade, e tendo em vista que as atribuições destes servidores englobam responsabilidades por todos os setores da UU sob sua supervisão.

6. Critério de Exclusão

Os critérios de exclusão baseiam-se, sobretudo, no estudo direcionado da percepção dos técnicos administrativos em relação ao primeiro grupo e no conhecimento gerencial inerente à função exercida quanto ao segundo grupo, já descritos nos critérios de inclusão. Os critérios de exclusão de outros servidores em ambos casos para composição da amostra fundamentam-se, ainda, na possibilidade de fornecimento de dados imprecisos acerca da administração da Unidade Universitária.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar as ações sustentáveis existentes na estrutura da UEMS a partir dos critérios estabelecidos nos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e propor a sua adesão.

Objetivo Secundário:

Descrever as práticas sustentáveis da UEMS em relação aos eixos temáticos da A3P através da percepção dos servidores e gestores da IEs. Propor um modelo de política socioambiental para a Instituição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa são mínimos, considerando-se que se trata, principalmente, de coleta de dados por meio de questionários com participação anônima dos respondentes. Ficou estabelecido no documento TCLE que se a participação no preenchimento do questionário vier a causar algum desconforto pelo tempo gasto na leitura ou se o participante sentir constrangimento de qualquer natureza, o mesmo poderá deixar de responder a questão, interromper o processo permanentemente ou, ainda, retomá-lo posteriormente, se assim desejar. Os responsáveis pela pesquisa também garantem sigilo e confidencialidade na obtenção e divulgação de dados fornecidos, bem como comprometem-se a seguir as orientações para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual, conforme Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS e determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18). Para garantir o sigilo

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

das informações e a confidencialidade e privacidade dos indivíduos, a caracterização dos participantes se dará por meio de codificação. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente com finalidades científicas conforme previsto no consentimento do participante. Os resultados da pesquisa não serão divulgados a terceiros. Será garantido, ainda, o ressarcimento por danos se comprovado algum prejuízo ao participante no decorrer da pesquisa.

Benefícios:

Os benefícios diretos do estudo para os servidores participantes da pesquisa estão relacionados ao conhecimento da percepção destes em relação à sustentabilidade e da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Os benefícios e vantagens da participação no estudo também podem ser classificados como indiretos, visto que, embora um dos procedimentos de coleta e análise de dados recorra à contribuição da percepção dos técnicos administrativos e gerentes acerca das práticas sustentáveis inseridas no meio ambiente de uma Instituição de Ensino Superior (IES), um dos principais benefícios remete-se ao mapeamento de ações, tanto formais quanto informais, relativas às dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade e dos eixos temáticos da A3P no âmbito da UEMS, ou seja, busca caracterizar, primordialmente, a IES. Os resultados obtidos por meio desta pesquisa serão organizados em forma de relatório com a finalidade de contribuir para o processo de implantação de políticas ambientais na UEMS e de adesão à A3P, como um processo permanente de análise e avaliação socioambiental. Espera-se, ainda, que as informações encontradas sejam aproveitadas para alcançar a certificação sustentável da IEs.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Desenho: vide metodologia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide "Conclusões ou Pendências ou Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide "Conclusões ou Pendências ou Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1. Quanto ao Projeto de Pesquisa, versão "Projeto_de_pesquisa.pdf", postado na Plataforma Brasil em 01/10/2021, seguem as seguintes considerações:

1.1. Faltou mencionar os aspectos éticos da pesquisa na metodologia: início apenas após a aprovação do CEP, sigilo sobre as informações, assinatura do TCLE pelo participante, riscos e

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

benefícios;

PENDÊNCIA PARCIALMENTE ATENDIDA (foi mencionado apenas os benefícios. Faltou mencionar as demais informações na metodologia do projeto).

1.2. Faltou colocar os critérios de inclusão e exclusão.

PENDÊNCIA ATENDIDA

2. Quanto às Informações Básicas do Projeto, versão "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1832538.pdf", postado na Plataforma Brasil em 01/10/2021, seguem as seguintes considerações:

2.1. Faltou critérios de inclusão e exclusão.

PENDÊNCIA ATENDIDA

3. Quanto ao registro de consentimento livre e esclarecido, versão "TCLE_e_Questionarios.pdf", postado na Plataforma Brasil em 27/09/2021, seguem as seguintes considerações:

3.1. Faltou colocar o telefone do CEP;

PENDÊNCIA ATENDIDA

3.2. Faltou colocar o endereço e e-mail da pesquisadora responsável;

PENDÊNCIA ATENDIDA

3.3. Faltou colocar o campo para o participante informar o endereço e telefone;

PENDÊNCIA ATENDIDA

3.4. Toda pesquisa tem algum (ns) risco (s), e mesmo que seja (m) mínimo (s), é necessário explicitar quais são eles e a forma para minimizá-los;

PENDÊNCIA ATENDIDA

3.5. Faltou explicitar que o (a) participante tem o direito de não responder as perguntas que ocasionem constrangimentos de qualquer natureza;

PENDÊNCIA ATENDIDA

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

3.6. Colocar campos para assinatura do (a) participante e do pesquisador em todas as páginas;

PENDÊNCIA ATENDIDA

3.7. Numerar as páginas. Exemplo: (página 01/02... página 02/02).

PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP/UFGD, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer n. 5.026.578.

Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

- * o pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;
- * O pesquisador deve apresentar relatório parcial e final ao Sistema CEP/CONEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|------------------------|-------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1832538.pdf | 23/10/2021 21:42:42 | | Aceito |
| Outros | Formulario_Resposta_Parecer.pdf | 23/10/2021 21:38:56 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_e_Questionarios.pdf | 23/10/2021 21:28:36 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_de_pesquisa.docx | 23/10/2021 21:28:19 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Brochura Pesquisa | Projeto_de_pesquisa.pdf | 23/10/2021 21:27:55 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Cronograma | cronograma_2021_2022.pdf | 23/10/2021 21:27:08 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Outros | Res_Aprova_cadastro_proj_pesquisa_COPEFACE.pdf | 01/10/2021 15:27:03 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Outros | Parecer_22_2021_Cadastro_Projeto_Pesquisa_FACE.pdf | 01/10/2021 15:25:40 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

CEP: 79.825-070

UF: MS

Município: DOURADOS

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br



UFGD - UNIVERSIDADE
FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS / UFGD-MS



Continuação do Parecer: 5.077.134

| | | | | |
|--|------------------------------------|------------------------|-------------------------|--------|
| Folha de Rosto | folha_de_rosto.pdf | 01/10/2021 15:17:13 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Orçamento | Orcamento.pdf | 27/09/2021 23:36:56 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Declaração de concordância | Termo_Compromisso_Local_Coleta.pdf | 27/09/2021 23:33:54 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | Termo_Compromisso_pesquisadora.pdf | 27/09/2021 23:33:34 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Termo_Infra_Estrutura_FACE.pdf | 27/09/2021 23:33:10 | LEONILDA MASCARENHAS | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 03 de Novembro de 2021

Assinado por:
Leonardo Ribeiro Martins
(Coordenador(a))

Endereço: Rua João Rosa Góes, 1761

Bairro: Vila Progresso

UF: MS

Município: DOURADOS

CEP: 79.825-070

Telefone: (67)3410-2853

E-mail: cep@ufgd.edu.br